

**O tratamento das minorias no noticiário internacional:
Estudo de caso na secção Mundo do Público**

Daniela Gomes Filipe

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Jornalismo**

Daniela Gomes Filipe, O tratamento das
minorias no noticiário internacional:
Estudo de caso na secção Mundo do
Público, 2019

Abril, 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizado sob a orientação científica de António Granado e coorientação de Carla Baptista.

Declarações

Declaro que este Relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 30 de Abril de 2019

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, ... de de 2019

A coorientadora,

Lisboa, ... de de 2019

“In my profession, there is no chance of unemployment. The real difficulty is having enough faith in humanity to believe that someone will care.”

Colvin, Marie. “Bravery is not being afraid to be afraid.” *The Sunday Times*. 21 Oct. (2001).

Agradecimentos

Ao Professor António Granado e à Professora Carla Baptista, por toda a ajuda, sugestões e disponibilidade.

Aos Professores que marcaram o meu percurso académico, mesmo aqueles que duvidaram de mim – quer na componente das línguas, quer no que toca o jornalismo. Um especial agradecimento ao Professor Dr. Miguel Alarcão e ao Professor Dave Rowlands, pela disponibilidade, amizade e por terem acreditado em mim.

À redacção do Público, por tudo o que me deu durante os três meses em que foi a minha casa.

À secção Mundo, aquela que me viu crescer e descobrir o que quero fazer daqui para a frente. À Ana Gomes Ferreira, Alexandre Martins, Sofia Lorena, Clara Barata, Maria João Guimarães, Manuel Louro, João Ruela Ribeiro e António Saraiva Lima, por tudo o que me ensinaram, pelas correcções, pelos conselhos, pelas conversas, pelos risos, por me terem feito sentir em casa.

Às minhas companheiras de estágio, Ana Silva e Raquel Grilo, sem as quais não teria sido a mesma coisa.

À equipa da secção online, também sempre disponível.

À Helena Pereira e à Isabel Anselmo, as caras que me introduziram ao mundo do Público e que me acompanharam até ao último dia.

Aos meus amigos, pelo companheirismo e por estarem sempre lá para me darem uma palavra de conforto, mesmo quando estou insuportavelmente ansiosa e dentro da minha cabeça.

À minha família; aos meus avós, tios e primos, pelo apoio, motivação e momentos de descontração.

Aos meus pais e irmão, por tudo. Tudo aquilo que faço é uma mera tentativa de vos deixar orgulhosos.

O tratamento das minorias no noticiário internacional: Estudo de caso na secção Mundo do Público

[The treatment of minorities in international news: A case study of the World desk of Público newspaper]

Daniela Gomes Filipe

Resumo

O presente relatório de estágio tem como objectivo perceber como são tratadas as minorias e as mulheres no noticiário internacional, particularmente na secção Mundo do Público. Dado a influência dos meios de comunicação social na formação de ideias e perspectivas sobre a realidade e o mundo que nos rodeia, foi realizada uma análise de conteúdo da secção em questão durante o mês de Outubro de 2018. De um universo de 304 conteúdos noticiosos, a amostra final totaliza 38 (13%) publicações para a categoria das minorias, e 36 (12%) para a categoria das mulheres. No que diz respeito à representação, dos 38 conteúdos atribuídos às minorias, 9 (24%) encontram-se na categoria de Problemas sociais. Estas são ainda representadas como refugiados em 7 (18%) dos conteúdos mencionados, e como invasores em 6 (16%). No caso das mulheres, das 36 publicações analisadas, 14 (39%) apresentam a mulher num cenário político. Ainda assim, são 6 (17%) as publicações referentes a abusos sexuais, e 5 (14%) as que se referem à mulher como vítima. Com a excepção da elevada representação das mulheres na política, ambas as categorias são representadas conforme os estereótipos de minoria associada a problemas sociais e à migração, e da mulher associada à violência sexual e à figura da vítima.

Palavras-chave: noticiário internacional, jornal Público, tratamento das minorias, questões de género.

Abstract

This internship report aims to realise how minorities and women are treated in international news, particularly in the World desk of Público newspaper. Given the influence of news media in the formation of ideas and perspectives about the reality and the world that surrounds us, an analysis concerning the news content of the desk in question during the month of October 2018 was conducted. From 304 contents, the final sample totalises 38 (13%) publications for the minorities category, and 36 (12%) for the women category. When it comes to representation, from the 38 contents attributed to minorities, 9 (24%) are about Social problems. They are also represented as refugees in 7 (18%) of the contents, and as invaders in 6 (16%) of them. As for women, from the 36 publications analysed, 14 (39%) present women in a political setting. However, there are 6 (17%) publications referring to sexual abuse, and 5 (14%) that refer to women as victims. With the exception of the high political representation of women, both categories are represented according to the stereotype of the minority associated with social problems and migration, and of women associated with sexual violence and the figure of the victim.

Keywords: international news, Público newspaper, treatment of minorities, gender issues.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I: O jornalismo contemporâneo.....	4
1. Pressões económicas.....	5
2. A rotina e o peso da concorrência.....	6
3. A internet e o jornalismo sentado.....	9
4. A importância das agências e o conceito de gatekeeping.....	11
5. Diversidade de género nas redacções: o conceito de glass ceiling.....	13
6. Diversidade étnica nas redacções.....	17
Capítulo II: O noticiário internacional.....	21
1. A influência da geografia e os valores notícia.....	23
2. A (in)visibilidade das mulheres e das minorias e o papel dos media na propagação de estereótipos raciais e de género.....	29
3. Os media e o conceito de identidade.....	37
Capítulo III: O caso do PÚBLICO.....	44
1. História.....	44
2. Organização e funcionamento da secção Mundo.....	45
3. Transformações na secção e correspondentes no estrangeiro.....	48
4. O papel das agências, da internet e dos jornais estrangeiros.....	50
Capítulo IV: Metodologia e análise dos resultados.....	53
1. Objectivos do estudo empírico.....	53
2. Temas, espaços e diversidade.....	54
3. Aspectos formais: géneros jornalísticos, linguagem e terminologia, autor e meios de publicação.....	64
4. Discussão.....	77
Conclusão.....	80
Bibliografia.....	83
Lista de figuras.....	89

Anexos.....	90
Anexo I: Tabela dos conteúdos noticiosos (minorias).....	90
Anexo II: Tabela dos conteúdos noticiosos (mulheres).....	93
Anexo III: Trabalhos feitos.....	96
Anexo IV: Entrevistas.....	98
Ana Gomes Ferreira.....	98
Alexandre Martins.....	107

Introdução

Enquanto profissão, o jornalismo deve tentar responder “à pergunta que muita gente faz todos os dias – o que aconteceu/está a acontecer no mundo?, em Timor?, no meu país?, na minha ‘terra’?” (Traquina 10), transformando o jornalista num contador de estórias, “estórias da vida, estórias das estrelas, estórias de triunfo e de tragédia” (10), deste e do outro lado do mundo. Ainda que na sociedade contemporânea, mergulhada no paradigma das redes sociais e internet, seja mais fácil transpor no papel esta união simbólica intercultural, o jornalista enquanto actor social continua a ser um produto da sociedade em que se insere, tendo a sua própria visão do mundo e distintos padrões de normalidade, certo e errado, que influenciam a selecção do conteúdo noticioso.

A construção da realidade proposta e produzida pelos meios de comunicação social afecta não só a representação de certos actores sociais, como também a forma como a audiência encara esses mesmos grupos, colocando em evidência o poder e a influência dos sistemas mediáticos na propagação de ideias e perspectivas do que os rodeia. Assim, a realidade do jornalista é normalmente o que é produzido e veiculado como ‘verdade’ nos sistemas mediáticos (Veiga 108), o que pode colocar problemas no que toca a representação de grupos sociais como as minorias e as mulheres.

Durante o período de estágio, no qual integrámos a equipa da secção Mundo do Público, foram várias as vezes que questionámos o valor jornalístico de certos conteúdos noticiosos, perguntando-nos se estariam estes somente a ser publicados por uma questão de proximidade cultural e geográfica característica aos países do Ocidente ‘desenvolvido’. Como veremos mais à frente, existem conflitos armados mais relevantes do que outros, como também existem desastres ecológicos com mais cobertura noticiosa do que outros (Correia 96-97). Deste modo, o presente relatório de estágio debruça-se sobre uma análise quanto ao tratamento das minorias no noticiário internacional, cujo objecto de análise será o conteúdo noticioso da secção Mundo do Público durante o mês de Outubro. Pretendemos então concluir como são tratadas as minorias, passando também por questões de género. Queremos, essencialmente, verificar com que frequência e como são representadas as minorias e as mulheres, e quais os temas e espaços onde aparecem de forma mais sistemática, de modo a concluir se a cultura estereotipada associada a estes grupos ainda se encontra em vigor.

Numa primeira fase, procederemos à contextualização da problemática em causa, analisando o panorama jornalístico contemporâneo e os seus condicionantes, entre os quais as pressões económicas que influenciam a prática jornalística e a redução de recursos, bem como as rotinas e o peso da concorrência, que muitas vezes levam a que a informação seja encarada como verdadeira sem confirmação prévia, mediante a sua publicação anterior noutro órgão de comunicação social.

Para além disso, abordaremos também a internet e o seu papel na prática de um jornalismo cada vez mais sedentário devido ao fácil acesso à informação e à expectativa de que a mesma seja imediata, resultado também da falta de recursos económicos que permitam realizar conteúdos fora da redacção com mais frequência. Alia-se ainda a informação de agência, quase imediata, e o conceito de *gatekeeping*, cada vez mais presente mediante o maior controlo do que toca a selecção da informação, que, por sua vez, passa por diversos pontos institucionais até chegar aos leitores.

Abordaremos também o papel da mulher nas redacções, de modo a apurar se o conceito de *glass ceiling* ainda se aplica ao contexto mediático actual, bem como o estado da diversidade étnica nas redacções contemporâneas.

Num segundo nível, procuraremos contextualizar o panorama do noticiário internacional, incidindo em questões relacionadas com a representação das minorias e das mulheres, o conceito de identidade e o poder dos media na propagação de estereótipos raciais e de género, que influencia não só a forma como os grupos em causa se vêem a si mesmos, mas também a forma como a audiência os encara em sociedade, dado a influência dos sistemas mediáticos.

Passaremos então para uma contextualização da instituição de acolhimento, a empresa Público – Comunicação Social, S,A, no que diz respeito ao funcionamento diário da redacção e da secção Mundo, incluindo as funções da candidata durante o estágio curricular. Abordaremos também mudanças significativas na secção, como a falta de tempo para ler e estudar, o número de correspondentes no estrangeiro e o papel que a internet e as agências desempenham no funcionamento da secção.

A investigação do caso de estudo terá por base um código de análise, baseando-se nos géneros jornalísticos das peças referentes às minorias e às mulheres publicadas no online e em papel durante o mês de Outubro de 2018, bem como os seus temas e espaços. Procuraremos ainda verificar se as peças jornalísticas foram realizadas por

enviados internacionais ou por jornalistas na redacção e qual o seu meio de publicação. Para além disso, procurámos realizar uma análise de conteúdo linguístico das publicações em causa, já que o teor negativo ou positivo do discurso afecta não só a forma como encaramos o conteúdo noticioso, mas também aquilo que é transmitido. A escolha do mês de Outubro como alvo de estudo baseia-se no facto de este ter sido o mês com mais trabalho para a candidata, sendo também o segundo mês dos três meses de estágio, pelo que consideramos que constitui um bom meio termo.

O presente relatório foi escrito com base no manual de estilo da norma MLA, a Modern Language Association, usado primordialmente na escrita de artigos no campo dos estudos literários, dos estudos culturais, das línguas e das humanidades.

Capítulo I: O jornalismo contemporâneo

As transformações no panorama mediático, a que advieram a introdução de novos conceitos tecnológicos e ideológicos, tiveram inevitavelmente um grande impacto na produção da informação noticiosa. Como afirma Correia, “as notícias são uma construção social, o resultado da intersecção entre um processo de produção centrado na sala de redacção e o ambiente de trabalho envolvente que define os limites desse processo” (“Sociedade” 79). Neste sentido, o jornalismo é agora encarado cada vez mais como uma indústria e uma actividade social no pleno sentido do termo, sendo a sua principal função a venda, o lucro e a oposição à concorrência, em contraste com a sua vertente ao serviço “das opções políticas, filosóficas ou culturais dos meios sociais dominantes ou pelo menos activistas” (Nobre-Correia 177).

Kovach e Rosenstiel apresentam uma explicação sucinta para este fenómeno no seu livro, *Os Elementos do Jornalismo*:

In a fragmented media culture, more people may be operating in their own bubbles of self-selected interests and sources. We may, as we scatter to our own sources for information, lack a central gathering place or a common understanding of the basic facts. The initial account of an event is always the most important, and the more hastily it is put together, the more inaccurate it is likely to be. That problem is added to by the phenomenon of our simply moving on, deciding we have learned what we needed about something and are on to the next thing, like the student only paying half attention in class and getting a general sense of the topic but botching all the details. Only there is no test at the end of the unit to tell us we got it about half-wrong (66).

Todas estas pressões condicionam os sistemas mediáticos e a qualidade da sua informação. Se observarmos com atenção os conteúdos informativos dos meios de comunicação social, podemos concluir que um certo número de temas é abordado pela maioria das instituições mediáticas, outros são apenas relatados por algumas, e outros por nenhuma ou apenas por uma. O mesmo podemos dizer das imagens utilizadas, nomes, palavras, qualificativos ou análises, ainda que cada sistema mediático tenha as suas próprias especificidades (Nobre-Correia 23). As notícias, definidas pelo autor como “um elemento de conhecimento, proveniente de aqui perto ou de mais longe, que permite ao leitor ... melhor gerir a sua vida quotidiana, de ser plenamente cidadão, assumindo as suas responsabilidades sociais, de fazer as suas escolhas de consumidor em conhecimento de causa” (24) são assim filtradas por diversos processos e fenómenos

antes de chegarem até ao produto final, um fragmento da realidade escolhido a dedo para servir os propósitos da instituição mediática, dos seus investidores, fontes e da própria história e cultura do país onde esta se encontra sediada. Face todos estes factores, coloca-se a questão: consegue o jornalismo contemporâneo continuar ao serviço do activismo político, filosófico ou cultural dos meios sociais dominantes, como as suas funções o ditam?

1. Pressões económicas

Um dos factores que mais influenciam o jornalismo contemporâneo e a sua cobertura noticiosa é o factor económico. Desde a publicidade, à concentração de capital, as pressões económicas exercidas nos sistemas mediáticos ditam aquilo que é noticiado, a restrição de jornalistas nas redacções, e ainda podem proporcionar um ambiente de jornalismo sentado devido aos elevados custos que as deslocações implicam, por exemplo.

A noção de notícia como mercadoria não é algo dos nossos dias. Já no século passado, fruto da introdução do jornalismo à industrialização e à cultura de massas, os conteúdos noticiosos viviam entre o factor económico e o cumprimento da sua função de informar o público. Foi a partir deste momento que uma imprensa mais sensacionalista e virada para a informação e os comentários surgiu, o que satisfazia tanto a esfera comercial, como a esfera cultural e deontológica da profissão (Correia “Sociedade” 100). Esta forma de fazer jornalismo, um jornalismo massificado, coloca em causa a autonomia da informação e o distanciamento com as fontes, já que requer investimentos para obter redacções estáveis, com recursos para investigação e documentação. Isto significa que a agenda do sistema mediático estará dependente dos interesses dos seus financiadores, ainda que essa dependência seja variada e sujeita ao caso em concreto (101-102).

Desde os anos 80 que os grandes grupos económicos voltaram em força. Segundo Correia, isto traduziu-se na redução de recursos humanos no que toca a jornalistas, especialmente correspondentes, menos espaço para conteúdos noticiosos e ainda menos disponibilidade para reunir informações que permitem contextualizar o acontecimento (102). Assim, os meios de comunicação social estão sujeitos não só às restrições editoriais da sua instituição, nomeadamente o número de páginas e de

caracteres, como também acresce o espaço que a publicidade, por exemplo, irá ocupar, o que, inevitavelmente, reduz a quantidade de conteúdos noticiosos transmitidos. A informação é assim, não um bem público, mas “uma mercadoria produzida mais para atrair os anunciantes do que para servir o público” (104).

Segundo Nobre-Correia, as elites financeiras e industriais afirmam que os meios de comunicação social serão um sector muito promissor nos próximos anos, razão pela qual se apoderaram do seu monopólio (167). No entanto, o autor enumera algumas razões que podem contradizer a afirmação anterior, nomeadamente a procura de um poder de intervenção e de um consenso social favorável na área dos negócios, bem como exercer pressão nas escolhas económicas dos governos. O que é certo é que o seu monopólio coloca entraves no que diz respeito à qualidade e liberdade da informação, já que os media são obrigados a servir os interesses dos seus investidores (168).

As novas tecnologias, os grandes investimentos na área do marketing, na promoção e na publicidade, e ainda a concorrência por parte das outras instituições mediáticas também contribuíram para um aumento da produção de *infotainment* e de *soft news*, ditando uma alteração dos géneros jornalísticos (Correia “Sociedade” 102-103). Visto que a qualidade, a ética e a objectividade do jornalismo fica em causa, Siapera afirma que este processo de produção mediática em massa e de mercado, regido por gigantes económicos, contribui “to the spread of capitalist social and economic relations, which include the unfettered pursuit of profit” (80). Num momento em que o jornalismo se encontra em crise devido ao ceticismo por parte da sociedade e em que os meios de comunicação social se encontram em concorrência permanente pelo teor imediato que a internet confere às notícias, a solução passa por inovar, o que, em torno, significa investir.

2. A rotina e o peso da concorrência

O trabalho de Tuchman (1978) foi pioneiro no estudo das rotinas jornalísticas, marcadas pelas práticas organizacionais impostas por cada instituição mediática. Estes padrões reflectem-se na produção do conteúdo noticioso, cuja prioridade é manter a harmonia dentro da instituição e “evitar conflitos sobre a orientação política do jornal” (Correia “Sociedade” 87). Deste modo, podemos definir o conceito de rotina jornalística como “[um padrão comportamental estabelecido que assegura] ... ao jornalista sob a

pressão do tempo um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia” (89). Significa isto que a notícia enquanto fragmento da realidade está também dependente de factores institucionais, limitando cada vez mais o acesso da informação por parte da audiência.

As rotinas jornalísticas colocam diversos entraves tanto à prática jornalística, como ao acesso ao conteúdo noticioso. Devido às pressões institucionais, económicas e de concorrência que transformaram a notícia numa mercadoria deteriorável, um problema que se coloca é a excessiva atenção concedida a temas considerados importantes no que diz respeito aos padrões da cultura dominante. Como afirma Schlesinger, “a notícia ... é altamente deteriorável; o seu valor de utilização baixa rapidamente, [e, assim], a noção do jornalista do que é actual varia com o mercado para o qual produz as notícias” (179). Contudo, esta atitude pode levar à simplificação dos acontecimentos através do uso de estereótipos, ao uso de fontes institucionais recorrentes pela falta de recursos económicos, o que também coloca em causa a objectividade do conteúdo noticioso, o recurso excessivo às notícias de agência, uma ligação de tratamento preferencial com determinadas fontes institucionais pelo receio de que se possam perder, e ainda a estratificação do conteúdo noticioso, o que aumenta os riscos da manipulação das audiências e coloca em causa o pluralismo (Correia “Sociedade” 92-93).

É certo que a existência de uma instituição mediática está, em parte, dependente da qualidade do seu conteúdo noticioso, razão pela qual são implementadas as rotinas jornalísticas. Nas palavras de Tuchman:

Ao pôr em perigo a reputação de um jornal, um processo de difamação também pode afectar a propensão do leitor comum para a compra de um jornal. ... Cada notícia acarreta perigos para o corpo redactorial e para a organização jornalística. Cada notícia afecta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento das suas tarefas diárias, afecta a sua reputação perante os seus superiores, e tem influência nos lucros da organização (77-78).

Ainda assim, face ao clima de fragmentação da sociedade actual e ao poder do jornalismo na opinião pública e na propagação de ideias estereotipadas, que iremos tratar mais à frente, a função do jornalismo enquanto plataforma para dar voz aos que não a têm (Kovach e Rosenstiel 27) deveria de ser realçada para alcançar públicos vastos e promover uma nova ordem social, mais aberta e justa. Como afirma Correia, o

jornalismo e as suas instituições permitem “a obtenção, armazenamento e disseminação dos mais variados tipos de informação de centenas, senão milhares de formações sociais e culturais” (90). Para além dos acontecimentos ‘de rotina’, com intencionalidade, existem os acidentes, resultado de algo intencional que se traduziu em algo não pretendido, e, como afirma o autor, “há fugas de petróleo mais conhecidas do que outras, desastres ecológicos que dispõem de maior cobertura noticiosa, [o que] demonstra que a noticiabilidade não reside apenas nas próprias características dos acontecimentos” (96-97), mas está dependente das regras da instituição, das elites e da cultura vigente.

Apesar de as elites corporativas e governamentais promoverem uma cultura de controlo no jornalismo através do poder económico e social que exercem nos conteúdos mediáticos, como discutimos anteriormente, outro grande entrave na rotina jornalística é a redução de jornalistas na redacção. Os cortes graduais nas redacções causaram uma mudança no conteúdo noticioso, já que os jornalistas passaram a não ter tempo suficiente para tratar temas que necessitam de ser aprofundados, as chamadas *hard news* (Nobre-Correia 221). Assim, surgem as análises de personalidades com estatuto sociocultural reconhecido, que poupam aos jornalistas trabalho no que diz respeito à recolha de informação e análise do tema em questão (221). Acima de tudo, devido à mercantilização do conteúdo noticioso, os meios de comunicação social optam por acontecimentos que provoquem sentimentos como a emoção, o medo e a obsessão, com o intuito de seduzir e impressionar o público e aumentar o fluxo de vendas (178). Surge, assim, a preferência pelos conteúdos de teor sensacionalista e insólito, cujo principal objectivo é entreter: as *soft news*. Segundo Patterson, “as notícias são cada vez mais orientadas para o que interessa à audiência, em vez de para o que a audiência precisa de saber” (178), ainda que possam, até certo ponto, informar os cidadãos quanto a situações de segurança ou de política, por exemplo. Contudo, o aumento das *soft news* promove não só a desinformação, como também a distorção que a audiência tem da realidade, contribuindo para o quadro vigente. No caso da criminalidade, por exemplo, notícias sistemáticas sobre o tema nos anos 90 traduziu-se na percepção de que a criminalidade estava a aumentar, quando na verdade estava a diminuir (179). Patterson afirma que, a longo prazo, as *soft news* aborrecem o público, tendo por base estudos que mostram o declínio de audiências em diversos canais mediáticos ao longo dos anos (186). Ainda assim, o que é facto é que, dada a natureza comercial dos sistemas

mediáticos, conteúdos como ‘Será o seu gato um psicopata? Ou apenas um gato?’ certamente que não deixarão de ser produzidos.

Outro factor que influencia o tratamento dos conteúdos noticiosos é a forma como outros jornais o fazem. A concorrência serve não só para determinar que importância dar a um acontecimento, mas actua também como inspiração para o tratamento noticioso dos conteúdos do dia (Nobre-Correia 60). No entanto, a repetição das informações de instituição mediática para instituição mediática coloca problemas a nível da objectividade e da qualidade da informação, já que existe tendência para que a veracidade dos factos avançados previamente não seja confirmada. Significa isto que, a dado momento, a informação passa a ser encarada como facto e adquire considerável densidade mediante a suposta ‘confirmação’ dos restantes sistemas mediáticos (61). Como afirma Nobre-Correia, este fenómeno propicia “o risco de esquecer as suas fontes iniciais e de propagar mexericos” (61), algo que podemos considerar que foi amplificado com a introdução da internet como instrumento de obtenção de informação.

3. A internet e o jornalismo sentado

Num mundo cada vez mais ligado ao digital, a notícia está em todo o lado, desde os jornais americanos até aos jornais indonésios, por exemplo. A consequência deste desenvolvimento tecnológico é a expectativa de que os conteúdos noticiosos sejam imediatos, o que coloca em causa a prática tradicional do jornalismo de terreno e propicia o jornalismo sentado, mais dependente da internet. Segundo Neveu, a noção de jornalismo sentado foi adaptada do francês *journalisme assis*, referindo-se à prática de um jornalismo mais orientado para o tratamento de uma informação que não é recolhida pelo próprio jornalista. Deste modo, opõe-se à noção associada ao jornalista ‘tradicional’, o *journaliste debout* ou jornalista de pé, que recolhe a informação através do contacto directo com as fontes (7).

Ainda que o jornalismo de terreno esteja sujeito a perigos, como demasiada proximidade do acontecimento e exploração do jornalista para que ocupe o máximo de tempo de antena possível (Nobre-Correia 227), bem como custos de deslocação, de seguro e de transmissão, a autenticidade do jornalismo sentado também pode ser questionada se considerarmos que, dada a rapidez exigida, as notícias podem estar sujeitas a mais manipulações ou erros. É o caso de notícias dadas ‘ao momento’, em

formato de última hora, nas quais o jornalista actualiza a conta-gotas o conteúdo noticioso à medida que mais informações são conhecidas, o que pode acontecer no caso de atentados terroristas, eleições, julgamentos de indivíduos polémicos ou com relevância social, entre outros. Ainda assim, o jornalismo encontrou na internet uma forma perfeita de fazer chegar os seus conteúdos a todas as audiências, independentemente da sua localização espacial e temporal (Gomes 335).

Também as novas formas de fazer jornalismo, como o *citizen journalism*, contribuem para o sedentarismo nas redacções. Com a internet e o crescimento dos blogues e de plataformas como o Youtube, qualquer pessoa pode publicar aquilo que quiser. Como afirma Shudson, “it has always existed to a degree ... but now citizens can simply go online and publish the tip or the letter on their own” (21), o que faz com que a linha que separa o jornalista da sua audiência se atenua, colocando desafios para o profissional. Com a chegada da internet, não só a exigência do papel do jornalista aumentou, uma vez que este passou a estar num patamar mais fundamentado e crítico no que diz respeito à informação (Gomes 338), como também aumentou o risco de o jornalista ser encarado como portador de rumores (Nobre-Correia 32), devido ao aumento do fluxo de informação. Consequência deste aumento é ainda o valor exclusivo da informação, ainda que este se perca aos olhos do público mediante o “aumento da concorrência e agressividade da rede” (Gomes 338). Deste modo, a internet apenas intensificou um processo de avanço tecnológico que se iniciou com a introdução do telefone nas redacções, que por sua vez substituiu o telegrafo e permitiu que as fontes estivessem em contacto directo com o ‘jornalista de pé’.

Para além da internet e do desenvolvimento tecnológico, as pressões económicas são também factores a ter em conta quando falamos da problemática do jornalismo sentado. Como verificámos em cima, a redução de recursos humanos em termos jornalísticos e dos orçamentos, face o aumento dos investimentos no que toca as fontes de investigação, ditou a prática de um jornalismo mais restrito à redacção. Neste ambiente de limitações, o jornalista actua cada vez mais como um *gatekeeper*, um conceito que iremos aprofundar na secção seguinte, ditando aquilo que é notícia consoante os quadros subjectivos que formam a sua visão do mundo, os critérios da sua instituição e as informações disponíveis na internet e nas agências.

4. A importância das agências e o conceito de gatekeeping

Como verificámos, existem diversos factores que exercem a sua influência nos meios de comunicação social, entre os quais as pressões económicas, a organização e as regras da instituição mediática, e ainda as fontes, por exemplo. Dentro desta última categoria podemos destacar as agências de notícias, das quais os sistemas mediáticos parecem estar cada vez mais dependentes devido à falta de profissionais nas redacções, resultado das restrições económicas dos últimos anos.

De acordo com Nobre-Correia, podemos definir agência de informação como “uma empresa que tem por objectivo a recolha, o tratamento e a difusão de informações. Informações que propõem aos média, às instituições públicas, sociedades privadas ou a toda e a qualquer pessoa que o deseje, contra o pagamento de uma assinatura” (68). Dentro do contexto mediático, os repórteres de agência enviam as notícias aos seus editores, que, por sua vez, as reencaminham aos media subscritores. Os meios de comunicação social irão, depois, seleccionar com base nos seus próprios critérios os conteúdos noticiosos que pretendem transmitir (Correia “Sociedade” 83). Significa isto que o jornalista, cada vez mais um jornalista sentado e um *gatekeeper*, está não só condicionado pelas restrições organizacionais da sua instituição mediática, pela falta de tempo e de recursos económicos e humanos, bem como pelas fontes institucionais, mas está também à mercê da informação previamente seleccionada pelo repórter de agência, que também pode ser considerado um *gatekeeper* consoante a dimensão da sua instituição mediática.

O termo *gatekeeping* foi criado em 1947 pelas mãos do psicólogo social Kurt Lewin, referindo-se inicialmente ao processo de escolhas alimentares a nível doméstico. Contudo, a primeira teoria aplicada ao jornalismo surgiu na década de 1950, pela autoria de David Manning White. O *gatekeeping* refere-se então ao “processo de controlo de informação à medida que esta flui através de um “gate” (portão) ou filtro ... associado com o exercício de diferentes tipos de poder como sejam seleccionar notícias, tomar decisões relativas ao consumo, filtragem de temas em instituições políticas, mediação de informação especializada, etc.” (Correia “Sociedade” 79-80). Significa isto que o jornalista, o *gatekeeper*, decide se a informação será publicada, pelo que é uma teoria que tem como base o “indivíduo, ignorando por completo quaisquer factores macrosociológicos, ou mesmo microsociológicos, como a organização jornalística” (Traquina 78).

Para White, a selecção da cobertura noticiosa está então completamente dependente dos padrões culturais, experiências e atitudes do jornalista. Ainda assim, outros estudiosos colocaram em causa a sua tese, como é o caso de Gieber (1956), que num estudo com dezasseis jornalistas concluiu que o facto decisivo era a estrutura burocrática da instituição mediática, e não os juízos de valor do jornalista. Já os estudos de McCombs e Shaw (1976) e Hirsch (1977), encontram semelhanças entre o conteúdo noticioso do sujeito avaliado por White no seu estudo, Mr. Gates, e o serviço das agências. Desta forma, Hirsch concluiu que o jornalista “exerceu a sua liberdade dentro de uma latitude limitada, [reflectindo] o peso de normas profissionais e não razões subjectivas” (79).

A questão do uso de informação de agência de forma excessiva coloca em evidência os problemas do jornalismo contemporâneo, como a falta de profissionais nas redacções, a falta de tempo para aprofundar os diferentes tópicos devido à expectativa de que a informação seja imediata, e a falta de recursos económicos necessários para a manutenção de jornalistas correspondentes, por exemplo. Contudo, a problemática intensifica-se se considerarmos que as agências mundiais, nomeadamente a Reuters, a Associated Press e a Agence France-Press, todas fundadas pelas maiores potências económicas e diplomáticas (Reino Unido, Estados Unidos e França, respectivamente), são as mais utilizadas. De notar que a UPI (Estados Unidos) e a TASS (Rússia) eram tradicionalmente consideradas agências mundiais, mas, como afirma Nobre-Correia, a sua importância é menor no mundo Ocidental, pelo que convém classificá-las de agências transnacionais, que procuram cobrir a expansão económica do país de origem e os seus fluxos migratórios (73-75). Uma agência mundial, por sua vez, procura relatar a actualidade a nível global, tendo geralmente acordos com agências nacionais que operam simultaneamente como correspondentes e distribuidores locais (69). Ainda que tenham escritórios e delegações em inúmeros países, as três agências mundiais apontadas em cima demonstram níveis de desequilíbrio no que toca a repartição de correspondentes: 34% na América do Norte, 28% na Europa, 17% na Ásia e Austrália, 11% na América Latina, 6% no Médio Oriente e 4% em África. Para além destes números, devemos realçar que em mais de metade dos países do mundo não há um único correspondente permanente. Contudo, pela falta de dados actuais, estes números são meramente ilustrativos (82).

Estes valores sustentam a tese de que a maioria dos correspondentes é natural do país onde a instituição mediática está sediada, levantando questões a nível cultural. Como verificámos anteriormente, os padrões culturais do jornalista influenciam não só a sua forma de ver o mundo, como também a selecção da informação, pelo que esta reflecte “um certo sistema de pensamento e de valores que caracteriza globalmente as nossas sociedades europeio-ocidentais, greco-latinas ou judaico-cristãs, democráticas, parlamentares e «pós-industriais». Um sistema de pensamento e de valores que está longe de ser universal” (83). Tendo em conta que a informação de agência é bastante utilizada pelos meios de comunicação social, o seu conteúdo noticioso vendido às instituições mediáticas também determina a actualidade. Se considerarmos estes factores no que diz respeito às minorias e aos ‘países em desenvolvimento’, “one way flow of news from developed to developing countries reinforce the status quo ... this imbalance in international news flow erodes national identity and sovereignty in developing countries by imposing Western way of living and thinking” (Atabek 169), o que vai contra o ideal do pluralismo e reforça a ideia de que uma cultura domina a outra.

5. Diversidade de género nas redacções: o conceito de glass ceiling

Desde o início da humanidade que a questão do género é um problema. Todos conhecemos o mito de Eva, que perde a sua humanidade e constitui o símbolo da criação da mulher enquanto castigo dos homens, e de Pandora, que liberta todos os males da humanidade. Numa sociedade céptica e supersticiosa, os antigos legisladores são movidos por alegorias para colocar em prática a opressão das mulheres:

Lawmakers, priests, philosophers, writers, and scholars have gone to great lengths to prove that women’s subordinate condition was willed in heaven and profitable on earth. Religions forged by men reflect this will for domination: they found ammunition in the legends of Eve and Pandora. ... Since ancient times, satirists and moralists have delighted in depicting women’s weaknesses (Beauvoir 31).

Ainda que a evolução sociocultural seja patente em praticamente todas as sociedades do mundo, o que é facto é que muitas das ideias do passado ainda se manifestam no presente. Segundo Beauvoir, “what determines women’s present situation is the stubborn survival of the most ancient traditions in the new emerging civilization” (188), o que justifica a opressão das mulheres numa sociedade

autodesignada como moderna. Vivemos, assim, numa sociedade moderna com vícios passados, pois “although the claim of universal patriarchy no longer enjoys the kind of credibility it once did, the notion of a generally shared conception of ‘women’, the corollary to that framework, has been much more difficult to displace” (Butler 4). Neste sentido, as mulheres continuam a ser encaradas como inferiores aos homens, ainda que essas manifestações possam ser levadas a cabo em diferentes contornos. Uma destas manifestações toma forma no papel e na representação das mulheres nos sistemas mediáticos de todo o mundo, que por sua vez são responsáveis pela concepção de novas ideias e perspectivas quanto ao que nos rodeia.

Sendo o jornalismo um universo masculino até meados dos anos 60, a entrada das mulheres foi feita de forma gradual e lenta. Segundo Cabrera, a emergência das mulheres nas redacções “contou com a oposição do sector masculino ... [pela] contenção de atitudes e de palavras a que se obrigavam os jornalistas na sua presença ... [e] pelo desconforto que a falta de hábitos de convívio entre mulheres e homens causava” (1386-7). Podemos assim concluir que este ‘desconforto’ perante a presença da mulher está relacionado com a problemática do género apontada em cima, na qual a sociedade nos impõe, desde o nascimento, até à morte, rótulos que acabam por influenciar a forma como encaramos cada indivíduo, independentemente das suas competências.

Segundo Silveirinha, “se a profissionalização de médicos ou advogados, por exemplo, estava vedada às mulheres porque elas não se podiam formar nestes campos, o mesmo não acontecia com o jornalismo, que não exigia uma formação particular” (“As mulheres” 171). Assim, tendo em conta que as profissões de carácter intelectual, nas quais podemos incluir a escrita e o jornalismo, constituíam universos masculinos, sendo várias as autoras que se viam obrigadas ao uso de pseudónimos para verem as suas obras publicadas, podemos deduzir que esta poderá ser uma das razões do afastamento das mulheres da profissão, para além da ideologia patriarcal.

De acordo com Correia, “uma forma de acesso [ao jornalismo] são as colaborações esporádicas, que podem eventualmente conduzir a uma chance de emprego” (1192). Assim, dado o aumento da procura de uma mão-de-obra mais qualificada a partir do final dos anos 60, as mulheres passaram de contribuidoras esporádicas exteriores à redacção, para contribuidoras com os mesmos desempenhos esperados pelos homens, propiciando-se a sua integração neste universo masculinizado.

Hoje, ainda que a sua posição no panorama mediático esteja cimentada, são evidentes as desigualdades que ainda persistem, em particular no que diz respeito a cargos de chefia. Deste modo, “a entrada massiva das mesmas nas mais diversas instâncias comunicacionais não se [traduziu] em amplo exercício profissional feminino nos postos mais qualificados, tampouco numa alteração da dinâmica de representação e de integração (simétrica) entre os sexos” (Souza 91). Se a igualdade salarial foi algo conquistado no primeiro momento, a igualdade em cargos hierarquicamente superiores e na distribuição de conteúdos ainda se mostra um problema, colocando em causa o papel da mulher no que toca a sua representação perante a sociedade. Ainda assim, tendo em conta os relatórios públicos da agência Lusa e da estação de televisão RTP, as mulheres recebem em média menos 21% que os homens na primeira instituição (9), ao passo que a diferença salarial na estação televisiva é de 118,6 EUR (10).

Dado a influência exercida pelos meios de comunicação social na formação de um sentido crítico e colectivo, consideramos ser relevante ter em conta a questão da representação e da visibilidade das mulheres na imprensa como forma de perpetuar o ciclo de desigualdade de género. De acordo com Silveirinha, “só se as organizações de mulheres forem entendidas como entidades que tanto a opinião pública como o sistema político reconhecem como agentes com exigências fortes de justiça, podem elas assumir-se com poder de influência política” (“Esferas” 60). Contudo, devido a factores como a ideologia patriarcal e as suas raízes que, ao contrário do que muitos comumente afirmam, ainda são vigentes na nossa sociedade, “prestige areas of news production remain largely dominated by men, particularly the high-status category of politics, as well as business, and sport” (Chambers, “The Changing” 49).

Ainda que muitas mulheres permaneçam confinadas às *soft news*, histórias regionais ou de carácter social, pela crença de que as audiências femininas são desinteressadas no que toca às *hard news*, a sua visibilidade prende-se com o escrutínio do seu corpo, roupas e maquilhagem, que, muitas vezes, atraem audiências. Assim, “despite demands to be treated as professional equals alongside their male counterparts, women’s promotion to key decision-making positions in journalism is frequently blocked by a ‘glass ceiling’” (49).

O termo ‘glass ceiling’ aparece pela primeira vez em 1986, no Wall Street Journal, referindo-se à quase impossibilidade de as mulheres ascenderem na hierarquia, impedidas por uma barreira invisível, mas inquebrável. De facto, “in June 2001, the

International Federation of Journalists (IFJ) meeting in Seoul, Korea, heard that while women comprise 30 to 40 per cent of the workforce in the developed countries they hold less than 1 per cent of the executive posts in the news media transnationally” (Chambers “Women” 73), evidenciando a problemática apresentada.

‘Sexismo’ é um termo que ficou para trás, pois “(the assumed feminist audience) had allowed the word to be mocked and hijacked by the media, and because no one wanted to be seen as “uptight,” “frigid,” or “humourless” [it] fell out of use” (Gill 61). Contudo, continua patente, como a falta de mulheres em cargos de chefia, ainda que ocupem um crescente número nas redacções a nível global, e os ideais de *double-standard* nos meios de comunicação social indicam. Um inquérito levado a cabo por Karen Ross, com uma amostra de 99 organizações de radiodifusão na EU e na Croácia, 39 públicas, e 56 privadas, concluiu que num total de 3376 inquiridos, apenas 1037 (30%) se refere ao número de mulheres em cargos de chefia ou no Conselho de Administração respectivo. Segundo dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista para 2014, as mulheres constituíam 53,9% do total de profissionais com menos de 40 anos, tendo havido um aumento de 3,3% em profissionais com habilitações académicas desde 2006, num “cenário onde o recrutamento se desenvolve gradualmente entre licenciados e o corpo de formados é predominantemente feminino” (Miranda 29). Esta tendência é global, segundo dados do *Global Media Monitoring Project* para 2015. Assim, apesar das mudanças nas representações masculinas e femininas serem evidentes, já que a mulher deixou de estar associada ao lar, e o homem à figura temível de autoridade, o facto é que ao não mencionarmos o que não mudou, nomeadamente o clima de sexismo que ainda se faz sentir nas redacções, já que “as mulheres não são encaradas com confiança nem respeito para contar as histórias, para analisar os eventos e para transmitir os principais assuntos às audiências e leitores” (32), estamos a compactuar com o mesmo, pela validação indirecta que o silêncio proporciona.

O sexismo aparenta operar a toda a força no que toca a repórteres de guerra. As mulheres que optam pelo jornalismo de guerra enfrentam duras críticas quando são alvo de afrontas físicas, psicológicas ou sexuais, em grande parte devido apenas à sua beleza física. De acordo com Steiner:

In 2005, more than half of the 29 women war reporters surveyed told International News Safety Institute researchers that they had been sexually harassed while on assignment. Many have been raped. In 2011, of about 50 journalists from around the world

interviewed about their experience of sexual violence—from gang rape to aggressive groping—seven described being raped, and five others described serious sexual violation. Of the few who did speak up about the experience, all but one said the response was unsupportive: they were pulled from an assignment or told to remain quiet (13).

Sendo acusadas de usarem favores sexuais como forma de obterem informações exclusivas, de abandonarem os seus filhos e família, ou de provocarem os seus atacantes, as repórteres raptadas ou violadas “rarely tell anyone, whether because of cultural stigmas, doubt that authorities would act, shame or embarrassment, compulsion to be part of the macho club, or most likely, fear of being pulled off an assignment” (13). Podemos considerar que este facto se deve ao fenómeno do *victim blaming*, que culpa, de uma forma ou outra, a vítima por ter sido vitimada, e, assim, “the problem sticks not the harasser but to those who expose the problem and complain about it, relocating the problem in ways that cause it to disappear” (22). Deste modo, as mulheres ficam confinadas ao silêncio, perpetuando o ciclo de desigualdade.

6. Diversidade étnica nas redacções

À semelhança dos mitos associados a Eva e a Pandora, que explicam em parte como começou o ciclo de opressão das mulheres, podemos desenhar um padrão semelhante com as questões coloniais, das quais a memória mais viva é a escravatura, a subjugação e a dominação de povos etnicamente diferentes de ‘nós’, os ‘colonizadores desenvolvidos’. As feridas da era colonial ainda persistem na nossa sociedade, uma sociedade unida a olho nu, mas fragmentada quando observada a dedo. No passado dia 18 de Fevereiro de 2019, o jornal Público noticiou que a “PSP usa critérios étnicos para avaliar risco de zonas urbanas sensíveis”, com base em relatórios de 2016. Esta notícia surgiu depois do brotar dos confrontos entre a PSP e os moradores do Bairro da Jamaica, um bairro social no distrito de Setúbal, havendo alegações de violência policial. É caso para dizer que ‘Portugal não é racista, mas...’. Quanto muito tem ainda um longo caminho a percorrer no que toca a aceitação plena de outras etnias.

As concepções de raça datam do período Iluminista, onde a hierarquia social actuava como catalisador às relações de domínio social daqueles que eram considerados inferiores do ponto de vista do imperialismo ocidental. Deste modo, as ideias associadas à raça, como é o caso do conceito de minorias, foram desenvolvidas no sentido de

“differentiate social groups as biologically discrete subspecies marked out by physical or phenotypical appearance, innate intelligence and other ‘natural’ dispositions ... [being] debated not in relation to the discredited reductionism of biology but in relation to the changing social and discursive formations of history” (Cottle 6). Assim, a exclusão social não é apenas confinada à cor da pele, mas também ao estatuto social, ao sexo, à sexualidade, à idade, à etnia e até mesmo ao país de origem.

A presença de jornalistas de diferentes etnias é tão rara que, segundo Sanders, “therein lies the sense of triumph” (29). Os jornalistas considerados como minorias adquirem um papel heroico, semelhante ao de ‘salvador da pátria’, do qual advém o sentido de triunfo e satisfação a que a autora se refere. O problema surge quando consideramos o facto de que é esperado que o seu trabalho seja apenas contar e retratar as estórias “about communities who are traditionally not covered by editors and producers who do not understand them” (29), o que desenha uma linha invisível que separa os jornalistas que fazem parte de minorias étnicas e os restantes jornalistas, normalmente caucasianos. Significa isto que o seu poder enquanto transmissor de informação fica intrinsecamente limitado e que as suas possibilidades de progressão na carreira são quase nulas. Sanders, enquanto jornalista afro-americana, afirma que era para si uma honra contar as estórias da sua comunidade, mas que foi obrigada a aceitar que o preço a pagar seria “the understanding that [she] would rarely make it to the front page, if ever. The greatest burden ... was also [her] greatest triumph. Feeling so grateful to be chosen in a newsroom with so few black women also meant that [she] would have written whatever was assigned to [her]” (32). Factores como este levam a que muitos jornalistas parte de minorias étnicas optem por deixar o ofício, já que os editores dão prioridade a estórias com interesse para a audiência caucasiana, e as minorias quase nunca estão presentes nas mesmas, relata a autora (32-33).

Nas redacções, as minorias são encaradas como sujeitos ‘hostis’ e ‘zangados’ por apontarem a falta de objectividade em notícias que promovem ideias estereotipadas ou que privilegiam a figura caucasiana em detrimento de outras minorias (34). Segundo Sanders, a cobertura noticiosa de assuntos relativos à diversidade cultural da qual um jornalista das minorias está encarregue encontra-se, na maioria das vezes, dentro de três categorias: crime, desporto e entretenimento (34), ou seja, *soft news*. Mais uma vez, os jornalistas vêem as suas capacidades limitadas, isto porque “media workers from an

ethnic or culturally diverse background are primarily thought to be representatives of their group, rather than media professionals” (Siapera 89).

A Commission for Racial Equality do Reino Unido revelou em 2006 que uma quantidade razoável de jovens parte de uma minoria étnica consideraram uma carreira em jornalismo, mas que o facto de as redacções estarem permeadas de jornalistas caucasianos os fez desistir. Outro factor é também a falta de conhecimento por parte das instituições mediáticas no que toca os assuntos referentes à diversidade étnica, já que “when African-American journalists find employment in mainstream media, they have to either conform to the media organizational ethos, thereby acting as “whites,” or else resign” (87), devido à pressão para representar a sua comunidade de uma forma que atraia também os leitores ocidentais e a incompreensão por parte dos editores, como referiu Sanders.

Para além das questões relacionadas com as limitações editoriais, existem ainda restrições mais directas, e até violentas, contra os jornalistas de outras etnias. Por exemplo, em 2008 a Amnistia Internacional denunciou a campanha de intimidação que o Iraque colocou em prática contra os jornalistas que não fossem de origem persa, de modo a não incluir os assuntos referentes a questões étnicas nas eleições presidenciais que se avizinhavam. O assassinato do jornalista Jamal Khashoggi pelas mãos da Arábia Saudita, que se encontrava em auto-exílio por criticar o governo do Príncipe herdeiro e que desapareceu no dia 2 de Outubro de 2018, depois de ter entrado no consulado do país na Turquia, é caso mais recente com o qual podemos criar uma correlação. Outro exemplo é o número de jornalistas presos na China, que refletem a onda de perseguições da minoria étnica uigur. Segundo o relatório do Comité de Protecção de Jornalistas, 10 dos 47 dos jornalistas presos foram capturados em Xinjiang, onde Pequim detém mais de um milhão de pessoas num sistema de alta vigilância e de encarceração sem direito a julgamento.

De modo a combater esta tendência, é necessário que os meios de comunicação social adoptem medidas com o intuito de moldar a percepção dos jornalistas de si mesmos e de outras culturas, de forma a proporcionar um ambiente de inclusão no que toca os jornalistas de outras etnias. Nesse sentido, a União Europeia de Radiodifusão criou um grupo destinado a lidar com questões referentes à promoção do pluralismo e da diversidade na área da radiodifusão - o Intercultural and Diversity Group, por

exemplo. Também a BBC anunciou em 2016 um programa que visa aumentar a diversidade tanto na sua cobertura noticiosa, como na sua força laboral.

Capítulo II: O noticiário internacional

O noticiário internacional, o processo de correspondência estrangeira através do qual jornalistas recolhem e distribuem informação de todos os cantos do mundo (Williams 1), entra em conflito com aquilo que nos interessa mais enquanto seres humanos em sociedade, como por exemplo o que se passa na minha rua, na minha cidade, no meu país. É esta informação de proximidade que muitas vezes determina a importância noticiosa de um acontecimento, já que o jornalismo internacional se refere ao que se passa com o ‘outro’, longe de nós, e que nada tem que ver connosco (23). Deste modo, “o interesse de um acontecimento é assim inversamente proporcional à distância que separa o sítio onde se desenrolou o acontecimento e aquele onde se encontra a sede do média” (Nobre-Correia 34).

Os factores que influenciam a prática do jornalismo contemporâneo explorados no capítulo anterior, como as pressões económicas e o jornalismo sentado devido à expansão da internet e dos seus recursos, inevitavelmente também colocam em causa a subsistência do jornalismo internacional e dos correspondentes estrangeiros. Os gastos associados à recolha e transmissão de informação no contexto do noticiário internacional levam a que o factor geográfico e económico tenham uma maior influência nos sistemas mediáticos em detrimento de uma informação mais diversificada. Como afirma Nobre-Correia, “é mais económico para um média manter uma rede de correspondentes próximos do que sustentar enviados especiais e correspondentes nos quatro cantos do mundo” (35). Contudo, esta falta de recursos resulta na utilização por vezes excessiva da informação de proximidade, “desprovida muitas vezes de pertinência e de incidências sociais” (35), bem como um sentimento de ignorância e distanciamento quanto ao que se passa quer no outro lado do mundo, quer no país vizinho, por exemplo.

Para além disso, a perda gradual de correspondentes estrangeiros traduz-se na perda de conhecimento de caso de diversos países, capaz de prever “potential crises, reduce evidential uncertainty and illuminate how an escalation of violence may matter before a conflict has fully erupted” (Otto e Meyer 206). Significa isto que a informação internacional está à mercê de jornalistas “de paraquedas”, que saltam de crise para crise sem conhecimento de caso, e que, segundo os autores, não são capazes de avançar

informação com antecedência ou contextualizar os acontecimentos de forma adequada (206).

Desde os anos 1950 e 1960 que o chamado terceiro mundo, que inclui normalmente a África, a Ásia e América Latina, se mostra indignado com a forma como é representado nos sistemas mediáticos a nível internacional, mediante a realização que a sua independência política não significou um controlo directo na forma como eram encarados em termos culturais e económicos (Williams 10). Uma das críticas mais frequentes prendia-se com o facto de que o noticiário internacional alocava pouca cobertura noticiosa sobre as regiões em questão, ainda que estas albergassem dois terços da população mundial e dos recursos naturais a nível global. Contudo, a falta de cobertura era atribuída à crença de que “not much happens in the Third World” (10). E o que acontecia e era encarado como digno de ser noticiado, tinha, na maioria das vezes, teor negativo, entrando na categoria dos conflitos, atentados, fome e catástrofes naturais. Segundo Williams, “without routine coverage the picture that appeared in the pages of newspapers and on television screens of the Third World was one of instability, violence and irrationality ... listeners and readers were left with stereotypical images of developing societies” (11).

Ainda que tenham sido criadas agências dentro do chamado terceiro mundo para combater a falta de representação, como a Agência Pan-Africana de Notícias, apenas com a introdução de novos formatos informativos foi possível obter um maior impacto. Foi o caso da CNN e do seu modelo de noticiário 24 horas por dia, que deu origem ao chamado “efeito CNN” e à criação de novos canais com o mesmo modelo informativo, permitindo não só uma maior circulação de conteúdos noticiosos internacionais, como também “alternate perspectives on the news, in some cases challenging western interpretations of what was happening in the world” (11-12). Também o canal Al-Jazeera, que opera em inglês e árabe, é considerado como o epitome do novo panorama do noticiário internacional, “delivering a picture of the world that challenges many of the preconceptions audiences in the West have of international events” (12).

Com a expansão da internet e a possibilidade de termos qualquer informação de forma instantânea mediante um clique, o trabalho do correspondente estrangeiro perdeu a sua exclusividade (Brüggemann 542). No entanto, o mundo está ao nosso alcance, servindo simultaneamente como um complemento à prática jornalística, cada vez mais virada para o jornalismo sentado e para o sedentarismo, mas também como fonte de

informação noticiosa para os leitores, que têm a oportunidade de escolher a dedo os conteúdos noticiosos do seu interesse, desde jornais nacionais dos Estados Unidos com alcance global, a jornais regionais da China, e de cruzar informação (Otto e Meyer 210). Ainda assim, as fontes alternativas que auxiliam o jornalista em caso de falta de movimento ou presença no local não dispensam o conhecimento de caso do jornalista correspondente e o seu contexto no artigo noticioso, já que “as various editors stated, their most important and trusted source for selecting foreign stories is their own correspondent or reporter, his or her familiarity with the subject and region will matter decisively for the quality of coverage” (210). Assim, o papel do jornalista correspondente pode já não ter um estatuto exclusivo, mas não está obsoleto, sendo muitas vezes necessário para a interpretação dos acontecimentos a nível mundial.

1. A influência da geografia e os valores notícia

Porque é que o ‘bronze’ do Presidente dos Estados Unidos da América é notícia, mas os confrontos nos Camarões não? Para além dos factores enunciados no capítulo anterior, como as pressões económicas e o peso da concorrência, os valores notícia são o que mais determina a importância jornalística de um acontecimento, e o que constitui uma notícia.

De acordo com Galtung e Ruge, existem doze critérios a ter em conta na selecção de notícias. Os autores começam por comparar o mundo a um enorme conjunto de estações radiodifusoras, cada qual a emitir o seu sinal ou programa num determinado comprimento de onda, de forma contínua (63). Assim, cabe ao jornalista seleccionar aquilo que lhe chama mais à atenção.

O primeiro critério é a frequência, definida como “o espaço de tempo necessário para [o acontecimento] se desenrolar e adquirir significado” (64). Deste modo, a tese baseia-se numa ‘sintonia’ entre a frequência dos acontecimentos e a prática jornalística. É mais provável um assassinato ser publicado do que uma morte específica num conflito armado, onde morrem pessoas a cada minuto, por exemplo.

Segue-se a ideia de amplitude, que se refere à dimensão do acontecimento. Quanto mais violento o assassinato, mais probabilidade de ser publicado.

A ideia de clareza, ou de menos ambiguidade, é tida como o terceiro critério. Significa isto que quanto mais claro e unidimensional for um acontecimento, mais probabilidades terá de ser noticiado.

Na quarta posição os autores apontam para o que nos é significativo, a nível cultural e de relevância. Segundo este critério, o jornalista dará mais valor ao que lhe é familiar ou culturalmente próximo, ao passo que o restante passará despercebido. Contudo, o acontecimento pode dar-se num lugar culturalmente distante e ter significado para o leitor (66).

A consonância é o quinto critério, sendo que as pré-imagens mentais do jornalista, relacionadas com outros eventos, facilitam a receptividade do acontecimento e a sua publicação.

Segundo os autores, o sexto critério corrige o quarto e o quinto, argumentando que não é suficiente um acontecimento ser culturalmente significativo ou consoante com o esperado. Dentro destes limites, aquilo que é inesperado é o que mais atrai o público.

O sétimo critério defende que quando um acontecimento é definido como notícia e chega aos cabeçalhos dos jornais, continuará a ser notícia durante algum tempo, mesmo que a sua amplitude se reduza.

Segue-se o conceito de composição, que se refere à selecção dos acontecimentos de modo a apresentar um sentido de equilíbrio entre as notícias. Significa isto que se houver um número elevado de notícias internacionais, o valor de noticiabilidade das notícias domésticas será mais elevado, independentemente da sua relevância (67).

Para além destes oito factores, os autores enumeram outros quatro, que, por seu turno, estão dependentes da cultura dominante. A referência a nações ou pessoas de elite é relevante em contexto jornalístico “não só com objecto de identificação geral, mas também pela sua importância intrínseca” (68). Também a ideia de personificação, ou seja, de que o acontecimento é fruto da acção de um sujeito, o protagonista, faz parte dos critérios de selecção. Finalmente, as notícias negativas são preferíveis às positivas por satisfazerem os critérios da frequência, clareza e consonância, sendo mais inesperadas e, conseqüentemente, tendo mais impacto no público (69).

Contudo, os critérios de selecção de notícias não são fixos. Temos obrigatoriamente de considerar que, enquanto produto cultural, “most news content is produced with a national or local audience in mind” (Darling-Wolf 39). Assim, se no Ocidente estórias de interesse humano são normalmente encaradas como tendo relevância noticiosa, no Médio Oriente, por exemplo, concede-se maior importância a estórias com exemplos de responsabilidade social, já que “the majority of Saudi journalists think that the main function of the press ... is enhancing Islamic values” (Archetti 11). De um modo geral, os jornalistas dos chamados ‘países em desenvolvimento’ agem como educadores, deixando a sua função de transmissor de informação para segundo plano. Isto deve-se ao facto de que “developing countries’ societies are too fragile to stand too much probing into the failures of government” (11), razão pela qual as notícias tendem a ser mais positivas e menos focadas em desastres naturais, corrupção e conflitos.

Ainda que os factores relacionados com o domínio das agências noticiosas, a produção, e a distribuição de notícias sejam relevantes para compreendermos as especificidades do conteúdo noticioso de um determinado país (Darling-Wolf 39), podemos considerar que as influências culturais desempenham um papel tão ou ainda mais importante. Nas palavras de Veiga (108-109), o jornalista é um actor social na sociedade em que está inserido, onde desenvolve a sua visão do mundo e estabelece padrões de normalidade e anormalidade, certo e errado, que, inevitavelmente, terão influência na sua escolha do que é notícia. Deste modo, aquilo que o jornalista considera ser a realidade “será norteador do que é produzido e veiculado como ‘verdade’ nos meios de comunicação” (Veiga 108).

Não podemos deixar de concordar com Nobre-Correia quando este diz que a noção-chave dominante de todos os critérios de selecção de informação é a proximidade, seja ela de tempo, espaço ou semelhança (66). O autor aponta como risco “levar o leitor, ouvinte, espectador ou internauta a viver no interior do seu horizonte pessoal habitual, tradicional, mais ou menos acanhado, mais ou menos afastado da vida que continua na «aldeia planetária»” (66), que proporciona o distanciamento cultural que estamos a viver neste momento, no qual os movimentos da direita radical estão a alastrar-se. A propagação de ideias estereotipadas também é um risco, como iremos verificar na secção seguinte, que podem levar a desequilíbrios sociais e a ideologias racistas.

A proximidade tem vários contornos. Os membros da União Europeia, por exemplo, partilham os mesmos valores em termos de respeito pelos direitos humanos, pelas instituições democráticas e pelo mercado livre, ainda que possam não estar próximos geograficamente. Já a Índia e o Paquistão, apesar de muito próximos em termos geográficos, defendem posições políticas bastante diferentes (Archetti 14). Este facto pode, assim, explicar o porquê de sermos constantemente bombardeados com notícias referentes a um país que nos é próximo geográfica ou ideologicamente, em oposição a um país com o qual não partilhamos muitas semelhanças. Os sistemas mediáticos têm também tendência a prestar mais atenção à actualidade das suas antigas colónias, como é o caso de Portugal e os PALOP, França e a África francófona, e o Reino Unido e os países da Commonwealth. Para além disso, as notícias internacionais têm um maior custo de produção e estão sujeitas às pressões institucionais, o que as torna menos apelativas no que diz respeito aos critérios de selecção noticiosos. Segundo Darling-Wolf, “reporters struggling to make sense of a foreign environment in the limited time allotted to cover a story are also more likely to draw on familiar paradigms to interpret what they are witnessing” (40), o que coloca em causa a questão da representação e da identidade das minorias, que iremos abordar mais à frente.

Ainda que o panorama jornalístico de hoje procure ter mais atenção no que toca a ligação entre temas de interesse público e temas de carácter individual e privado, o conceito de empatia social no jornalismo é relativamente recente. Só no final dos anos 70 é que o jornalismo americano abraçou a ideia de utilizar a esfera privada e o interesse humano para abranger diferentes tópicos sociais, focando-se nos pobres e nos indivíduos com doenças mentais, “individuals and groups and grouplets, slivers of groups who may have no public face or public identity” (Schudson 14-15). Podemos considerar que pouco mudou, já que tanto os grupos mencionados como as mulheres e as minorias continuam a ser marginalizados, invisíveis à luz do sistema mediático, algo que iremos explorar na secção seguinte.

Apesar da crescente onda de diversidade de tópicos e culturas abordadas no jornalismo, para Darling-Wolf, “celebratory accounts of the increased diversity of transnational news flows - whether originating from national institutions, multinational corporations, or local citizens - tend to downplay the negative impact of the spread of a commercial model of news production that financially benefits the most powerful global players” (39). Quer isto dizer que ainda que os media estejam a apostar em conteúdos

cultural e ideologicamente mais diversos, o modelo comercial de produção de notícias acaba por beneficiar países como os Estados Unidos, Reino Unido e França, por exemplo, que influenciam grande parte do tecido financeiro mundial. Para além disso, a autora defende que estas ‘celebrações’ mascaram temporariamente os próprios preconceitos e predisposições dos jornalistas, produto da sociedade onde se inserem, como discutimos anteriormente (39).

Quando acontecimentos de carácter emocional ou dramático são noticiados, como desastres naturais, crises económicas ou conflitos, existem diferenças entre a forma como os ‘países desenvolvidos’ e os ‘países em desenvolvimento’ são representados, que colocam em evidencia os preconceitos dos jornalistas, fruto do seu ambiente cultural. Se tivermos em conta dois terremotos, um nos Estados Unidos e outro na Indonésia, ambos com elevado número de mortes, chegaremos a conclusões diferentes ao analisarmos a sua cobertura noticiosa. Isto porque, segundo Darling-Wolf, “the coverage of these events set up a clear dichotomy between powerful nations (where these kinds of things are not supposed to happen at all) and less powerful ones (where these kinds of thing are expected to happen routinely)” (57). Deste modo, se considerarmos os Estados Unidos como o nosso país de origem, fenómenos desta natureza são interpretados como “the result of individual rather than structural flaws” (58), ao passo que na Indonésia, o país estrangeiro, estes eventos são o resultado de “not only of the failure of other environments’ local institutions or political leaders, but of their failure as a nation” (58).

Schudson menciona no ensaio “News and Democracy” a ideia de “vividness hypothesis”. Concebida por Shanto Iyengar e Donald Kinder, a teoria defende que quanto mais dramática ou emocional for a imagem ou o texto, mais tempo permanecerá na mente da audiência e mais a influenciará, o que conseqüentemente terá um maior impacto nas opiniões da mesma. Contudo, os estudiosos concluíram que “news stories that direct viewers’ attention to the flesh and blood victims of national problems prove no more persuasive than news stories that cover national problems impersonally” (15). Para os autores, as causas destas conclusões podem basear-se na atribuição de culpa nas vítimas por parte da audiência pelas adversidades sentidas pelas minorias em questão, ou pela incompreensão da tese dos jornalistas de que ‘estas pessoas são exactamente como vocês’. O pensamento da audiência nesta última hipótese passaria por “I am not black. I am not old. My family has not abandoned me. I have never relied on

government assistance. I do not live in New Jersey. So what you are showing me does not translate into my own everyday life” (15). Podemos considerar que esta teoria se aplica também ao noticiário internacional, na medida em que existe um distanciamento sociológico, para além de geográfico, que opera na mente da audiência e que, à semelhança do que explicamos anteriormente quanto à cobertura de fenómenos no país de origem *versus* num país estrangeiro, os leva a querer que o acontecimento em causa é o resultado de uma falha estrutural. É também por não se relacionarem com as minorias que não as compreendem, visto que a mentalidade ‘esta não é a minha vida, por isso não tenho que me preocupar’ ainda é vigente nos dias de hoje. Tudo isto se reflecte nos meios de comunicação social, já que, como afirmamos anteriormente, o mercado dos media tem sempre o seu público-alvo em mente.

Outro exemplo que ilustra esta ideia são os conflitos armados. Quando as grandes potências do mundo Ocidental estão envolvidas numa guerra que tem como palco um ‘país em desenvolvimento’, o conflito passa também a pertencer-nos, sendo noticiado frequentemente. Contudo, “the numerous wars and conflicts that are taking place right at this moment in much of the developing world involving much violence and terrorism do not really matter much” (Sonwalkar 206), tornando-se uma guerra ‘deles’, sem grande importância noticiosa no Ocidente. O autor dá como exemplo a guerra no Afeganistão, que só foi coberta após o 11 de Setembro. Apenas quando os Estados Unidos foram atacados é que os meios de comunicação social começaram a prestar atenção, já que “the international media largely ignored the tinderbox situation in Afghanistan when the Taliban took over in 1996” (211).

Esta questão explica ainda o porquê de serem publicadas notícias até à exaustão quando se dá um ataque terrorista na Europa ou nos Estados Unidos, mas existe um silêncio quase total quando o mesmo sucede no ‘mundo em desenvolvimento’. Podemos considerar que este facto se deve à questão anteriormente levantada de que é expectável que este tipo de acontecimento suceda em ‘países em desenvolvimento’, mas não no Ocidente desenvolvido, para além do factor proximidade. Nas palavras de Sonwalkar, “the “we”/“they” dynamic is central to nation formation and in the case of young nations, to nation building. It assumes a version of hegemony by which one view of society is made to appear as the “natural” order of things, beyond rational questioning, which may completely delegitimize or even obliterate alternative versions” (209).

Assim, ainda que a violência e o terrorismo sejam temas privilegiados no que diz respeito à selecção de notícias, a geografia e a proximidade cultural são factores que influenciam a importância noticiosa do conflito no Ocidente. Se tivermos em conta a seguinte citação de Sonwalkar, podemos considerar que os jornalistas, influenciados pelas suas próprias culturas e concepções da realidade, ditam o valor da vida humana, ainda que inconscientemente, ao noticiar conflitos no Ocidente e ao ignorar os restantes:

“Even a high degree of violence as part of serious conflicts may not always qualify as news if it does not involve the “right” perpetrators or victims in the “right” geographies of culture. For every conflict that is well covered or analyzed, there are countless that remain unreported, ignored, or marginalized. ... The distinction between “our” terrorists and “their” terrorists can scarcely be maintained any longer. At least in theoretical terms, the value of human lives lost in wars in Africa or Asia and elsewhere cannot be lower than those lost on September 11” (207).

2. A (in)visibilidade das mulheres e das minorias e o papel dos media na propagação de estereótipos raciais e de género

Os meios de comunicação social são capazes de moldar a opinião pública e os nossos comportamentos enquanto sujeitos sociais. É através das imagens e representações fabricadas que nos transmitem diariamente que condicionam os modelos mentais da sociedade e aquilo que é considerado como sendo a realidade. Contudo, não passa disso, de fabricações da realidade. Como afirma Barbosa, “os media são oficinas de representações, positivas e negativas, ... não são inocentes nem imparciais. Os seus textos, as suas imagens, as suas músicas, as suas palavras, são orquestrados para se atingir uma certa finalidade” (235), finalidade esta que está muitas vezes dependente de factores como a rotina de produção dos conteúdos noticiosos, as limitações económicas, temporais e de selecção de fontes, e ainda a própria percepção que o jornalista tem da realidade em que se insere. Enquanto sujeito social mergulhado numa determinada cultura, o jornalista “[reproduz] e [incide os] valores circulantes em forma de discursos” (Veiga 101), o que pode cimentar ideias estereotipadas tanto a nível nacional, como a nível internacional.

O termo estereótipo viria a ser cunhado por Walter Lippmann, em 1922, como tentativa de explicar o porquê de a democracia ter tudo para funcionar, mas muitas

vezes falhar. Lippmann culpa as ‘imagens na nossa cabeça’, sob as quais actuamos perante a sociedade onde estamos inseridos. A noção de estereótipo pode ser então definida como uma “generalized abstraction, simplified version passed to us through our culture ... [and] because they are repeated across time, because they are so pervasive, they have acquired a rigid structure and are resistant to change” (Siapera 113). Para o autor existe uma ligação directa entre as imagens que simplificamos na nossa mente e as imagens que vemos com mais frequência, argumentando que, quando lemos, o nosso cérebro preenche os espaços em branco de modo a criar uma representação correspondente ao que está escrito. É por esta razão que “the mass-mediated images are far more influential in propagating stereotypes, because they already provide images that we can then store in our memories, and conjure up whenever necessary” (113). Acima de tudo, estas representações estereotipadas fazem parte da nossa identidade enquanto seres culturais, já que podem revelar ideias e concepções modelo de uma determinada sociedade.

Ainda que todos os actores sociais sejam alvo de versões estereotipadas de si mesmos, se há um grupo alvo de noções estereotipadas, é as minorias. Segundo Carvalheiro, a noção de minorias tem duas faces a considerar:

Na sociologia, corresponde a grupos sem poder, cujos membros sofrem de desvantagens sistemáticas, pela privação de certos recursos ou pela dificuldade de acesso a eles. Nos estudos culturais, diz respeito a figuras marcadas pela diferença face à norma dominante e que, como tal, tendem a ser escassa ou negativamente representadas nas imagens mediáticas” (70)

Apesar de o estatuto da mulher ser analisado numa perspectiva distinta, tendo em conta os pressupostos do feminismo e dos estudos das mulheres, é com base na definição acima que iremos abordar a mulher enquanto minoria. Ainda que os avanços socioculturais no que diz respeito à inclusão da mulher enquanto actor social sejam inegáveis, continuam a existir diversos obstáculos ao pleno exercício do seu papel enquanto sujeito social, particularmente no panorama mediático. O baixo número de mulheres que ocupam cargos mediáticos hierarquicamente superiores, a falta de representação e invisibilidade da voz feminina nos meios de comunicação social e os efeitos que isso pode ter na sua identidade são apenas alguns dos problemas que ainda persistem. Deste modo, para efeitos do estudo em questão, consideramos pertinente analisar também as mulheres enquanto minoria social.

Um dos maiores obstáculos ao acesso das mulheres aos media foi, e continua a ser, a ideologia do patriarcado, que eleva a figura masculina no seio do grupo social predominante. Como verificámos anteriormente, o discurso mediático é dominado pelo homem em todas as suas faces. O relatório referente a 2016 para Portugal, do *Media Pluralism Monitoring*, revelava que o indicador de Inclusão Social de acesso aos media por parte das mulheres apresentava um risco médio, de 44%. O documento equivalente para 2017 mostra que o risco aumentou para 64%, destacando que a presença das mulheres em cargos executivos nos meios de comunicação social é ainda muito baixa (11). Para além disso, as mulheres continuam a ser sub-representadas nos media, particularmente mulheres idosas, mulheres que pertencem a minorias étnicas ou grupos religiosos, e mulheres com diferentes orientações sexuais. De facto, “como sujeitas da comunicação, [as mulheres continuam] a ser vistas como fontes menos credíveis do que as masculinas” (Pinto-Coelho “O acesso” 1942).

As redacções continuam a ser dominadas por interesses económicos, políticos, culturais e sociais, que priorizam “os acontecimentos fácticos em detrimento daqueles que necessitam de uma abordagem mais complexa dos processos sociais, como é o caso dos relacionados com questões de género” (Souza 91), pelo que acabam por promover o ciclo de desigualdade pelo silêncio e por darem prevalência às audiências e aos interesses das instituições mediáticas. Assim, ainda que “a denúncia da desigualdade [seja] uma responsabilidade própria da comunicação social, que visa mudar estruturas injustas desde a raiz ... [e] tratar as dimensões de género [seja] contribuir para a desconstrução dos mitos e injustiças sobre as assimetrias historicamente sedimentadas” (Cerqueira 29), existem diversos condicionamentos que impedem os jornalistas de o fazerem, entre os quais questões de tempo, de hierarquia, de conflito de interesses, ou até mesmo de carácter discriminatório, como o sexismo. Deste modo, “mais do que conceber a comunicação mediada como a transmissão estática de mensagens, ela [pode ser] entendida como um processo de criação de sentido. Os media [criam] o significado, em vez de se limitar a veiculá-lo” (Silveirinha “Os Media” 6), ilustrando a problemática da representação mediática como algo fluído e dependente de factores que o telespectador nem sempre reconhece.

As questões de género tendem também a ser abordadas de forma superficial, o que promove a desigualdade de género que prevalece na sociedade pelo silenciamento ou banalização das mesmas. Contudo, no que toca a questão da inclusão social e

igualdade de género, é importante que a imprensa procure passar uma mensagem de “igualdade na base da mesma dignidade do que é diferente (diferenças de género no caso), que não deve ser confundida com mesmidade (a conformação ao padrão masculino)” (Esteves 36). O contrário levaria a uma anulação das diferenças, e, conseqüentemente, ao continuar do panorama vigente. Ainda assim, podemos considerar que, devido à dominação exercida continuamente, poderá haver “cumplicidade da parte das jornalistas na sua subordinação” (Pinto-Coelho “O acesso” 1946), já que temos tendência enquanto seres humanos a adaptarmo-nos ao que não conseguimos mudar.

Mas, afinal, o que é ser mulher? Beauvoir defende que “one is not born, but rather becomes, woman” (14), o que indica uma fluidez no conceito de género, tornando-o uma mera construção social, moldado tendo em conta os valores e crenças da sociedade em nos inserimos. Já Butler afirma que “[woman] is a term in process, a becoming, a constructing ... As an ongoing discursive practice, it is open to intervention and resignification” (33), confirmando a fluidez associada ao termo. Podemos assim concluir que o termo ‘homem’ é igualmente fluído, construído a partir de pressupostos antigos que lhe concederam o poder de dominar os restantes seres pelo receio dos mitos de duas personagens femininas que não caem na categoria da pureza e bondade culturalmente associada ao sexo feminino. É neste sentido que a representação nos meios de comunicação social é importante, já que “representation serves as the operative term within a political process that seeks to extend visibility and legitimacy to women as political subjects; on the other hand, representation is the normative function of a language which is said either to reveal or to distort what is assumed to be true about the category of women” (1). Aquilo que vemos e lemos nos meios de comunicação social influencia inevitavelmente a forma como encaramos a realidade, na medida em que, por definição, os sistemas mediáticos apresentam-nos isso mesmo: uma versão da realidade.

O silenciamento simbólico que discutimos no capítulo anterior não acontece só nas redacções, mas também no próprio conteúdo das notícias. Se considerarmos que a imprensa é regulada pelos formatos que determinam o que constitui uma boa estória, podemos concluir que “news stories are everything and nothing at once, providing “information” about the social world but often without the necessary context that would make the events described fully meaningful” (Byerly 39). Como verificámos

anteriormente, o jornalismo é dominado pelo quadro cultural e pelo que é socialmente aceite na comunidade em que se insere, o que significa que a representação feminina nos conteúdos mediáticos depende das referências culturais de quem escreve a notícia. Assim, se as mulheres não são silenciadas de uma perspectiva laboral, são silenciadas pela perspectiva da representação, já que a sua reprodução nos media a nível europeu é frequentemente associada à figura da vítima, atacada por um indivíduo psicologicamente doente ou que não se conseguiu controlar. Podemos considerar que esta perspectiva banaliza a realidade dos assédios sexuais, já que passa a mensagem de que “men just can’t help their biological urges and women must dress modestly if they are to avoid provoking a sexual assault” (43).

Ainda que seja da mais extrema importância expor casos de violência contra mulheres, é também necessário mencionar temas como os direitos laborais, salariais, sexuais e reprodutivos, bem como as mulheres com cargos hierarquicamente superiores e com peso significativo na sociedade, o que, quando sucede, “is casually undermined by the media’s use of extraneous detail such as their age, their shoes, or their latest haircut” (43). Contudo, quando as mulheres são representadas em cargos de poder, “adquirem uma tal visibilidade e destaque que acabam por legitimar esta excepcionalidade como um feito extraordinário” (Souza 98), proporcionando um sentimento de que não é normal uma mulher estar numa posição de poder, algo que se intensifica quando a esfera em questão é maioritariamente dominada pelo sexo masculino.

As mulheres são ainda associadas a figuras masculinas em detrimento das suas capacidades intelectuais e profissionais, pelo que “ganham notoriedade apenas enquanto mães, esposas, irmãs, companheiras de uma certa notoriedade pública com um certo cargo profissional de destaque (normalmente os homens), ou seja, [tornam-se] um mero adereço” (99), e, assim, é-lhes retirada a sua individualidade enquanto seres complexos e com características próprias. Outro factor que evidencia a importância do discurso mediático enquanto catalisador de estereótipos de género é a associação da mulher a papéis que atribuímos normalmente ao sexo feminino, fruto das concepções e tendências sociais. Podem ser estas expressões hipersexualizadas que reduzem a mulher ao seu corpo, ou, por outro lado, a associação tradicional da mulher ao ambiente doméstico e privado. Como afirma Souza, as mulheres continuam a ser alvo de perguntas como ‘como é que concilia o trabalho e a vida familiar?’, mesmo quando o

foco é a sua vida profissional (100). Esta estratégia é frequentemente usada nas ‘revistas femininas’ e nos media generalistas, o que não acontece com os homens em posição semelhante, que são normalmente encarados como poderosos, racionais e dominantes, refere ainda o autor. Podemos assim concluir que esta visão estereotipada do sexo feminino e masculino, cujas características se inserem no modelo patriarcal, pode traduzir-se num sentimento de desalento e de conseqüente aceitação das mulheres da sua sub-representação nos conteúdos mediáticos, levando ainda a um desapego dos meios de comunicação social, dada a natureza que fortalece o modelo patriarcal.

Mas não é só a representação das mulheres nos meios de comunicação social que apresenta problemas e evidencia a problemática da invisibilidade de certos actores sociais. Também as minorias étnicas são alvo da realidade formatada pelos sistemas mediáticos de todo o mundo, determinantes na nossa percepção da era multiculturalista em que vivemos. O relatório do *Media Pluralism Monitoring* referente ao ano de 2017 revela que, em Portugal, o indicador de Inclusão Social de acesso aos media por parte das minorias apresenta um risco muito alto, de 97%. O estudo equivalente para 2016 apresentava um risco médio, de 50%, pelo que se deu uma subida negativa de quase 50% em apenas um ano. Segundo o documento, a representação das minorias nos meios de comunicação social portugueses é praticamente inexistente, com a excepção de programas de serviço público, transmissões de eventos específicos ou programas especializados. A invisibilidade das minorias é ainda mais evidente nos canais de televisão privados e na rádio, confirma ainda o estudo (10). Podemos assim concluir que, à semelhança do que acontece com as mulheres, as minorias étnicas também são desprovidas de voz no que toca o panorama mediático, o que é particularmente preocupante se considerarmos que a influência dos meios de comunicação social “é decisiva, como mostra a história dos tempos mais recentes, em termos de hospitalidade ou hostilidade em relação a estranhos culturais” (Barbosa 232). Como refere o autor, devido à falta de contacto directo as minorias étnicas, é com base nas imagens e nos discursos que os media nos transmitem que formatamos e construímos as nossas opiniões quanto a estes ‘outros’, e que determinamos se são dignos do nosso respeito e confiança enquanto novos membros da sociedade (233).

Esta questão adquire novos contornos se considerarmos que “a investigação continua a demonstrar, estudo após estudo, que os meios de comunicação ocidentais reproduzem, e insistem em reproduzir, leituras simplistas da outredade imigrante”

(235), o que promove a propagação de ideias estereotipadas e muitas vezes negativas sobre as minorias étnicas, levando à disseminação de quadros distorcidos e irrealistas que não representam estes actores sociais de forma digna e justa. É frequente vermos atributos negativos como a delinquência, a prostituição, a criminalidade organizada, o terrorismo, a estupidez, a preguiça, a imoralidade e o irracionalismo (235) associados à figura do imigrante, o que leva à crença que os problemas socioeconómicos existentes são causados por eles. Através da “atribuição generalizada de atributos preconceituosos ... uma estratégia cognitiva que a acompanha a prática da discriminação social” (Esteves 118), os estrangeiros são representados como “alteridades de segunda classe, nas margens da sociedade e da consideração social” (Souza 236), ao passo que os nativos são muitas vezes apresentados como tendo melhores qualidades. As minorias são ainda metaforicamente comparadas com algo inevitável e catastrófico quando os sistemas mediáticos utilizam termos como avalanche, invasão, onda, vaga e fluxo.

Um estudo realizado pela Aliança das Civilizações das Nações Unidas (UNAOC) em parceria com o European Journalism Center (EJC) quanto à cobertura das migrações durante períodos de eleição em França, nos Estados Unidos e em três outros países revelou que o tópico das migrações é noticiado segundo “the perspective of the host countries’ politics, instead of as an international phenomenon” (Grobet 48). Podemos assim concluir que a voz dos imigrantes é silenciada também pela simplificação do fenómeno migratório, para além do facto de não se poderem defender quanto às ideias estereotipadas que são propagadas no discurso dos meios de comunicação social sobre si mesmos. A desinformação que resulta da falta de conhecimento quanto às migrações afecta a sociedade como um todo, devido à polarização e à fragmentação cultural, bem como aos problemas socioeconómicos que podem surgir, como a falta de mão de obra e as tensões culturais. Como afirma Grobet, “many do not know that a large part of human mobility is south-to-south or between developing countries” (51), devido ao fluxo de notícias que associam o fenómeno migratório como uma ‘invasão’ dos países desenvolvidos.

Segundo a definição legal de discriminação racial concebida pela Convenção Internacional das Nações Unidas de 1967, “the term “racial discrimination” shall mean any distinction, exclusion, restriction or preference based on race, color, descent, or national or ethnic origin which has the purpose or effect of nullifying or impairing the recognition, enjoyment or exercise, on an equal footing, of human rights and

fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural or any other field of public life”. Um dos exemplos que talvez tenhamos mais vivos na nossa memória quanto ao fluxo migratório na Europa teve origem com a crise humanitária causada pelos confrontos militares na Síria. Quando o mundo Ocidental foi alvo de ataques terroristas pela mão do Daesh e dos seus associados, observámos não só a onda de cobertura noticiosa relativa a essas tragédias, mas também “this construction of Islamic faith and culture as a rigid system, unchanged through time and place, ... characteristic of the racist regime of representation ... [and] the construction of Muslims as a threat to civilization” (Siapera 135). Os estereótipos que identificámos anteriormente acentuaram-se com a nova ‘ameaça’ que os ‘Outros’ representavam para o Ocidente, sendo os imigrantes de origem islâmica associados a estas figuras radicalizadas, e, consequentemente, colocados na margem da sociedade. Como afirma Siapera, os migrantes foram imediatamente alvo de qualificações negativas, sendo encarados como violentos, cruéis, criminosos e irracionais (135), o que supostamente apoia a sua exclusão da sociedade por se mostrarem incompatíveis com o padrão cultural em vigor, que não a radicalização dos seus sujeitos sociais.

Uma das razões pelas quais decidimos abordar o tópico das mulheres nos meios de comunicação social com as minorias foi exactamente para podermos observar como as mulheres que fazem parte de minorias étnicas são representadas pelos sistemas mediáticos. Continuando com o exemplo apresentado em cima, as ‘Outras’ mulheres são silenciadas através da exclusão da sua autonomia enquanto seres individuais ao serem encaradas como ‘trágicas vítimas de um regime opressor’. Ainda que seja verdade que o Islão tenha regras próprias quanto à conduta feminina, como o facto de não poderem rezar nem jejuar durante o Ramadão quando estão menstruadas, porque o sangue é considerado impuro, as representações mais comuns nos media Ocidentais estão relacionadas com o uso do *hijab*, o lenço de cabeça, e do *niqab*, a burca. Estes artefactos culturais são normalmente associados à submissão e à passividade das mulheres muçulmanas, mas, na verdade, estas têm liberdade para escolher se os usam ou não (138). Contudo, não deixam de ser associadas a figuras hipersexualizadas e místicas, tornando-se um mero fragmento daquilo que representa a realidade.

De acordo com Siapera, estes regimes de representação estereotipados são aceites por quem tem percepções do mundo semelhantes às apresentadas, que complementam ou reforçam essas mesmas percepções. Assim, “people will tend to

(mis)interpret media messages in ways that support their pre-existing ideas and beliefs” (168), o que torna a problemática da invisibilidade e da representação estereotipada de actores sociais mais complexa, e explica a resistência e as acções reaccionárias de alguns indivíduos perante o multiculturalismo e as crises migratórias. Podemos assim concluir que as mensagens transmitidas pelos sistemas mediáticos são meios catalisadores na produção e solidificação de ideias e de identidades, fruto do ambiente socioeconómico, político e cultural em que o sujeito se insere.

De modo a combater a invisibilidade das minorias nos meios de comunicação social são necessárias mudanças a nível estrutural, que incluem a representação das minorias dentro das redacções, como já observámos. Para além disso, incluir a voz dos migrantes nas coberturas noticiosas daria cara e humanidade ao tema da imigração, que tem tendência a desprovir os sujeitos da sua identidade. Noticiar histórias em particular é também uma boa estratégia, já que vai contra a norma do ‘fenómeno sem cara’ e “public discourse is more inclined to condemn the group than to condemn individuals” (Grobet 53). Outra alternativa seria apresentar os benefícios da imigração para além do fluxo económico, como forma de combater os preconceitos e as ideias estereotipadas e promover uma sociedade mais unida e culturalmente rica, onde sujeitos com diferentes identidades vivem em harmonia.

3. Os media e o conceito de identidade

Podemos definir o conceito de identidade como “categorias que localizam os sujeitos em mapas culturais que implicam significações (os traços atribuídos, que podem ter conotação valorativa, como o prestígio ou o estigma)” (Carvalho 69-70) que, por sua vez, determinam a posição hierarquizada de cada grupo social. O termo engloba ainda a ideia de semelhança e de diferença, já que “designa as características de uma pessoa ou de um colectivo para se sentir participante de uma cultura determinada, ou para se diferenciar de outros que considera estranhos” (Correia “Teoria” 103).

A noção de identidade deve ser encarada como algo mutável e flexível que resulta do ambiente em que nos inserimos, e não como uma “estrutura estável localizada primeiramente na mente do indivíduo ou em categorias sociais fixas” (106). A identidade enquanto conceito é, deste modo, um “processo de cariz relacional e multifacetado inscrito nas relações sociais ... que provem de um conjunto de normas de

inclusão e exclusão” (106). Assim, a nossa identidade não parte de nós mesmos, mas é construída consoante os elementos sociais e culturais com os quais temos contacto na nossa vivência em comunidade.

Para Carvalheiro, “a concepção moderna do sujeito e da identidade liga-se, precisamente, às noções liberais de política, de cidadania e de espaço público, vistas como campos de racionalidade, acção e livre organização dos indivíduos” (67). Vivemos numa sociedade em que os grupos marginalizados, como as mulheres e as minorias, procuram associar-se e reclamar o seu direito de serem ouvidos. Estes movimentos surgiram no pós-colonialismo, o que destabilizou o quadro cultural do Ocidente (69), que se regia maioritariamente pelo pensamento heterossexual e patriarcal, tendo o homem branco como figura máxima a seguir.

Como verificamos na secção anterior, os meios de comunicação social têm um papel fundamental na criação das “imagens na nossa cabeça”, ou seja, na nossa percepção da realidade e do que é aceitável no contexto socioeconómico em que nos inserimos. Significa isto que aquilo que vemos, lemos e ouvimos nos sistemas mediáticos da comunidade em que operamos enquanto actores sociais influencia também a nossa identidade dentro desse grupo social, condicionando a forma como actuamos e como vemos o mundo, os outros, e a nós mesmos. A falta de representação no que diz respeito à voz das mulheres e das minorias nos media pode ser encarada como um modelo de mediação, que actua como um processo político “in so far as control over mediated narratives and representations is denied to individuals and groups by virtue of their status or their capacity to mobilise material and symbolic resources in their own interests” (Silverstone e Georgiou 434). Assim, da mesma forma que os meios de comunicação social promovem um sentido simbólico de unidade e de inclusão social, o contrário também é um lugar-comum, o que acaba por complicar a questão da identidade dentro de um determinado contexto social.

Quanto à questão do género, o panorama mediático reflecte, normalmente, a dominação masculina e a ideologia patriarcal. Uma vez que o número de homens em cargos de chefia nas organizações mediáticas é bastante superior ao número de mulheres, ainda que a presença das mesmas seja maior nas restantes esferas, poderá levar a que “do ponto de vista da recepção e da implicação destas imagens, a ideologia dominante [se manifeste] na percepção que as mulheres têm da sua própria condição” (Pinto-Coelho “Imagens” 979), o que perpetua a cultura vigente. Enquanto seres

humanos temos tendência a adaptarmo-nos ao que não conseguimos mudar. Se as representações da mulher nos meios de comunicação social se baseiam em grande parte na figura da vítima, da mãe, da esposa, e da acompanhante, é inevitável que essa concepção social se transponha nas “imagens da nossa cabeça”, e na imagem que temos do sexo feminino.

A representação das mulheres enquanto vítimas levanta ainda outras questões identitárias. Desde cedo que nos dizem para não vestirmos roupa reveladora, para não andarmos sozinhas de noite e uns tantos outros conselhos que o sexo feminino sabe ‘de cor e salteado’. ‘De cor e salteado’ sabemos também as desculpas para o comportamento primitivo e predatório dos homens (ainda que as mulheres também possam ter semelhantes comportamentos): não se conseguiu controlar, estava só a elogiar-te, e o clássico *boys will be boys*. É aqui que reside o problema. Desde cedo que educamos as mulheres no sentido de se precaverem contra o comportamento predatório dos homens, o que actua quase como uma ‘palmadinha nas costas’ por demonstrarem essas atitudes, típicas do macho alfa que conquista todas as mulheres e, às vezes, porque *boys will be boys*, não se consegue controlar. Os meios de comunicação social são cúmplices, já que “a produção de género em notícias de crime sexual de carácter mundano ... convidam os leitores a aceitar que a violência sexual é uma característica «natural», aparentemente inevitável nas vidas diárias das mulheres e jovens” (Carter 25). Para além disso, as mulheres são condicionadas a ver os homens como seres a temer, já que, segundo Carter, “a relativa sobrerrepresentação do femicídio ... encoraja que as leitoras femininas deduzam que o seu risco de se tornarem vítimas é elevado” (25). Deste modo, em vez de procurarmos educar o agressor, optamos por educar a vítima através da cultura do medo, que acaba por fazer parte da sua identidade enquanto mulher e ser social.

O mesmo processo pode ser aplicado às restantes minorias. Vivemos num mundo cada vez mais rico culturalmente, mas essa riqueza fica muitas vezes na sombra de movimentos extremistas, baseados em premissas de ódio e de não-aceitação das diferenças. Como afirma Grobet, a migração de comunidades do ‘mundo em desenvolvimento’ para o mundo Ocidental a que nos habituámos com as crescentes crises internacionais são a maioria das vezes encaradas como uma ameaça à estabilidade e prosperidade do país que recebe essas minorias. Os migrantes são, assim, acusados de tentarem roubar os empregos dos habitantes nativos do país e de o invadirem, causando

pressão e instabilidade nos salários nacionais. Mais relevante ainda para a secção em questão, muitos consideram que os migrantes são uma ameaça aos valores e à identidade nacional e cultural do país de acolhimento (48-49). O modelo a partir do qual o conceito de identidade surge é, segundo Correia, “uma construção conceptual que favorece estratégias racistas ou uma estratégia discursiva que visa reificar o Outro, imputando-lhe uma generalização que ignora a específica maneira de mostrar a sua humanidade” (“Teorias” 107). Podemos assim concluir que os movimentos extremistas e populistas que estão a abalar o mundo Ocidental são o resultado deste sentimento de ameaça perante novas identidades culturais, actuando como movimentos reactivos que visam proteger a visão tradicional de Deus, da Nação, ou da Religião. Isto porque, de acordo com Grobet, os grupos com maioria étnica num determinado país sentem-se quase como proprietários do mesmo, dos seus costumes e das suas instituições, vendo-se como protectores da nação contra os imigrantes que, na sua mente, vêm destabilizar o *status quo* e representam uma ameaça para a sua comunidade cultural (52).

É neste sentido que se conceptualiza a ideia de racismo e de supremacia racial. Segundo Correia, o racismo enquanto conceito pode ser definido como:

Um sistema de dominação e de desigualdade social no qual há a considerar sistemas de práticas sociais e sistemas de práticas sociocognitivas quotidianas. As práticas sociais incluem formas de discriminação, marginalização, exclusão. As práticas sociocognitivas incluem crenças, atitudes, ideologias e estereótipos. Neste sentido, ele funcionou como um elemento de inclusão dos eleitos como iguais que dita a exclusão mais ou menos violenta dos diferentes (“Teoria” 115).

Tendo em conta esta definição, podemos considerar que, à semelhança do conceito de identidade, a falta de representações positivas do “Outro” nos meios de comunicação social contem fundos racistas, já que pode ser encarada como uma forma de marginalização e de exclusão social pela carência de vozes estrangeiras. Esta ideia é visível quando pensamos na figura que os meios de comunicação social nos apresentam do migrante enquanto criminoso e ameaça à estabilidade socioeconómica e cultural do país de acolhimento.

Pensemos na situação cultural de Portugal durante o regime do Estado Novo. A ideologia de elevação dos valores tradicionais de Deus, Pátria e Família era altamente proclamada, até nas escolas. As colónias eram vistas como território português por direito de ‘descoberta’, e o país era exaltado como o mais estável e mais antigo do

continente europeu. O Portugal que conhecemos hoje era, na altura, visto como uma Nação espalhada por continentes, tendo um grande estatuto a nível internacional. No entanto, será que alguma vez nos identificamos mesmo como uma unidade? Nas palavras de Correia, “de um país fortemente homogéneo que se caracterizava por caminhos unívocos no que respeita a questões como sejam a religião ou a pertença étnica, passou-se a uma situação em que crescentemente se insinuam novas questões que desafiam a noção tradicional da nossa identidade” (“Teoria” 126), como a diversidade de culturas, religiões e costumes a que estamos expostos em virtude dos movimentos migratórios, que fizeram de Portugal não só um país de partida, mas também de acolhimento. Estes novos costumes relacionados com a situação da mulher e com o panorama cultural do país, tendo em conta a imigração por parte dos PALOP, do Brasil, dos países de Leste e da Ásia, contribuíram para “uma nova percepção da identidade portuguesa em que continuam visíveis muitas perplexidades e desequilíbrios que se reflectem no discurso dos media” (126). Podemos assim considerar que a falta de representação feminina e das minorias nos meios de comunicação social relaciona-se com esta perda de identidade do que se considerava ser português, à qual a nossa sociedade e os nossos sistemas mediáticos ainda não se adaptaram.

Contudo, a própria Europa enquanto continente falhou neste sentimento de multiculturalidade uniforme, segundo os autores Silverstone e Georgiou (435), o que é evidente se observarmos a crescente onda de movimentos populistas que voltou a renascer nos últimos anos. Conceitos como antissemitismo voltaram a estar na boca dos europeus, quando estudos concluíram que muitos jovens não sabem o que foi o Holocausto. É feita quase uma caça a quem não é caucasiano, e vídeos de ingleses frustrados com quem fala outra língua que não o inglês circulam na internet, numa altura em que o Reino Unido se encontra instável devido ao desfecho ainda desconhecido do Brexit. O mesmo sucede no outro lado do oceano, na potência com mais influencia no mundo. Nos Estados Unidos esta perseguição tem contornos ainda mais perversos, sendo constantes as notícias de afro-americanos mortos como resultado de violência policial. O seu Presidente valoriza o isolamento cultural e espalha nas redes sociais a ideia de que os imigrantes são criminosos constantemente, como discutimos no parágrafo anterior, parecendo não ter qualquer empatia por aqueles que necessitam da nossa ajuda. O seu discurso misógino representa também valores passados e conservadores, que não deviam ter lugar numa sociedade autoproclamada de moderna.

No Brasil, um país com laços fortes em Portugal e cuja tutela já ‘pertenceu’ ao nosso território, a retórica é bastante semelhante. Todos estes elementos e muitos mais representam, a nosso entender, um retrocesso enorme para a sociedade, sendo o resultado deste sentimento de ameaça ao que cada comunidade descrita considerava ser a sua identidade cultural, procurando, assim, agarrar-se aos valores tradicionais e patriarcais do passado.

Existem diversos problemas no que diz respeito à representação negativa das mulheres e das minorias. Para além da fragmentação social e da discriminação que as ideias estereotipadas originam, os grupos afectados podem “fight back, through the development of counter-stereotypes, or through mobilizing negative stereotypes against other groups ... or the ongoing attempt to redress negative stereotypes” (Siapera 115). Assim, com base em ideias exageradas que foram absorvidas como verdades simbólicas, os grupos em causa podem conformar-se com o que não conseguem mudar, o que determina a continuidade do ciclo de discriminação, ou ainda corresponder às expectativas que estas noções falsas da realidade estabelecem para a comunidade afectada, o que irá causar um maior sentimento de revolta por parte do país acolhedor, se estivermos a falar do caso das minorias. No caso das mulheres, voltaríamos a casa para assumir o papel de mãe, esposa e doméstica, o que representaria um enorme retrocesso cultural e social.

Deste modo, temos de nos perguntar se podemos encarar as imagens e as representações dos meios de comunicação social das mulheres e das minorias como fiéis, e se estes grupos se irão rever nas mesmas, já que o contexto mediático não pode ser separado da sociedade em que se insere. Segundo Silverstone e Georgiou, a representação mediática envolve não só a participação de um determinado actor social, mas também o seu reconhecimento (436-437). Os autores definem participação como “the capacity to contribute to the mainstream, to enable the minority voice or visibility on national channels or the national press, but it is also a matter of the capacity to gain a presence on one’s own terms on the nationally owned spectrum” (436-437). Os sistemas mediáticos podem assim promover um sentido de unidade no nosso mundo fragmentado ao apresentarem imagens fiéis aos grupos em questão, que não sejam baseadas em discursos preconceituosos e negativos. Para Silverstone e Georgiou, os meios de comunicação social proporcionam um grande sentido de familiaridade através das imagens que nos transmitem, que também se provam prejudiciais quando estão erradas.

Podemos assim concluir que os media têm papel crucial na formação da nossa identidade cultural, servindo como meio de expressão e como instrumento identificador do nosso lugar na hierarquia social.

Capítulo III: O caso do PÚBLICO

1. História

Foi em 1989 que, com o propósito de “agitar as águas, criar um jornal novo, moderno, europeu, sintonizado com os novos tempos” (Lucas 127) em mente, foi criado o embrião do jornal Público que conhecemos, contando com jornalistas como Vicente Jorge Silva, o director da época, Jorge Wemans, Nuno Pacheco, José Vítor Malheiros e Teresa de Sousa, para enumerar alguns.

A sua primeira edição impressa chegou às bancas a 5 de Março de 1990, integrando no ano seguinte a World Media Network, uma associação entre diversos meios de comunicação social estrangeiros, nomeadamente o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, o jornal francês *Libération*, o jornal espanhol *El País* e o jornal italiano *La Stampa*, publicando vários suplementos especiais. Foi em alguns destes jornais de renome que o Público se inspirou para criar o seu estilo editorial. De acordo com a introdução do seu livro de estilo, redigida por Vicente Jorge Silva:

O PÚBLICO tem um estilo próprio que identifica o jornal perante os seus leitores e a opinião pública em geral [que] integra os grandes princípios fundadores do jornalismo moderno — adoptados pelos jornais de referência em todo o mundo, do "The Washington Post" e do "The New York Times" ao "La Repubblica", "El País", "Le Monde" ou "The Independent" — e uma nova sensibilidade para captar e noticiar os acontecimentos, que caracteriza um jornal como o "Libération", por exemplo (15).

Um dos princípios fundamentais que o primeiro director aponta na escrita do Público é o factor humano, “essencial numa informação que se quer viva e não se limita a um repositório anódino e descolorido de acontecimentos e situações” (17). Para Vicente Jorge Silva, o Público aposta no retrato e na personalização de ambientes, o que, aliada à “capacidade de retratar esses actores, sem pretensiosismos psicologistas, faz parte da arte que deve inspirar todo o trabalho jornalístico: a de saber contar histórias” (17). A nova direcção, no cargo desde Agosto de 2018 e composta por Manuel Carvalho, Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes e Tiago Luz Pedro, renovou em editorial os votos prometidos pelo Público, quando deu os primeiros passos:

Um jornal livre, inconformista, irreverente e crítico. Um jornal empenhado em promover os valores do seu estatuto editorial, no qual se consagra o apego à democracia, o respeito pelo Estado de direito, a liberdade de expressão, a protecção das minorias, o culto da

tolerância, a subscrição dos ideais da construção europeia e a certeza de que, como portugueses, fazemos parte de um mundo que nos influencia e no qual temos o dever de participar (Carvalho et al.).

O Público e os seus jornalistas já foram distinguidos com diversos prémios, dos quais (entre os mais recentes) podemos destacar o Prémio Gazeta de Imprensa 2017 e o Prémio AMI - Jornalismo Contra a Indiferença pela série de seis reportagens "Racismo à Portuguesa", de Joana Gorjão Henriques, bem como o Grande Prémio Imigração e Minorias Étnicas: Jornalismo pela Tolerância, pelos trabalhos "Missnana, o sonho leve da morte" e "Um bebé é um passaporte para o céu", de Paulo Moura.

Para Vicente Jorge Silva, “a sintonia do PÚBLICO com o espírito de uma época de viragem é um dos traços que definem, desde logo, a sua personalidade jornalística: não queremos perder nada do nosso tempo” (15-16). A criação do jornal coincidiu com diversos momentos que viriam a marcar o mundo, entre os quais a queda do Muro de Berlim, a Perestroika e o início da Guerra do Golfo. A secção Mundo assume assim uma importância redobrada, acompanhando o conflito no Golfo e tendo um grande repertório de correspondentes estrangeiros. Assim, segundo o primeiro director, houve uma especial “preocupação de ter pessoas vocacionadas para noticiar, reportar e analisar essa área [o internacional] até então menosprezada, considerada secundária ou até irrelevante nas redacções” (Lucas 151).

2. Organização e funcionamento da secção Mundo

A redacção está organizada numa estrutura de ilhas em plano aberto, permitindo o fácil contacto entre os jornalistas das diferentes secções. A secção Mundo, por sua vez, situa-se no canto direito do espaço, contando com doze jornalistas. Cada um está encarregado de um determinado leque de países, escrevendo conteúdos noticiosos com base na análise dos diversos acontecimentos. Uma das dificuldades apontadas por Alexandre Martins, jornalista do Público desde 1999, é o facto de não haver pessoas suficientes na secção para colmatar a escrita de conteúdos noticiosos dos vários países do mundo. “Quando chegassem estes momentos em que precisamos de fazer uma abertura, destaque, seja o que for, já tínhamos a pessoa certa para atalhar caminho e escusávamos de estar metade do dia a ler coisas e a produtividade seria maior”. A editora da secção, Ana Gomes Ferreira, no Público desde a sua fundação, relembra que

nos primórdios do jornal a secção Mundo era muito especializada, sendo que “havia jornalistas que trabalhavam o Médio Oriente, outros a Europa, a América Latina, a América do Norte, a Ásia, e dentro da Ásia havia uns que se dedicavam só à China, havia uns que se dedicavam às Índias... Tentamos manter isso, mas a secção tinha imensa gente”. Contudo, se dantes havia tempo para estudar e ler no horário de trabalho, “porque havia dias que [o Jorge Almeida Fernandes] não tinha trabalho para lhes dar e eles estavam dois ou três dias sem escrever”, hoje a editora sente que não podem ser tão especializados, dado o número reduzido de pessoas na secção. “Como não temos correspondentes, estamos mais a apagar fogos, [mas] tentamos não escrever sem perceber o contexto, o que às vezes é um problema pela velocidade do online e da ideia que tens que pôr logo em linha, o que tem a ver com a competição”.

Após a reunião com os editores de todas as secções, que conta com a presença do director ou dos directores adjuntos, na qual é estabelecida a agenda noticiosa do dia e a organização da edição impressa para o dia seguinte, a editora começa a distribuição de tarefas. Ainda que o horário das 11h às 20h fosse o mais usual, em meados de Novembro ficou estipulado que em cada semana um jornalista ficaria encarregado de realizar conteúdos que alimentassem a edição online, tendo como horário das 8h às 16h. Esta última função é particularmente importante, sendo que o jornalista tem a responsabilidade de noticiar os primeiros conteúdos da manhã, bem como os acontecimentos de última hora, que necessitam de constante actualização. Enquanto jornalista estagiária tive a oportunidade de exercer em ambos os horários, o que me deu uma renovada perspectiva no que toca o jornalismo de análise, no qual temos mais tempo para redigir os conteúdos noticiosos, e o ritmo frenético do online, que exige uma escrita e pesquisa mais imediatas. Como afirma Alexandre Martins, “temos que estar sempre a alimentar o noticiário na internet”, e uma das consequências é o facto de que “enquanto estamos a fazer coisas mais reactivas não estamos a ler, a pensar, e há esse impacto que tem que se notar na qualidade final dos textos”.

Como seria de esperar, os jornalistas tanto podem propor conteúdos para redigir, como lhes podem ser atribuídos temas pelas editoras. Enquanto jornalista estagiária, também procurava propor tópicos para escrever ao máximo, especialmente quando as editoras não dispunham do tempo necessário para encontrar algo com que me ocupar. Devido às restrições, todos os conteúdos partem de uma outra notícia ou de uma

informação de agência, sendo o papel do jornalista reinventar a informação e aprofundar o tópico de um ângulo diferente aos dos restantes meios de comunicação social.

O fecho da edição dá-se entre as 20h e as 20h30, apesar de diversos conteúdos serem publicados na edição online ao longo do dia. A sua publicação em papel depende, depois, da sua relevância noticiosa e do espaço que a secção dispõe na edição impressa. Por exemplo, todos os conteúdos produzidos pela candidata na primeira semana de estágio ficaram restritos ao online, já que se tratava de uma semana de adaptação. Contudo, na segunda semana de estágio estreamo-nos no papel com uma magnólia¹ sobre o furacão Florence, que se abateu sobre a costa leste dos Estados Unidos da América, em Setembro.

Ainda que as saídas da redacção sejam raras, muito menos viagens ao estrangeiro, três jornalistas viajaram durante o período de estágio. Tanto os jornalistas Clara Barata, como João Ruela Ribeiro estiveram no Brasil no início e no final de Outubro, respectivamente, para cobrir as eleições presidenciais da altura. Já António Saraiva Lima, esteve na Turquia, em Sanliurfa, junto à fronteira com a Síria, fazendo uma série de reportagens sobre os refugiados da região, publicadas em Novembro. Também tivemos a oportunidade de sair em reportagem, permanecendo, contudo, em solo nacional. Tratou-se de uma reportagem sobre o movimento “Contra o ódio, pela democracia no Brasil”, que se encontrava na altura em campanha pelo candidato à presidência Fernando Haddad e contra o actual Presidente Jair Bolsonaro, pretendendo ainda saber as convicções de voto dos brasileiros em Lisboa perante a elevada taxa de abstenção e de votos nulos e brancos da primeira volta das eleições presidenciais. Ainda assim, como afirma Alexandre Martins, “é verdade que se calhar há coisas hoje que acontecem que se fosse há 10 anos íamos e já não vamos, mas quando é mesmo importante, como eleições em França, no Brasil, Estados Unidos, Brexit, até na Ucrânia, vamos sempre”. A editora Ana Gomes Ferreira revela que outro entrave são os orçamentos, estando o jornal hoje em dia dependente de viagens patrocinadas, sem qualquer contrapartida. “Fomos a Moçambique, há-de haver eleições na Hungria e acho que é obrigatório ir por causa desta vaga populista que está a varrer a Europa, havendo

¹ Magnólia é, segundo Ana Gomes Ferreira, um “calão interno” do jornal Público, referindo-se a publicações longas de duas a três páginas. Caracteriza-se por não ser uma notícia, mas sim um olhar mais profundo a um conteúdo distintivo ancorado na actualidade, permitindo outro tipo de abordagem devido ao seu formato longo. Segundo a editora, o termo foi curado por um antigo director, que se referia a trabalhos de qualidade como se fossem uma flor rara, aludindo ao sentido botânico de “magnólia”.

eleições europeias também, e quando for a altura do Brexit teremos que ir à Grã-Bretanha. Mas sim, viajava-se mais e mais autonomamente”.

Para a editora, o sedentarismo na secção é “muito relativo”, visto que trabalham muito com o telefone. Nas suas palavras, “o facto de não saíres da cadeira não te torna um jornalista sedentário. É sedentário se te limitares a copiar telexes, que é uma coisa que não queremos fazer. Portanto, temos que estar sempre a fazer entrevistas, mesmo que não sejam entrevistas pergunta-resposta, para perceber aquilo que se vai escrever”.

3. Transformações na secção e correspondentes no estrangeiro

De acordo com Alexandre Martins, o noticiário internacional do Público é essencial na matriz do jornal, criado para combater a falta de atenção concedida ao mundo na altura. Como referimos, a criação do Público coincide com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e, se num jornal como o Expresso esse evento teve apenas uma “chamadazinha de capa, e cá em baixo, e a muito custo, porque foi a secretária da redacção da altura que insistiu com o director da altura, o José António Saraiva” dado o sentimento da época de que a proximidade e o local eram os temas a apostar, o Público queria explorar a componente internacional, precisamente porque estavam a acontecer mudanças a nível mundial. Assim, para Alexandre Martins, a secção Mundo “é mais analítica, tenta perceber o que se está a passar no mundo e tenta ter uma visão própria”.

Como afirma Ana Gomes Ferreira, “há quem diga que foi a secção do Internacional que fez o Público”. Para além de o jornal ter sido criado na ressaca da queda do Muro de Berlim, enviando correspondentes estrangeiros e enviados especiais para todos os cantos do mundo, logo depois brotou a guerra do Golfo. O conflito catapultou as vendas e solidificou a posição do recém-nascido jornal no mercado, o primeiro diário a produzir conteúdos noticiosos que explicavam de forma detalhada e contextualizada quanto ao porquê da guerra. “Todo esse tipo de explicação sobre o que é que se estava a passar além de ‘houve este combate’, ‘conquistaram este terreno’, tudo isso pôs as pessoas a falar no tipo de jornalismo que se fazia no Público diariamente, que era um hábito que não havia na imprensa portuguesa na altura”.

Ainda que a importância da secção Mundo dentro do Público se mantenha, a editora alerta para o facto de que a informação e o que é encarado como relevante

mudou muito nos últimos anos, o que acaba por colocar as questões do internacional em segundo plano, já que “as pessoas se calhar querem saber o que é que o Marcelo Rebelo de Sousa tem a dizer sobre a Notre-Dame que ardeu, em vez de saberem que o general Sisi no Egipto está a fazer uma mudança constitucional para ficar no poder durante mais 20 anos”, por exemplo. Trata-se, assim, de um problema de visibilidade mediática, derivada do consumo imediato que o Online proporciona, neste momento a plataforma mais consumida e partilhada pelos leitores. Como refere Ana Gomes Ferreira, “o impacto da notícia já não é o mesmo do que era há uns anos, e isso não é só uma questão de o Internacional não estar a produzir a notícia, porque está”. Por outro lado, Alexandre Martins considera que estamos a voltar, de certa forma, à época percussora da criação do Público, ainda que afirme haver uma “atenção desmesurada e não muito pensada em mais de reacção em assuntos de última hora, e que envolvam drama. Daí que às vezes aconteça uma explosão de gás na Tailândia, morram duas pessoas e metam em destaque – é a explosão, não é a Tailândia”. Para o jornalista, isso significa que “o verdadeiro noticiário internacional para o qual o Público foi criado e no qual muitos de nós nos revemos está a [ficar] para segundo plano”, na medida em que a componente de análise e de contextualização das matérias acaba por se perder no meio do “pequeno drama”, como diz.

Outra das dificuldades apontadas por Alexandre Martins é o facto de a coesão entre secções se ter perdido. O jornalista afirma que nesta guerra de atenção mediática as linhas que separam cada conteúdo de cada secção já não estão bem definidas, pelo que há quem considere que o incêndio na Catedral de Notre-Dame, em França, por exemplo, é título da secção Mundo, ainda que seja um objecto cultural. “Se for fora do país tudo é nosso? Não. É sinal de que as coisas foram mudando e que as pessoas não percebem como percebiam antes, o que pode afectar a comunicação”.

Nos primórdios do Público, a rede de correspondentes estrangeiros era vasta, sendo constituída por 52 jornalistas, ainda que nem todos fizessem parte dos quadros do jornal. Hoje, contudo, a única correspondente estrangeira do diário é Rita Siza, em Bruxelas, tratando apenas de assuntos relacionados com a União Europeia. Para Alexandre Martins, a falta de correspondentes é um dos grandes entraves ao bom funcionamento da secção Mundo, devido às mudanças a nível mundial e ao aproveitamento pouco inteligente que os jornais fazem da internet enquanto ferramenta de trabalho. Assim, o jornalista considera que os correspondentes acabam por ter um

papel ainda mais importante do que anteriormente, de modo a que os jornais possam transmitir qual o verdadeiro sentimento de um determinado espaço perante ataques terroristas, conflitos armados, e ainda fenómenos políticos como o Brexit. Deste modo, o jornalista defende que “não chega ir [ao local para] umas eleições, é preciso viver lá, estar lá, para depois quando acontecer aqueles momentos muito importantes podermos dar às pessoas uma visão o mais próxima possível da realidade”.

Segundo Ana Gomes Ferreira, correspondente em Nova Iorque durante três anos, o trabalho de um correspondente estrangeiro é muito solitário, “porque não estás num ambiente de redacção, não tens colegas a quem pedir ajuda, tens que cavar os teus próprios contactos, perceber quem são as pessoas pertinentes para falar e a tua rede de analistas e intervenientes”. Ao contrário do que se possa pensar, a editora relembra que é também um trabalho muito baseado em entrevistas por telefone, devido à mobilidade reduzida. Para além disso, é necessário escrever todos os dias. É esta uma das notas positivas para a jornalista, afirmando que “estás tão concentrada naquele país que estás sempre a estudar política americana ou outra coisa qualquer, porque se és correspondente tens que fazer tudo, cultura, economia, sociedade, política de imigração”.

4. O papel das agências, da internet e dos jornais estrangeiros

O primeiro passo a tomar assim que os jornalistas chegam à redacção é verificar os jornais estrangeiros de referência, como a BBC, o The Guardian, o El País, o The New York Times ou o Le Monde, bem como as agências de informação, entre as quais a Reuters, a AFP e a Associated Press, de modo a apurar os acontecimentos do dia. É esta a base de muito do trabalho noticioso da secção Mundo, devido à falta de correspondentes e às limitações financeiras que não permitem viagens ao estrangeiro de forma regular.

Com a Internet, que nos dá acesso a jornais locais e informações exclusivas, bem como as agências noticiosas, que publicam conteúdos quase em tempo real, o jornalista pode estar sentado na sua secretária a redigir como se estivesse no local, algo discutido nos capítulos anteriores. Foram várias as “falsas reportagens” que elaboramos com base em testemunhos dados em jornais locais e jornais internacionais, que dispõem de recursos que lhes permitem suportar uma rede de correspondentes estrangeiros, sendo

um exemplo marcante o conteúdo noticioso referente ao sismo e ao tsunami que se abateu sobre a Indonésia, em Outubro. Apesar das limitações, recordamo-nos que a editora Ana Gomes Ferreira comentou que a notícia estava “muito humana”, algo que, como verificámos em cima, é valorizado no estatuto editorial do jornal.

Um dos pontos negativos da revolução que o online trouxe ao jornalismo prende-se, para Alexandre Martins:

[Com] a sobreposição de várias notícias no site, que tira preponderância a notícias que antigamente eram importantes, e as que demoram muito tempo a fazer, por exemplo, se eu passo 4 ou 5 horas a escrever uma coisa que fique com pés e cabeça, que explique alguma coisa às pessoas, quando é publicado se calhar já não vai estar em destaque. É relativo a uma coisa que aconteceu há 4 horas, já passou, explodiu uma bilha de gás não sei onde, e a aposta é nisso.

Outro problema da internet, apontado por Ana Gomes Ferreira, é direccionado à forma como os leitores consomem os conteúdos. A jornalista afirma haver uma sensação generalizada de que os leitores “lêem os títulos, um bocadinho [das publicações] e às vezes ficam com uma ideia que depois não é bem aquela”. Podemos considerar que esta é uma das razões para a crescente onda de desinformação que se faz sentir, não se tratando apenas de um problema de excesso de produção jornalística com propósitos económicos, mas sendo também em parte algo relacionado com a forma como os leitores encaram os conteúdos noticiosos. Um exemplo dado por Alexandre Martins é o facto de que “às vezes podemos querer ser ligeiros ou usar uma comparação que achamos que as pessoas vão perceber mais depressa e que é mais interessante, e uma pessoa que está chateada com outra coisa qualquer vai achar que aquilo é opinião”, o que inevitavelmente complica a relação de confiança entre o leitor e o meio de comunicação social em questão.

Apesar de tudo, Alexandre Martins afirma que a internet, ainda que estimule o sedentarismo, pode ser uma ferramenta inestimável, quando usada de forma inteligente. Contudo, o jornalista considera que “nunca se pode substituir estar nos sítios e, mais, ir aos sítios e termos pessoas na redacção a trabalhar também por cima disso, quando se justifica”. Também Ana Gomes Ferreira considera que a internet tem tudo para melhorar a produção jornalística, visto que nos permite ter um maior leque de opções no que toca a fontes e informações sobre os diversos acontecimentos. É necessário, contudo, saber filtrar a informação e procurar aquilo que é pertinente. No entanto, a

editora reconhece que o problema está no facto de que “nós não estamos a usar [a internet] de forma inteligente, estamos a ir pelo mais fácil, a repetir-nos, a decalcar-nos e a dar voz a pessoas que não têm informação pertinente para passar. Mas depende de nós tornar isso uma qualidade e não um problema”.

Um problema de utilizar as agências de informação e outros jornais como fonte prende-se com a informação no espaço digital, que é esperada quase de forma imediata. A editora afirma que face a este sentimento de que é necessário publicar os conteúdos noticiosos automaticamente, os jornais repetem-se mutuamente. Assim, o Público procura colocar em prática um trabalho secundário de procura de informação junto das fontes, de modo a não se deixar seguir pela corrente da informação sem verificação prévia.

Capítulo IV: Metodologia e análise dos resultados

1. Objectivos do estudo empírico

Uma vez concluída a revisão da literatura que sustenta a componente teórica do presente estudo, é necessário apresentar os procedimentos que permitiram a realização deste relatório de estágio, bem como delinear as perguntas a que pretendemos responder.

A presente investigação tem como base uma análise de conteúdo da secção Mundo no período de permanência da candidata enquanto estagiária no noticiário internacional do Público, de 3 de Setembro a 2 de Dezembro de 2018, de modo a determinar as diferenças entre o tratamento noticioso dos países designados como “desenvolvidos”, que exercem mais influência no tecido mundial, e os países “em desenvolvimento”. Assim, pretendeu-se realizar uma análise na qual fosse possível determinar como são representadas as minorias na secção Mundo do Público, passando também por questões de género, tendo em conta o corpo teórico apresentado nos capítulos anteriores.

De modo a acalçar uma resposta satisfatória à problemática apresentada, a investigação dos conteúdos publicados na secção em questão teve como base um código de análise, incidindo nos géneros jornalísticos das peças publicadas no online e em papel, bem como nos seus temas e onde é que os acontecimentos noticiados tiveram lugar. Para além disso, procurámos perceber se a linguagem e a terminologia utilizada nos conteúdos noticiosos tinham um vínculo negativo ou positivo, uma vez que as notícias de carácter negativo têm mais probabilidade de serem publicadas e a natureza dos vocábulos utilizados influenciam não só a forma como vemos os outros, mas também a forma como a identidade dos mesmos é formada, desconstruindo a realidade, já que “media discourse is the main source of people’s knowledge, attitudes and ideologies, both of other elites and of ordinary citizens” (van Dijk 36). Trata-se isto de uma análise de conteúdo, “an approach to the analysis of language that looks at patterns of language across texts as well as the social and cultural contexts in which the texts occur” (Paltridge 1). A análise pode ter como foco tanto o tópico do texto em questão, como a sua formação semântica e sintática, incluindo ainda a organização estrutural do artigo. As variações de estilo utilizadas e os recursos retóricos também são alvo de

escrutínio na análise de conteúdo, bem como as formas de interação no discurso directo (van Dijk 35).

Procurámos ainda verificar se os conteúdos noticiosos foram realizados por enviados internacionais, por jornalistas na redacção ou por agências de informação, e qual o rácio de notícias quanto a países cuja língua oficial é o português, face as notícias que têm como localização as potências com mais importância no Ocidente, como os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França, para enumerar algumas. Tentámos ainda conceder especial atenção no que toca a cobertura de acontecimentos no Ocidente, face a cobertura de eventos da mesma natureza no Médio Oriente, como ataques terroristas, situações de violência generalizada, entre outros.

O principal objectivo é verificar se as minorias são de facto representadas como invasores dos países Ocidentais, sem individualidade e vítimas do seu próprio destino, esquecidas e inferiores ao ‘salvador de pele branca’. Também nos interessa perceber como é que as mulheres são retratadas em posições de poder, bem como se são apresentadas como vítimas ou sombras de um homem, e em que circunstâncias. Procuraremos também verificar qual o número de conteúdos noticiosos que têm uma mulher que faz parte de um grupo minoritário como protagonista.

Visto que os três meses de estágio totalizam cerca de 900 artigos jornalísticos, foi necessário reduzir drasticamente a amostra de investigação. Deste modo, optámos por seleccionar o mês de Outubro, com 304 artigos jornalísticos, já que já estávamos completamente confortáveis com as práticas da secção e da redacção. Foi também o mês em que realizámos mais conteúdos noticiosos diversificados (saímos em reportagem até ao Largo Camões com o movimento “Contra o ódio, pela Democracia no Brasil”, para verificar as tendências de voto dos brasileiros em Lisboa, por exemplo). Assim, a amostra final totaliza 38 conteúdos noticiosos para a categoria das minorias, e 36 publicações para a categoria das mulheres.

2. Temas, espaços e diversidade

De modo a determinar o quão diverso é o conteúdo noticioso da secção Mundo durante o mês de Outubro é necessário apurar o número de espaços presentes na secção durante o período de análise, bem como os temas mais recorrentes na informação

publicada. Como abordámos nos capítulos que suportam a componente teórica do presente estudo, enquanto seres humanos temos tendência a relacionar-nos com mais facilidade com aqueles que têm uma complexidade e um padrão de pensamento semelhantes aos nossos (Nobre-Correia 43), o que, aliado com os procedimentos jornalísticos que delimitam o valor noticioso de uma determinada informação e os factores que colocam em causa a prática jornalística, como as pressões económicas das instituições mediáticas, a sua falta de recursos humanos e a crescente importância da internet na produção jornalística, condenam o jornalismo moderno à secretária e à abordagem de tópicos de proximidade cultural e geográfica.

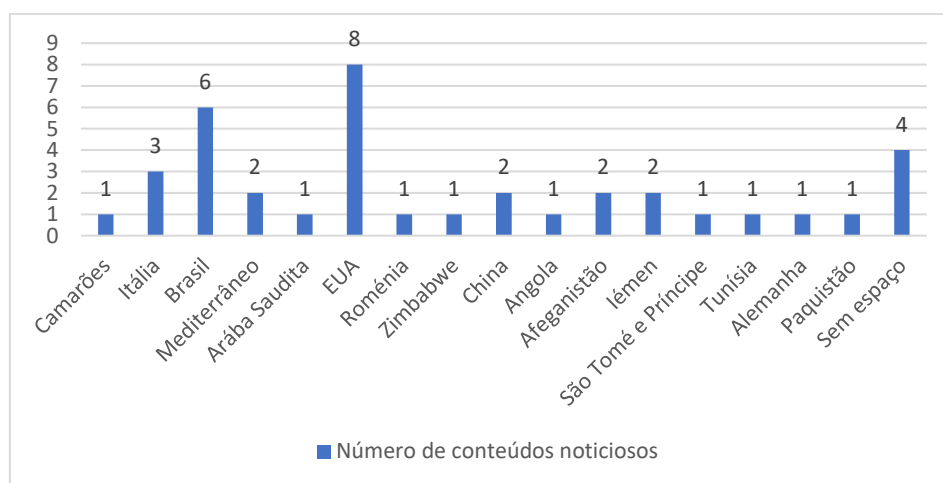


Figura 1: Espaços por número de conteúdo noticioso (minorias)

Tendo em conta os dados recolhidos quanto aos espaços presentes na secção Mundo durante a totalidade do mês escolhido para esta investigação, verificámos que foram escritos 304 conteúdos noticiosos sobre 53 espaços diferentes, 32 (60%) dos quais se referem a espaços do chamado terceiro mundo, e 21 (40%) a espaços cultural e economicamente dominantes. É o caso do Brasil, da Arábia Saudita e do Iémen, por exemplo, bem como dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e de Espanha, respectivamente. Ainda assim, dos 304 conteúdos noticiosos analisados, apenas 38 (13%) artigos foram escritos com base em informações sobre minorias, num total de 17 (6%) espaços.

Curiosamente, Outubro foi o mês das eleições presidenciais brasileiras, pelo que 82 (27%) das informações 304 publicadas se referem ao país e ao clima de medo e

instabilidade perante a violência e a incerteza dos resultados das urnas. O segundo espaço com maior número de conteúdos noticiosos no universo da secção Mundo foi, sem grandes surpresas, os Estados Unidos da América, contando com 41 (13%) informações publicadas, desde a nomeação do Supremo Tribunal, a catástrofes naturais como o furacão Michael. Contudo, no espectro das minorias são os Estados Unidos que tomam o pódio, com 8 (21%) dos 38 conteúdos noticiosos. Entre estes estão os ataques do Presidente Donald Trump à “marcha” dos migrantes hondurenhos que rumavam aos Estados Unidos, o ataque à sinagoga de Pittsburgh, e a hipótese de o país deixar de reconhecer pessoas transgénero. Por sua vez, foram 6 (16%) os artigos atribuídos ao Brasil, todos com ligações às eleições presenciais da altura. É o caso da morte de um mestre de capoeira e do clima de violência que mais afecta os grupos minoritários da sociedade, de reportagens sobre o medo que motiva os favelados e os mais carenciados a votar em Jair Bolsonaro e da acusação de Fernando Haddad de que Jair Bolsonaro partilhou “imagens vulgares” sobre si, em conformidade com o seu discurso racista e misoginista, e a luta dos indígenas brasileiros para reaver as terras da Amazônia.

Segue-se Itália, com 3 (8%) artigos, e o Mediterrâneo, com 2 (5%) conteúdos noticiosos. Todas estas publicações se referem à crise migratória na Europa e aos refugiados, tema também de 2 dos 4 (11%) artigos sem espaço geográfico definido. Os restantes 2 conteúdos noticiosos sem espaço geográfico definido são os perfis dos vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, nomeadamente Nadia Murad, a mulher yazidi que foi capturada pelo Estado Islâmico e forçada à escravidão sexual, bem como Denis Mukwege, um ginecologista congolês que tratou milhares de mulheres violadas por milícias durante a guerra civil do Congo.

As duas (5%) notícias referentes à China alertam para os campos de reeducação de muçulmanos uigures na província de Xinjiang e as atrocidades aí cometidas, não só contra os muçulmanos em detenção, mas também contra os habitantes da região. Já o Afeganistão e o Iémen, também ambos com 2 (5%) conteúdos noticiosos, alertam para os ataques terroristas durante as eleições legislativas e o clima de indiferença perante um país à mercê da fome e da guerra, respectivamente.

Regiões como os Camarões, a Arábia Saudita, a Roménia, o Zimbabue, a Tunísia, a Alemanha e o Paquistão também constam nesta categoria minoritária, cada uma com uma (3%) publicação. Tanto o conteúdo referente à Roménia como aos Camarões alerta para o preconceito perante a comunidade LGBTQ+, aludindo à votação

para que a Constituição proibisse os casamentos homossexuais, e à violência a que as mulheres lésbicas são sujeitas pelas famílias, respectivamente. Enquanto a notícia referente à Alemanha alude à presença de judeus no partido da direita radical Alternativa para a Alemanha, a notícia relativa ao Paquistão menciona a libertação de Asia Bibi, a cristã acusada de blasfémia, e a da Tunísia ao atentado na capital do país, levado a cabo por uma mulher. Já com a notícia relativa ao Zimbabue ficamos a conhecer a degradação do país, resultado do seu colapso económico, e, por fim, com o artigo referente à Arábia Saudita, somos confrontados com a realidade de que 2018 foi o ano em que pela primeira vez uma mulher dirigiu um banco no país.

No geral, é pouco o conteúdo sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no mês de Outubro, já que apenas oito (3%) dos 304 artigos publicados aludem aos mesmos - dois (1%) sobre Angola, quatro (1%) sobre Moçambique e dois (1%) sobre São Tomé e Príncipe. No plano das minorias a situação agrava-se, na medida em que foi publicada apenas uma (3%) notícia sobre Angola, referindo-se ao alegado assassinio de imigrantes congolezes pelas mãos do governo angolano, e uma (3%) reportagem sobre São Tomé e Príncipe e os problemas que a população enfrenta. Assim, os laços de Portugal com as suas antigas colónias no continente africano perdem-se tanto no espectro político como social, devido às pressões exercidas no jornalismo, que estabelecem como prioridade a produção em massa e o lucro.

Deste modo, podemos concluir que o espaço com maior número de conteúdos noticiosos referentes às minorias durante o período de análise foi os Estados Unidos, com os ataques do Presidente Donald Trump à “marcha” dos migrantes hondurenhos que rumavam ao país, o ataque à sinagoga de Pittsburgh, e a hipótese de o país deixar de reconhecer pessoas transgénero. De acordo com Ana Gomes Ferreira, o lugar dos Estados Unidos no topo parece-lhe ser circunstancial, já que “foram as primeiras decisões do Donald Trump como Presidente contra a imigração e contra tudo o que é diferente”. Seguiu-se o Brasil, com publicações relacionadas com as eleições presidenciais da altura e o clima de violência e instabilidade que se fazia sentir. Por sua vez, tanto os artigos referentes a Itália como duas das publicações sem espaço definido aludem à crise migratória na Europa, enquanto os dois restantes dois conteúdos noticiosos sem espaço geográfico se referem aos perfis dos vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018. Os restantes 13 espaços analisados têm somente uma ou duas

publicações, das quais podemos destacar as duas notícias referentes aos os campos de reeducação de muçulmanos uigures na província de Xinjiang, na China, o conteúdo referente à Roménia e aos Camarões que alerta para o preconceito perante a comunidade LGBTQ+, aludindo à votação para que a Constituição proibisse os casamentos homossexuais, e à violência a que as mulheres lésbicas são sujeitas pelas famílias, respectivamente, bem como o ao alegado assassínio de imigrantes congolezes pelas mãos do governo angolano. Assim, não é surpresa verificarmos a presença dos Estados Unidos na primeira posição, dado o seu estatuto a nível internacional e o seu consequente impacto nos valores notícia e no processo de selecção da informação. Contudo, pode ser algo problemático se tivermos em conta o pequeno número de notícias de diversos países do chamado terceiro mundo, aos quais associamos a presença proeminente de grupos minoritários, concedendo atenção apenas às minorias que se encontram no ocidente ou que de alguma forma o afectam.



Figura 2: Representação dos grupos minoritários, por categoria

Conteúdos relacionados com política são os mais abordados pela secção Mundo no mês de Outubro, contando com 141 (46%) artigos num total de 304. Ainda assim, mediante a observação da Figura 2, podemos concluir que dentro das 38 publicações referentes às minorias, estas são apresentadas num cenário político apenas uma (5%) vez, nomeadamente na integração de um grupo de judeus no partido de direita radical alemão Alternativa para a Alemanha. São também apresentadas uma (5%) vez na

categoria Conquistas sociais, com a notícia da primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita, e duas (5%) na categoria Prêmios e distinções, com os perfis de homenagem aos vencedores do Prêmio Nobel da Paz de 2018, Nadia Murad e Denis Mukwege.

Dos 38 conteúdos atribuídos às minorias, 9 (24%) encontram-se na categoria de Problemas sociais, como é o caso da violência no Brasil durante o período eleitoral, a violência sentida pelas mulheres lésbicas nos Camarões e a hipótese de os Estados Unidos deixarem de reconhecer pessoas transgênero, para enumerar alguns. As minorias apontadas na secção Mundo durante o período de análise são ainda representadas como refugiados em 7 (18%) dos conteúdos mencionados, e como invasores em 6 (16%) dos mesmos. É o caso das publicações referentes ao policiamento da fronteira italiana e francesa para evitar a devolução de migrantes e a ordem de saída do Governo italiano dos refugiados do município de Riace, a cidade modelo em termos de acolhimento de refugiados, por exemplo, bem como das declarações do Presidente Donald Trump quanto ao grupo de migrantes hondurenhos que rumava aos Estados Unidos, respectivamente.

Os grupos minoritários são também representados em conflitos em 5 (13%) dos conteúdos noticiosos, entre os quais o clima de violência nas durante as eleições presidenciais brasileiras e a guerra que deixou o Iémen à beira da fome. Por sua vez, são ainda apresentados como vítimas em 4 (11%) publicações, e como terroristas em 3 (8%) dos 38 artigos analisados, nomeadamente no que toca o ataque na sinagoga de Pittsburgh, nos Estados Unidos, e os campos de reeducação de muçulmanos na China, bem como os ataques terroristas que adiaram as eleições no Afeganistão e o ataque terrorista levado a cabo por uma mulher na Tunísia, respectivamente.

Assim, durante o mês de Outubro as minorias são representadas maioritariamente enquanto refugiados e/ou migrantes, nomeadamente no que diz respeito aos conteúdos que aludem ao policiamento da fronteira italiana e francesa para evitar a devolução de migrantes e à ordem de saída do Governo italiano dos refugiados do município de Riace, a cidade modelo em termos de acolhimento de refugiados, por exemplo. Contudo, os grupos minoritários são também encarados como invasores, particularmente nas declarações do Presidente Donald Trump quanto ao grupo de migrantes hondurenhos que rumava aos Estados Unidos. Também não falta cobertura noticiosa no que toca problemas sociais, como é o caso da violência no Brasil durante o

período eleitoral, a violência sentida pelas mulheres lésbicas nos Camarões e a hipótese de os Estados Unidos deixarem de reconhecer pessoas transgénero. O clima de violência nas durante as eleições presidenciais brasileiras e a guerra que deixou o Iémen à fome são alguns exemplos das representações das minorias em conflitos, ao passo que o ataque na sinagoga de Pittsburgh, nos Estados Unidos, e os campos de reeducação de muçulmanos na China ilustram a representação dos grupos minoritários enquanto vítimas. Ainda assim, foram representados enquanto terroristas em 3 artigos, como os ataques terroristas que adiaram as eleições no Afeganistão e o ataque terrorista levado a cabo por uma mulher na Tunísia. Por fim, as minorias são representadas apenas duas vezes na categoria prémios e distinções com os vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, e uma vez num cenário político, nomeadamente com a notícia relativa à integração de um grupo de judeus no partido de direita radical alemão Alternativa para a Alemanha. A categoria referente a conquistas sociais também obteve apenas uma publicação, sendo esta a notícia da primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita. Podemos assim concluir que não parece haver uma agenda política no que diz respeito os grupos minoritários, sendo o conteúdo noticioso na sua maioria considerado *soft news*. Este facto pode ser problemático se considerarmos que “the media often contributes to the reproduction of relationships of power and racist views” (Parikka, 159), mediante a representação da figura da minoria enquanto “invaders, aliens, or criminals — in short, as a social problem” (sic), o que, como verificámos anteriormente, se pode traduzir em percepções erradas da realidade e ideias estereotipadas da sua cultura e sociedade.

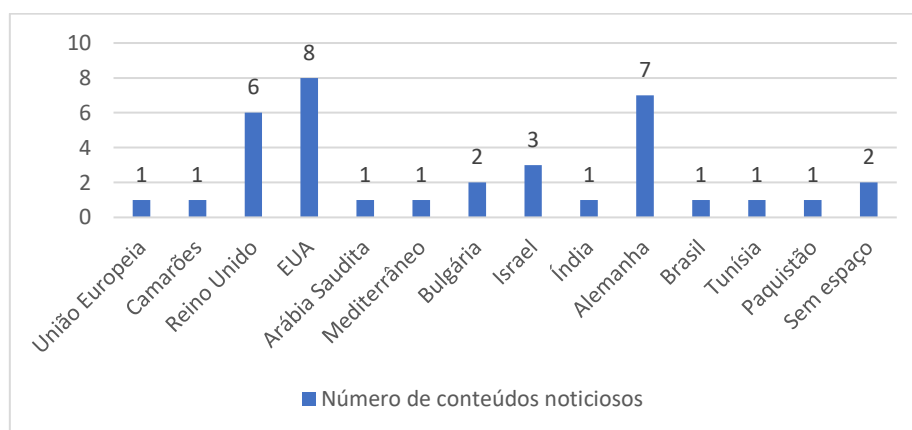


Figura 3: Espaços por número de conteúdo noticioso (mulheres)

À semelhança do que observámos na categoria anterior, os Estados Unidos também são o espaço com maior número de conteúdos noticiosos no que toca as publicações relacionadas com mulheres na secção Mundo durante o período em análise na presente investigação, contando com 14 dos 53 espaços da amostra universal. Dos 36 artigos publicados, 8 (22%) são referentes aos Estados Unidos, sendo o caso das notícias que aludem às acusações de Christine Blasey Ford de abuso sexual do actual juiz do Supremo Tribunal, Brett Kavanaugh, da saída de Nikki Haley da ONU, e das acusações de racismo a Megyn Kelly, que levaram ao cancelamento do seu programa na cadeia televisiva americana NBC, por exemplo. Segue-se a Alemanha, contando com 7 (19%) das 36 publicações que se referem a mulheres, na sua maioria sobre a saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler alemã e de líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã, com a excepção de uma notícia relativa a uma refém na estação de Colónia. Por sua vez, o Reino Unido é o terceiro espaço com maior número de conteúdos, contando com 6 (17%) artigos da totalidade da amostra. Neste caso, todos os conteúdos aludem a Theresa May e ao seu Brexit, com a excepção de uma notícia sobre uma mulher portuguesa acusada de pertencer a um grupo neonazi que chamou Adolf ao filho.

Segue-se Israel, com 3 (8%) conteúdos noticiosos, dois dos quais referentes à proibição da entrada de uma estudante americana no país pelo apoio a um protesto, e o terceiro sobre as acusações de corrupção contra a mulher de Netanyahu por ter gastado milhares do erário público em restaurantes de luxo. As duas (6%) notícias referentes à Bulgária aludem ao homicídio da jornalista Viktoria Marinova, enquanto os dois (6%) conteúdos sem espaço designado se referem aos perfis de homenagem aos vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, nomeadamente Nadia Murad, a mulher yazidi que foi capturada pelo Estado Islâmico e forçada à escravidão sexual, e Denis Mukwege, um ginecologista congolês que tratou milhares de mulheres violadas por milícias durante a guerra civil do Congo.

São vários os espaços com apenas uma (3%) publicação cada, nomeadamente a União Europeia, os Camarões, a Arábia Saudita, o Mediterrâneo, a Índia, o Brasil, a Tunísia e o Paquistão. Tanto o conteúdo referente à União Europeia como ao Brasil tem política como tópico principal, aludindo à campanha de Marine Le Pen com Matteo Salvini para as eleições europeias e ao apoio de Marina Silva a Fernando Haddad na segunda volta das eleições presidenciais brasileiras, respectivamente. Já a publicação

referente aos Camarões alerta para a violência que as mulheres lésbicas sofrem nas mãos das famílias, ao passo que as notícias referentes à Índia e à Tunísia se referem à demissão de um ministro mediante acusações de abuso sexual por parte de 20 mulheres e a um ataque terrorista levado a cabo por uma mulher, respectivamente. Quanto à Arábia Saudita, Mediterrâneo e Paquistão, todos os conteúdos noticiosos relatam algum tipo de conquista social: a primeira mulher dirigente de um banco no país, o alerta para o facto de que sem as mulheres e o seu empoderamento não há desenvolvimento social, e a libertação de Asia Bibi, a cristã acusada de blasfémia, respectivamente.

À semelhança da categoria das minorias, também o espaço com mais conteúdos noticiosos referentes às mulheres durante o mês de Outubro na secção Mundo foi os Estados Unidos, com conteúdos desde o espectro político, ao espectro dos abusos sexuais e do preconceito. Como afirma Alexandre Martins, “as lutas raciais e de direitos civis também são muito marcadamente nos Estados Unidos desde a década de 60 e 70 e reapareceram com a violência policial na última década”, ao que Ana Gomes Ferreira acrescenta ser “o eco do movimento #MeToo”, originário no país. Segue-se a Alemanha, cuja tendência política foi a mesma, com a excepção de uma notícia relativa a uma refém na estação de Colónia. O mesmo aconteceu com o Reino Unido, à excepção de uma notícia sobre uma mulher portuguesa acusada de pertencer a um grupo neonazi. Os restantes espaços analisados obtiveram um número de conteúdos noticiosos residual em comparação com os espaços anteriormente mencionados, o que coloca em evidência o peso dos países em questão no sector político da secção Mundo e o papel central das mulheres que os dirigem, como é o caso de Angela Merkel, na Alemanha, e de Theresa May, no Reino Unido. À semelhança do que sucedeu com a categoria das minorias, podemos considerar que não é surpresa verificarmos os Estados Unidos em primeiro lugar, tendo em conta o seu estatuto de maior potência mundial e o conceito de valor notícia analisado nos capítulos anteriores, que determina aquilo que é relevante para ser publicado. No entanto, é revelador se considerarmos as mulheres enquanto minorias, já que a atenção concedida às mesmas parece confinada aos países ocidentais, tendo em conta o número de países com apenas um ou dois conteúdos noticiosos.

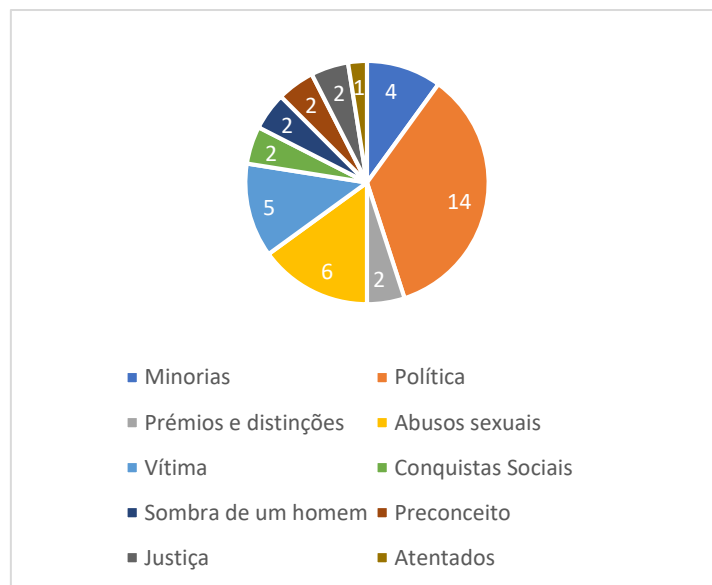


Figura 4: Representação das mulheres, por categoria

Passemos à representação das mulheres durante o período de análise na secção Mundo. Das 36 publicações analisadas, 14 (39%) apresentam a mulher num cenário político. É o caso da saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler alemã e de líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã, dos artigos referentes a Theresa May e ao seu Brexit, da campanha para as eleições europeias levada a cabo por Marine Le Pen e Matteo Salvini, bem como saída de Nikki Haley da ONU, o desejo de Hillary Clinton de vir a ser presidente dos Estados Unidos da América e ainda o apoio de Marina Silva a Fernando Haddad durante a segunda volta das eleições presidenciais brasileiras. Por sua vez, tanto a categoria Prémios e distinções, como Conquistas sociais obtiveram duas (6%) publicações cada, referindo-se aos perfis de homenagem aos vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, Nadia Murad e Denis Mukwege, bem como à primeira mulher saudita dirigente de um banco no país e ao artigo que alude para o facto de que sem o empoderamento social das mulheres não é possível haver desenvolvimento social, respectivamente.

Ainda assim, são 6 (17%) as publicações referentes a abusos sexuais, como o caso das acusações de Christine Blasey Ford ao actual juiz do Supremo Tribunal americano, Brett Kavanaugh, a demissão de um ministro indiano mediante as acusações de abuso sexual por parte de 20 mulheres e a denuncia de uma mulher americana de que a rede social Facebook propicia o tráfico sexual, por exemplo. As mulheres são também representadas como vítimas em 5 (14%) dos 36 conteúdos noticiosos analisados, entre

os quais a notícia do homicídio da jornalista búlgara Viktoria Marinova, a mulher feita refém em Colónia, e ainda a americana impedida de entrar em Israel devido ao apoio a um boicote. Duas (6%) publicações aludem ainda ao preconceito em termos raciais ou sexuais, como é o caso da reportagem referente à violência sentida pelas mulheres lésbicas nos Camarões e ao cancelamento do programa de Megyn Kelly no canal americano NBC, por ter sido acusada de racismo.

Verificámos ainda a existência de duas (6%) notícias nas quais a mulher se encontra na sombra de um homem, nomeadamente o artigo referente às acusações contra a mulher de Netanyahu por ter gastado milhares do erário público em restaurantes de luxo, bem como o conteúdo que alude ao enriquecimento ilícito do marido da mulher que gastou 18 milhões no armazém Harrods, em Londres. No campo da justiça foram publicadas também duas (6%) notícias, neste caso referentes à libertação de Asia Bibi, a cristã acusada de blasfémia no Paquistão, e à acusação de uma mulher portuguesa residente no Reino Unido de pertencer a um grupo neonazi que chamou Adolf ao filho. Por fim, observámos a existência de apenas uma (3%) notícia em que as mulheres fossem relacionadas com atentados terroristas, nomeadamente a publicação referente à mulher que se fez explodir no centro de Tunes, na Tunísia.

Podemos assim concluir que as mulheres são na sua maioria representadas em contexto político, sendo a maior parte dos conteúdos noticiosos sobre a saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler alemã e de líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã e sobre Theresa May e o seu Brexit. Ainda assim, as outras duas categorias com maior representação são a categoria das mulheres enquanto alvo de abusos sexuais e enquanto vítima, bem como enquanto minoria. As restantes categorias obtiveram resultados residuais, realçando não só a vertente política da secção Mundo, como também a tendência geral dos meios de comunicação social para representarem a mulher como vítima de um homem ou de um sistema social, algo analisado nos capítulos anteriores.

3. Aspectos formais: géneros jornalísticos, linguagem e terminologia, autor e meios de publicação

Começamos com a análise dos géneros jornalísticos utilizados na secção Mundo durante o mês de Outubro. Para efeitos da presente investigação, decidimos excluir os

gêneros editorial, comentário e análise, já que são maioritariamente produzidos por jornalistas exteriores à secção ou por especialistas, focando-nos apenas nos conteúdos publicados directamente pela secção Mundo ou pela secção Online. Assim, interessamos observar o processo de representação das minorias e das mulheres na secção Mundo através dos gêneros jornalísticos mais comuns e que alcançam um maior número de pessoas, influenciando indirectamente a sua perspectiva do mundo que as rodeia.

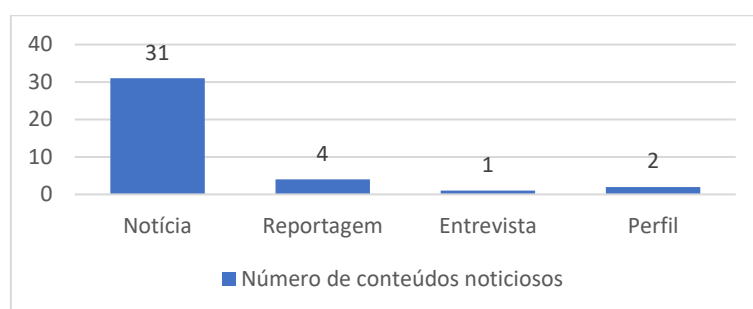


Figura 5: Gêneros jornalísticos, por número de publicações (minorias)

No que diz respeito aos dados recolhidos quanto aos gêneros jornalísticos adoptados no mês de Outubro pela secção Mundo, verificámos, sem surpresa, que a notícia prevalece em 31 (82%) dos 38 conteúdos publicados. Segue-se a reportagem, com 4 (11%) publicações, referindo-se aos motivos dos favelados e dos mais carenciados para votarem em Jair Bolsonaro, à violência contra as mulheres lésbicas nos Camarões e às dificuldades humanitárias no Zimbabwe. A única entrevista realizada tem como tema a crise migratória na Europa e os refugiados (5%). Por fim, os dois (5%) perfis realizados têm como sujeitos os vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, nomeadamente Nadia Murad, a mulher yazidi que foi capturada pelo Estado Islâmico e forçada à escravidão sexual, e Denis Mukwege, um ginecologista congolês que tratou milhares de mulheres violadas por milícias durante a guerra civil do Congo.

Podemos assim concluir que, durante o mês de Outubro, a variedade de gêneros jornalísticos na secção Mundo é pequena, sendo dominada pela notícia. Para além de a notícia ser a norma do conteúdo informativo, esta falta de diversidade de gêneros jornalísticos pode ser uma consequência do jornalismo sentado e auxiliado pela internet, devido à falta de recursos para sustentar a presença de jornalistas correspondentes e enviados da secção ao local em questão. Podemos também considerar que os dois perfis

Tendo em conta o valor notícia da negatividade, o qual designa que uma informação tem mais probabilidade de ser noticiada caso seja negativa, procurámos verificar quantos conteúdos noticiosos publicados durante o mês de Outubro continham termos linguísticos negativos, positivos ou neutros. A Figura 6, apresentada em cima, permite concluir que das 38 publicações referentes às minorias, 32 (84%) tem uma maioria de vocábulos negativos, sendo os mais comuns ‘morte’, ‘ataque’ e ‘violência’, por exemplo. É o caso da violência contra as mulheres lésbicas nos Camarões, o ataque na sinagoga de Pittsburgh e as referências de Donald Trump aos imigrantes hondurenhos rumo aos Estados Unidos, por exemplo. Como única notícia (5%) com linguagem positiva podemos apontar a questão da primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita, ao passo que as 5 (13%) notícias relativas aos migrantes na Europa são na sua maioria neutras, por exemplo.

Podemos assim concluir que a tendência é para a publicação de conteúdos com termos linguísticos negativos, o que pode afectar a percepção da audiência se considerarmos o papel dos sistemas mediáticos na sua formação, bem como fonte de conhecimento e contacto com diferentes culturas. Um estudo realizado por Coninck, et al. observou que ainda que indivíduos com um passado de imigração tenham atitudes mais positivas no que toca os imigrantes e os refugiados, o que é facto é que o sentimento de segurança do país de acolhimento quanto aos refugiados está mais associado à confiança que a audiência tem nos meios de comunicação social (49), o que suporta a tese de que quanto mais negativa a cobertura noticiosa e o discurso associado a um determinado grupo social, mais negativas serão as opiniões da audiência quanto a esse mesmo grupo social. Ainda assim, o estudo revelou também que “coverage on public service media is found to be more positive than on commercial media [which] is also reflected in the attitudes of audiences, with more negative attitudes reported by commercial media consumers than public service media consumers” (44), realçando que a representação das minorias não é particularmente positiva em ambos os casos. Contudo, Ana Gomes Ferreira considera que as notícias são geralmente centradas em problemas e que o “papel do jornalismo também é muito expor, denunciar, alertar, e a política internacional, que é o *core business* da secção Mundo, é muito conflituosa”, o que explica o porquê do conteúdo negativo no noticiário internacional. Como afirma Alexandre Martins, “se entram numa escola no Paquistão e matam 180 crianças o que é

que vamos fazer? É horrível, e a nossa função como jornalistas é não só noticiar, como tentar perceber como é que aquilo foi possível”.

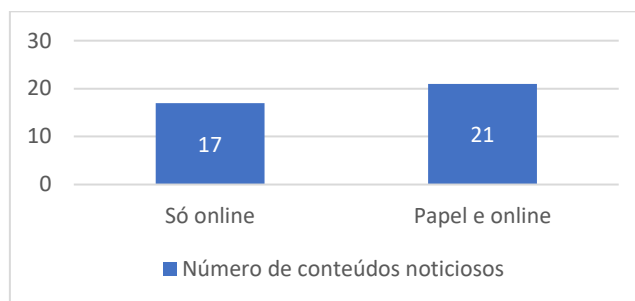


Figura 8: Meios de publicação (minorias)

Ainda que todos os conteúdos noticiosos alimentem o site do jornal Público, nem todos fazem parte da sua edição impressa, como seria de esperar. De facto, das 304 informações publicadas no mês de Outubro, apenas 168 (55%) constaram na edição impressa do jornal, quer em forma de destaque, breve, magnólia ou notícia. É o caso de conteúdos referentes às eleições presidenciais brasileiras, presentes na capa e em todos os formatos mencionados, dos dois perfis realizados, também presentes na capa e em destaque, e ainda de uma magnólia referente ao sismo e tsunami na Indonésia, por exemplo. No caso concreto das minorias, 21 (55%) dos 38 conteúdos noticiosos foram publicados na edição impressa do jornal Público, ao passo que 17 (45%) dos artigos realizados pode ser encontrado apenas na edição online. Entre os artigos publicados estão os dois perfis, todos os conteúdos referentes às eleições brasileiras menos a notícia que alerta para a luta dos indígenas brasileiros para reaver e travar a expropriação das suas terras, e o ataque na sinagoga de Pittsburgh, por exemplo. Quanto aos artigos apenas online, podemos salientar a hipótese de os Estados Unidos poderem deixar de reconhecer pessoas transgénero e a proibição do casamento homossexual na Roménia, todas as notícias referentes à “marcha” dos migrantes, e uma das duas notícias sobre os campos de reeducação de muçulmanos na China, por exemplo.

Assim, podemos concluir que apesar de a ênfase de importância no que diz respeito ao conteúdo noticioso ser ainda muito associada à sua publicação na edição impressa, o que é facto é que na nova economia das redes sociais e da internet o mercado dos meios de comunicação social situa-se em grande escala no espectro do

online. É também aqui que o conceito de valor notícia, analisado nos capítulos anteriores, volta a ter importância, determinando quais os conteúdos noticiosos de maior relevância a publicar na edição impressa. Neste caso, podemos observar que conteúdos relacionados com as eleições brasileiras, com o Prémio Nobel da Paz de 2018 e com o ataque terrorista na sinagoga de Pittsburgh, nos Estados Unidos, foram alguns dos artigos publicados, por exemplo, ao passo que conteúdos relacionados com os direitos de pessoas transgénero nos Estados Unidos e dos homossexuais na Roménia, bem como a longa viagem dos migrantes hondurenhos até aos Estados Unidos ficaram confinados à edição online, por exemplo. Isto evidencia não só a força política da secção Mundo, como também uma dicotomia entre *hard* e *soft news*. Tanto para Ana Gomes Ferreira, como para Alexandre Martins, não há um paradigma para fazer jornalismo, já que “têm públicos diferentes e são complementares”, como afirma a editora.

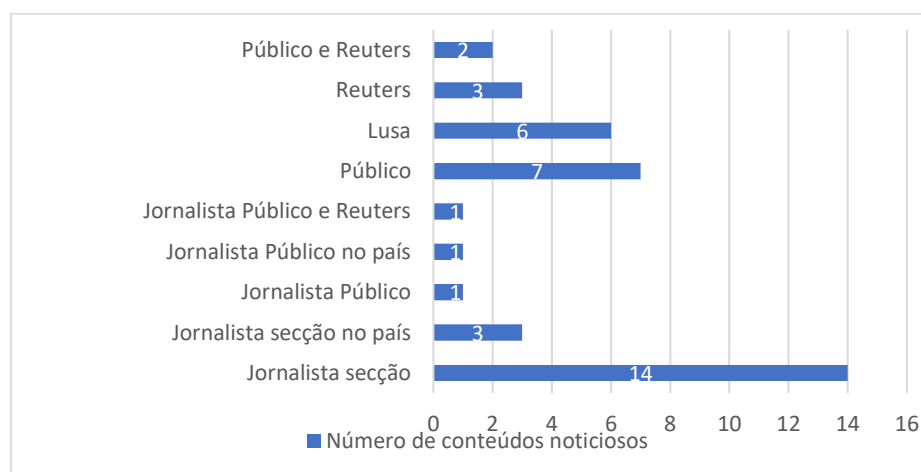


Figura 9: Autor, por conteúdo noticioso (minorias)

Quanto à autoria dos conteúdos noticiosos, verificámos que 14 (37%) dos 38 artigos foram realizados por jornalistas da secção Mundo, sendo que 3 (8%) foram feitos por um enviado da secção ao país em questão, neste caso o Brasil. Entre estes estão a libertação da cristã acusada de blasfémia no Paquistão e a presença de judeus num partido de extrema direita alemão, por exemplo, bem como os conteúdos sobre os favelados e os mais carenciados e as suas razões por detrás do voto por Jair Bolsonaro e as acusações de Fernando Haddad à alegada campanha de difamação perpetrada por Jair Bolsonaro contra si, em linha com o seu discurso de ódio e machista, respectivamente.

Contudo, como seria de esperar, nem todas as informações provêm directamente da secção Mundo, ou são assinadas por jornalistas da secção. Destas, 7 (18%) foram publicadas com a assinatura do Público, ao passo que as categorias Jornalista Público, Jornalista Público no país e Jornalista Público e Reuters obtiveram uma (3%) publicação cada. É o caso da ordem de saída dos refugiados de Itália por parte do governo italiano, por exemplo, da entrevista sobre a crise migratória, da reportagem em São Tomé e Príncipe e da questão de os EUA deixarem de reconhecer pessoas transgénero, respectivamente. Quanto às informações de agência, 6 (16%) foram publicadas directamente através da agência Lusa, enquanto 3 (8%) foram difundidas através da agência Reuters. Entre estas estão três notícias sobre a crise migratória e a reportagem sobre a homofobia nos Camarões, respectivamente. Por fim, 2 (5%) conteúdos noticiosos foram assinados como Público e Reuters, nomeadamente a reportagem no Zimbabwe e um dos conteúdos noticiosos quanto à “marcha” dos migrantes hondurenhos até aos Estados Unidos.

Deste modo, podemos concluir que apesar de a maioria dos conteúdos noticiosos serem produzidos por jornalistas da secção, nove artigos foram publicados directamente através dos conteúdos de agência. Como explorámos nos capítulos anteriores, este fenómeno pode ser atribuído não só à falta de recursos humanos para a produção de conteúdos noticiosos de raiz sobre os acontecimentos em questão, mas também à falta de tempo para aprofundar os diferentes tópicos devido à expectativa de que a informação instantânea, o que explica também os conteúdos noticiosos com a assinatura generalista Público. Para além disso, a falta de recursos económicos necessários para a manutenção de jornalistas correspondes nos diferentes países explica ainda o número de publicações de agência, normalmente sediadas em diversos locais.

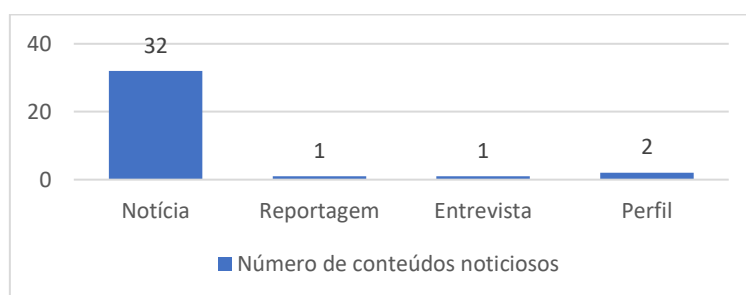


Figura 10: Géneros jornalísticos, por número de publicações (mulheres)

No que diz respeito às mulheres, concluímos também, sem grande surpresa, que a notícia corresponde a 32 (89%) dos 36 conteúdos publicados. É o caso da libertação de Asia Bibi, a cristã acusada de blasfêmia no Paquistão, da primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita e das acusações de racismo que fizeram com que o programa de Megyn Kelly fosse cancelado pelo canal americano NBC. Foram realizadas apenas uma (3%) reportagem e uma (3%) entrevista, nomeadamente sobre a violência que as mulheres lésbicas nos Camarões sofrem às mãos das suas famílias e sobre a saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler da Alemanha e de líder do partido de centro-direita União Demócrata-Cristã, respectivamente. Por fim, foram feitos dois (6%) perfis sobre os vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, nomeadamente Nadia Murad, a mulher yazidi que foi capturada pelo Estado Islâmico e forçada à escravidão sexual, e Denis Mukwege, um ginecologista congolês que tratou milhares de mulheres violadas por milícias durante a guerra civil do Congo.

À semelhança da categoria analisada anteriormente, também a categoria das mulheres é dominada pela notícia. Como observámos nos capítulos anteriores, o domínio da notícia pode ser encarado como uma consequência das pressões económicas e do jornalismo sedentário e dependente da internet, devido à falta de recursos para sustentar a presença de jornalistas correspondentes, para além de a notícia ser a norma do conteúdo informativo. À semelhança da categoria das minorias, podemos considerar que os dois perfis realizados trataram-se de uma situação pontual, já que homenageiam os vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018. A única entrevista realizada, por sua vez, diz respeito à saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler da Alemanha e de líder do partido centro-direita União Demócrata-Cristã, ao passo que a única reportagem se refere à violência contra as mulheres lésbicas nos Camarões. De acordo com Ana Gomes Ferreira, a secção Mundo procura fazer reportagens quando pode, tendo ainda o serviço da agência Reuters e do jornal The Washington Post. Contudo, as suas reportagens são cada vez menos e cada vez menos relevantes, o que também pode explicar o seu reduzido número. Ainda assim, é importante lembrar que um jornal é essencialmente composto por notícias, e que as notícias de um diário como um Público incluem análises e contextualização, não sendo apenas o conteúdo de duas ou três linhas que se possa associar a uma notícia genérica.

Marina Silva a Fernando Haddad e o caso da primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita, por exemplo, bem como alguns dos conteúdos relativos à saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler da Alemanha e de líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã e o artigo que alerta para o facto de que sem as mulheres e o seu empoderamento não há desenvolvimento social, respectivamente.

À semelhança da categoria das minorias, a negatividade também domina o discurso noticioso no que diz respeito às mulheres. Ainda que a maioria dos conteúdos noticiosos sejam relacionados com política, mediante a observação da nuvem de palavras apresentada em cima podemos concluir que palavras como ‘violada’, ‘violência sexual’, ‘agredida’ e ‘violação’ foram das mais apontadas nas publicações do mês em análise. Como verificámos nos capítulos anteriores, a representação excessiva da mulher enquanto vítima de abusos sexuais pode colocar problemas, na medida em que normaliza a violência sexual como sendo algo inevitável, parte do quotidiano das mulheres (Carter 16), acabando por construir uma realidade na qual “o mundo exterior e interior à porta de casa [são encarados] como lugares altamente perigosos para as mulheres e jovens” (25). Ainda assim, à semelhança do conteúdo referente às minorias, Alexandre Martins afirma que “o jornalismo implica aquela relação com o reforço da cidadania, que se consegue muitas vezes com denúncias de casos para se confrontar as pessoas e podermos todos melhorar, ou não, mas para contribuir para esse discurso”.

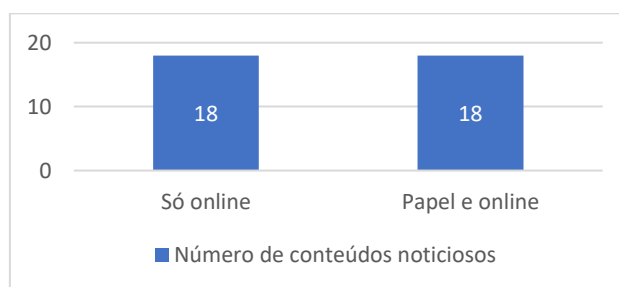


Figura 13: Meios de publicação (mulheres)

Quanto ao meio de publicação dos conteúdos noticiosos referentes às mulheres, concluímos que o número de artigos publicados apenas na edição online do jornal Público e na sua edição impressa é o mesmo, correspondendo cada categoria a 18 (50%) das 36 publicações analisadas. Alguns exemplos de conteúdos apenas na edição online

são a reportagem sobre a violência vivida pelas mulheres lésbicas nos Camarões nas mãos das suas famílias, a acusação de uma mulher americana de que a rede social Facebook facilita o tráfico sexual, o caso da mulher que se fez explodir no centro de Tunes e a primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita. Já quanto aos artigos publicados simultaneamente na edição online e na edição impressa, podemos realçar a libertação de Asia Bibi, a cristã acusada de blasfémia no Paquistão, os dois perfis dos vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018 e todos os conteúdos referentes à saída de Angela Merkel dos seus cargos de chanceler da Alemanha e de líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã, por exemplo.

No que diz respeito à publicação dos conteúdos nas diferentes plataformas do jornal, podemos observar que apesar de a relevância do conteúdo noticioso ser ainda muito dependente da sua publicação na edição impressa, o que se verifica é que na nova economia das redes sociais e da internet o mercado dos meios de comunicação social situa-se também em grande escala no espectro do online. Assim, a noção de valor notícia, observada nos capítulos anteriores, volta a ter importância, determinando quais os conteúdos noticiosos de maior relevância a publicar na edição impressa. No caso concreto das mulheres, a edição impressa baseou-se na publicação de conteúdos relacionados com política, como saída de Angela Merkel dos seus cargos de chanceler da Alemanha e de líder do partido de centro-direita União Democrata-Cristã, ao passo que notícias como a acusação de uma mulher americana de que a rede social Facebook facilita o tráfico sexual, o caso da mulher que se fez explodir no centro de Tunes e a primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita ficaram confinadas à edição online. Deste modo, podemos considerar que, à semelhança do que sucedeu na categoria das minorias, também se verifica uma dicotomia entre *hard* e *soft news* e as duas diferentes plataformas, devido à tendência do jornalismo contemporâneo de abordar histórias com características associadas ao entretenimento, que, por sua vez, são publicadas somente na edição online, visitada por milhares de pessoas todos os dias, quer por intermédio das redes sociais ou não. Ainda assim, à semelhança do que verificamos na categoria das minorias, ambos os jornalistas entrevistados consideram que já não existe uma separação vincada entre as plataformas, apesar de serem diferentes e de terem o seu público-alvo. De acordo com Alexandre Martins, “se olharmos para os melhores exemplos, as marcas é que continuam a ser referidas. Nunca ninguém diz, ‘esta notícia foi feita pelo Online do Público’, é o Público”.

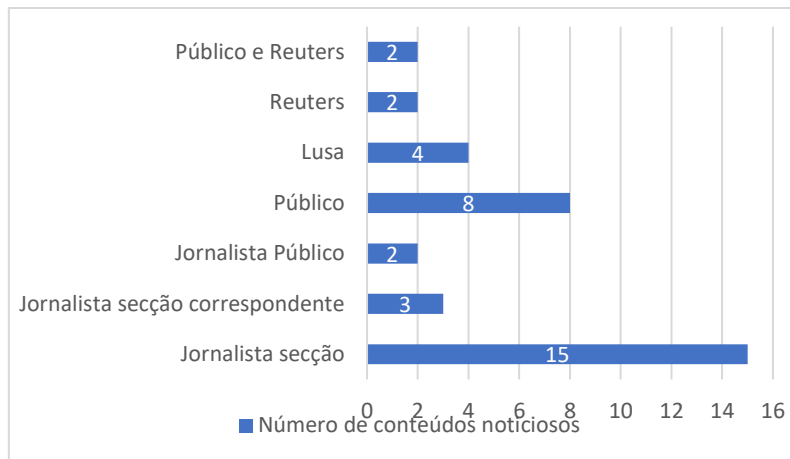


Figura 14: Autor, por conteúdo noticioso (mulheres)

Passemos à autoria dos 36 conteúdos referentes às mulheres. Destes, 15 (42%) artigos foram realizados por jornalistas da secção Mundo, ao passo que 3 (8%) foram produzidos pela jornalista da secção Mundo correspondente em Bruxelas. É o caso de todos os conteúdos referentes à saída de Angela Merkel dos cargos de chanceler da Alemanha e de líder do partido de centro-direita União Demócrata-Cristã, dos dois perfis realizados para os vencedores do Prémio Nobel da Paz de 2018, da saída de Nikki Haley da ONU e da libertação de Asia Bibi, a cristã acusada de blasfémia no Paquistão, bem como de três dos quatro conteúdos relativos a Theresa May e ao seu Brexit, respectivamente.

Mas, à semelhança dos conteúdos relacionados com as minorias analisados em cima, nem todas as publicações provêm directamente da secção Mundo ou são assinadas pelos seus jornalistas. De facto, 8 (22%) dos artigos contêm a assinatura Público, enquanto 2 (6%) são assinados por jornalistas do Público. Podemos realçar a notícia que alude à primeira mulher dirigente de um banco na Arábia Saudita e o apoio de Marina Silva a Fernando Haddad durante a segunda volta das eleições presidenciais brasileiras, bem como as acusações de racismo que fizeram com que o programa de Megyn Kelly fosse cancelado pelo canal americano NBC e alerta para o facto de que sem as mulheres e o seu empoderamento não há desenvolvimento social, respectivamente. Quanto às informações de agência, 4 (11%) foram publicadas directamente através de artigos da Lusa, enquanto 2 (6%) provêm directamente da agência Reuters. Entre estes estão a campanha de Marine Le Pen com Matteo Salvini para as eleições europeias e uma das notícias sobre o homicídio e violação de Viktoria Marinova, uma jornalista búlgara,

bem como a violência sentida pelas mulheres lésbicas nos Camarões e a acusação da mulher de Netanyahu por gastar milhares do erário público em restaurantes de luxo, respectivamente. Dois (6%) artigos têm ainda a assinatura Público e Reuters, nomeadamente uma das notícias referentes ao homicídio e violação de Viktoria Marinova e a acusação de uma mulher americana de que a rede social Facebook facilita o tráfico sexual.

À semelhança da categoria das minorias, também no que diz respeito às mulheres a maioria dos conteúdos noticiosos foram produzidos por jornalistas da secção. Ainda que neste caso existam mais artigos com a assinatura generalista do Público, seis artigos foram publicados directamente através dos conteúdos de agência. Como observámos nos capítulos anteriores, podemos atribuir este fenómeno não só à falta de recursos humanos para a produção de conteúdos noticiosos sobre os acontecimentos em questão, como também à falta de tempo para aprofundar os diferentes tópicos devido à economia de mercado de produção em massa, o que também explica a existência de os conteúdos noticiosos com a assinatura generalista Público. A falta de recursos económicos necessários para a manutenção de jornalistas correspondentes nos diferentes países é também uma possível explicação para o número de publicações de agência, que por sua vez estão sediadas em diversos locais e têm acesso a vários jornalistas correspondentes, trabalhem estes em regime de freelancer ou de full-time.

4. Discussão

De um universo de 304 conteúdos noticiosos para o mês de Outubro, a amostra final totaliza 38 (13%) publicações para a categoria das minorias, e 36 (12%) para a categoria das mulheres. Para ambas as categorias, o espaço com maior número de conteúdos é o Estados Unidos, com 8 (21%) publicações para as minorias e 8 (22%) artigos referentes às mulheres. Ainda que possamos considerar que estes dados são meramente circunstanciais, devido ao fluxo da agenda mediático, dado a influência dos Estados Unidos enquanto potência mundial e o relevo que ambos os tópicos abordados têm no país, não nos parece assim tão surpreendente o seu primeiro lugar na tabela de ambas as categorias analisadas no presente estudo. Por outro lado, ainda que também não seja surpreendente o número reduzido de conteúdos noticiosos referentes a cada categoria no universo das publicações do mês em análise, podemos considerar que este facto reflecte o longo caminho ainda a percorrer no que diz respeito à diversidade e à coesão entre grupos e actores sociais. Da mesma forma, pode também ser uma consequência das pressões económicas e dos factores observados nos capítulos anteriores, já que, segundo Ana Gomes Ferreira, “os leitores preferem ler um *soundbite* minimamente polémico do Bolsonaro do que perceber o que é que se está a passar na Argélia, no Egipto, ou no Sudão”.

Tendo em conta a análise realizada, podemos considerar que, da mesma forma que os acontecimentos mediáticos estão em constante mutação devido ao fluxo de novos eventos na actualidade mundial, o mesmo se passa no que diz respeito às representações mediáticas das minorias e das mulheres. Ainda assim, dos 38 conteúdos atribuídos às minorias, 9 (24%) encontram-se na categoria de Problemas sociais, como é o caso da violência no Brasil durante o período eleitoral e a hipótese de os Estados Unidos deixarem de reconhecer pessoas transgénero. As minorias são ainda representadas como refugiados em 7 (18%) dos conteúdos mencionados, e como invasores em 6 (16%), reflectindo o panorama que se tem vindo a intensificar globalmente desde o brotar da crise dos refugados sírios. No caso das mulheres, das 36 publicações analisadas, 14 (39%) apresentam a mulher num cenário político. Ainda assim, são 6 (17%) as publicações referentes a abusos sexuais, e 5 (14%) as que se referem à mulher como vítima.

Assim, podemos concluir que, apesar de algumas mudanças, nomeadamente a grande representação das mulheres na política, a agenda mediática continua a

representar de forma elevada ambas as categorias dentro dos estereótipos de violência sexual, no caso das mulheres, e no estereótipo de problemas sociais associados ao mito do invasor, no caso das minorias. Contudo, é necessário termos em conta que, como afirma Alexandre Martins, “o trabalho do jornalismo internacional é metermos as coisas em perspectiva”, bem como alertar para os problemas da sociedade moderna, razão pela qual a secção Mundo aposta em força na contextualização dos conteúdos noticiosos.

A notícia é o género jornalístico que domina ambas as categorias, com 31 (82%) conteúdos noticiosos referentes às minorias e 32 (89%) referentes às mulheres. O mesmo se passa com o discurso negativo, predominante em 32 (84%) dos artigos relativos às minorias e em 25 (69%) das publicações referentes às mulheres. Como observámos anteriormente, ainda que o discurso mediático tenha um papel importante na formação de perspectivas e de identidades, não podemos negar a função da secção Mundo e do noticiário internacional enquanto meio de denúncia e alerta para problemas sociais, políticos, culturais e económicos, geralmente de teor conflituoso e negativo.

Por sua vez, 21 (55%) dos conteúdos foram publicados em simultâneo na edição impressa e online no que diz respeito às minorias, ao passo que no que toca às mulheres verificámos que 18 (50%) artigos foram publicados na edição impressa e online e os restantes podem ser encontrados apenas online. Apesar da crescente utilização de informação de agência, observámos que 14 (37%) dos conteúdos foram realizados por jornalistas da secção no caso das minorias, e 15 (42%) no caso das mulheres. No caso da utilização de informação de agência, Ana Gomes Ferreira revela uma preferência por fontes mais primárias como a agência Reuters e a agência AFP em detrimento da portuguesa Lusa, estando o padrão, contudo, na procura formal de fontes e de informação, de preferência no local.

Apesar de tudo, temos plena consciência que uma das fragilidades do presente relatório de estágio prende-se com o tamanho reduzido da amostra de análise, que, apesar de nos fornecer elementos para percebermos a dinâmica da secção Mundo no que toca as categorias analisadas nesta tese, não é representativa de todo o material produzido pela secção em causa no que toca as mesmas. Como afirma Ana Gomes Ferreira, se nos tivéssemos proposto a analisar outras épocas noticiosas, “mais centradas na questão Síria e nos refugiados sírios”, teríamos chegado a outras conclusões e a outros espaços geográficos, por exemplo.

Deste modo, podemos concluir que o presente estudo abre portas para novas investigações futuras na mesma área, quer tendo como protagonista o jornal Público e a sua secção Mundo, de modo a produzir uma amostra mais alargada no que toca a categoria das minorias e das mulheres, quer com outros exemplos e órgãos de comunicação social, portugueses ou não. Assim, podemos ainda considerar que estes estudos futuros permitiriam uma maior compreensão dos fenómenos que estão a assolar o mundo em que vivemos, particularmente os movimentos populistas e os extremismos religiosos, forças polarizadoras numa sociedade cada vez mais estratificada e na qual o papel dos meios de comunicação social é essencial para a compreensão do que se passa e do porquê de essas forças estarem a vingar, colocando em causa categorias como as minorias, geralmente excluídas pela incompreensão e as mensagens de medo espalhadas tanto nas redes sociais, como pelos próprios governantes dos vários países com mais influência no tecido mundial, como é o caso do Presidente dos Estados Unidos da América e o seu discurso de ódio e misógino, Donald Trump.

Conclusão

São vários os factores que influenciam o jornalismo contemporâneo e a produção de conteúdos mediáticos. Assim, como afirma Silveirinha, “não basta apontar o sistema patriarcal como a única fonte de silenciamento das mulheres, sendo indispensável ter em conta a complexidade das relações económicas e de poder que estruturam a realidade dentro das instituições mediáticas” (“Os media” 7). Deste modo, a mesma lógica pode ser aplicada à categoria das minorias. Para além das pressões económicas, que levaram à redução de jornalistas e ao crescente uso de informação de agência e da internet, promovendo uma maior prática de jornalismo sentado, o peso da concorrência pode ser considerado um risco no que diz respeito ao tratamento e representação das minorias e das mulheres, já que contribui para a simplificação dos acontecimentos através do uso de estereótipos e da produção em massa das chamadas *soft news*, que promovem a desinformação, por um lado, e o entretenimento que as torna atraentes para os leitores, por outro.

O próprio jornalista é um actor social, com os seus próprios padrões mentais, fruto da sociedade onde se insere, o que, de acordo com Nobre-Correia, leva a que estes observem “a actualidade em países estrangeiros com os seus lotes de preconceitos, de modelos institucionais e parlamentares inquestionáveis, de concepções entorpecidas do funcionamento «normal» das sociedades, de verdades de pronto a vestir democrático” (237), o que afecta a representação dos diferentes grupos sociais. Para além disso, “o conteúdo é também relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas” (Tuchman 75), como as relações com os grupos económicos e com partidos políticos, por exemplo. O jornalista é, também, um assalariado, muitas vezes à mercê da linha editorial que a sua instituição mediática estabelece, o que coloca entraves no que diz respeito à liberdade de informar devido ao carácter industrial que os sistemas mediáticos adoptaram a partir do século XIX, no qual a notícia é não mais do que uma mercadoria perecível.

De acordo com Galtung e Ruge:

Imagine-se que o mundo pode ser comparado a um enorme conjunto de estações radiodifusoras, cada uma das quais a emitir o seu sinal ou o seu programa no seu próprio comprimento de onda. ... A emissão é contínua, correspondendo ao axioma de que está

sempre a acontecer algo a qualquer pessoa no mundo. ... Uma vez que não podemos registar tudo, temos que fazer uma selecção, e a questão é saber o que chamará a nossa atenção (63).

É neste sentido que operam os valores notícia, os critérios a ter em conta na selecção de notícias. Podemos considerar que a noção-chave de todos os critérios de selecção de informação é a proximidade, seja ela de tempo, espaço ou semelhança, como refere Nobre-Correia (66). Contudo, este ideal de proximidade pode “levar o leitor, ouvinte, espectador ou internauta a viver no interior do seu horizonte pessoal habitual, tradicional, mais ou menos acanhado, mais ou menos afastado da vida que continua na «aldeia planetária»” (66), o que proporciona o distanciamento cultural que estamos a viver neste momento. A propagação de ideias estereotipadas também é um risco, podendo desencadear desequilíbrios sociais e ideologias racistas e conservadoras.

A imagem da realidade internacional é moldada primordialmente pelas imagens que os meios de comunicação social transmitem dessa mesma realidade, para além do contacto directo e relações pessoais que os actores sociais possam ter com outras culturas, pelo que “a linguagem (e os media) tem de ser encarada mais como um agente estruturador do que como correia de transmissão neutral” (Hackett 109). Neste sentido, os meios de comunicação social operam não só como instituições de transmissão de realidades fabricadas, mas também como sistemas de formação de identidades fabricadas, traduzidas nas chamadas “imagens da nossa cabeça”. Como afirma Silveirinha, “um dos lugares de construção social, é, por excelência, o dos media, que nos apresentam práticas, imagens e atitudes nas quais aprendemos a encaixarmo-nos” (“Representadas” 221), referindo-se aos estereótipos propagados (in)advertidamente pelas instituições mediáticas e as representações dos vários actores sociais, como é o caso das minorias e das mulheres. Assim, não só a identidade destes mesmos actores fica em causa perante uma representação mediática com a qual não se identificam, como a polarização dos diversos grupos sociais tem tendência a agravar-se, podendo fortalecer movimentos extremistas como os que estão a assolar o mundo neste momento.

Mediante a análise dos conteúdos noticiosos da secção Mundo durante o mês de Outubro, é possível concluir que as publicações referentes a minorias e a mulheres são relativamente reduzidas, na medida em que num universo de 304 artigos, a amostra final totaliza 38 (13%) publicações para a categoria das minorias, e 36 (12%) para a categoria das mulheres. Para além disso, apesar de algumas mudanças, nomeadamente a elevada

representação das mulheres na política, a agenda mediática da secção Mundo a representa ainda ambas as categorias de acordo com os estereótipos de violência sexual, no caso das mulheres, e com o estereótipo de problemas sociais associados ao mito do invasor, no caso das minorias. No entanto, é necessário termos em conta que a secção Mundo aposta em força na contextualização dos conteúdos noticiosos, o que vai ao encontro do propósito do noticiário internacional de colocar os acontecimentos em perspectiva e chamar à atenção para os problemas que afectam a nossa sociedade. A agenda mediática é, evidentemente, composta por acontecimentos, estando em constante mutação devido ao fluxo de novos eventos na actualidade mundial. Assim, o mesmo se passa no que diz respeito às representações mediáticas das minorias e das mulheres, ainda que exista um longo caminho a percorrer para atingir o ideal de diversidade e coesão entre os vários grupos sociais.

Bibliografia

- Archetti, Cristina. *Explaining News: National Politics and Journalistic Cultures in Global Context*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.
- Atabek, Nejdet. "The International News Agencies and the New World Information Order." *Kurgu Dergisi*. 5.14 (1996): 165-181.
- Barbosa, Manuel. "Nós e eles: responsabilidade social dos media na construção de uma cidadania inclusiva." *Comunicação e Sociedade*. 21 (2012): 231-240.
- Beauvoir, Simone de. *The Second Sex*. Trad. Constance Borde e Sheila Malovany-Chevallier, Nova Iorque: Vintage Books, 2011.
- Bennett, Lance W. "The press, power and public accountability." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 105-115.
- Brüggemann, Michael, et al. "Diverging Worlds of Foreign Correspondence: The Changing Working Conditions of Correspondents in Germany, Austria, and Switzerland." *Journalism*. 18.5 (2017): 539-557
- Butler, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Londres: Routledge, 1990.
- Byerly, Carolyn M. e Karen Ross. *Women and Media: A Critical Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- Cabrera, Ana. "Os jornalistas no marcelismo: transformações da classe entre 1968-74." *Livro de Actas - 4º SOPCOM*. (2005): 1382-91.
- Cádima, Francisco Rui, et al. *Monitor do pluralismo dos media 2016: monitorização dos riscos para o pluralismo dos media na Europa: Relatório de Portugal*. Center for Media Pluralism and Media Freedom: 2017.
- . *Monitoring Media Pluralism in Europe: Application of the Media Pluralism Monitor 2017 in the European Union, FYROM, Serbia & Turkey Country Report: Portugal*. Center for Media Pluralism and Media Freedom: 2018.

- Carter, Cynthia. “Quando o ‘extraordinário’ se torna ‘banal’: As notícias quotidianas de violência sexual.” *As Mulheres e os Media*. Ed. Maria João Silveirinha. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. 13-28.
- Carvalho, Manuel, et al. *Os compromissos da Direcção Editorial*. Público, 16 Ago. 2018. Web. 15 Abr. 2019.
- Carvalho, José Ricardo. “As políticas de identidade e os media.” *Conceitos de Comunicação Política*. Eds. Correia, João Carlos, et al. Covilhã: LabCom Books 2010. 67-76.
- Cerqueira, Carla. “Trilhando caminhos para uma informação jornalística mais inclusiva.” *Mulheres e Media*. Eds. Magalhães, Sara I. e Teresa Alvarez. Lisboa: APEMI 2014. 29-34.
- Chambers, Deborah, et al. *Women and Journalism*. Londres: Routledge, 2004.
- . “The Changing Status of Women Journalists.” *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 49-59.
- Clausen, Lisbeth. “International News Flow.” *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 127-136.
- Coninck, David de, et al. “Unpacking Attitudes on Immigrants and Refugees: A Focus on Household Composition and News Media Consumption.” *Media and Communication: Communicating on/with Minorities*. 7.1 (2019): 43–55.
- Correia, João Carlos. *O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã: LabCom Books, 2011.
- . *Sociedade e Comunicação: Estudos sobre Jornalismo e Identidade*. Covilhã: LabCom Books, 2005.
- . *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*. Covilhã: LabCom Books, 2009.
- Cottle, Simon. “Media research and ethnic minorities: Mapping the field.” *Ethnic minorities and the media: Changing cultural boundaries*. Ed. Simon Cottle. Filadélfia: Open UP, 2000. 1-31.

- Darling-Wolf, Fabienne. *Imagining the Global: Transnational Media and Popular Culture Beyond East and West*. Ann Arbor: Michigan UP, 2015.
- Deuze, Mark. "Journalism and Convergence Culture." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 267-276.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. *Relatório de Regulação 2016*. Lisboa: 2017.
- Esteves, João Pissarra. "Duas perspectivas sobre a comunicação no espaço público. Integração ou inclusão?." *Género e Culturas Mediáticas*. Eds. Maria João Silveirinha, et al. Mariposa Azul: 2010. 27-53.
- Ettema, James S. "News as Culture." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 289-300.
- Franklin, Bob, et al. "Journalism, News Sources and Public Relations." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 202-212.
- Galtung, Johan e Mari Holmboe Ruge. "A estrutura do noticiário estrangeiro." *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Org. Nelson Traquina. Lisboa: Vega, 1993. 61-73.
- Gill, Rosalind. "Sexism Reloaded, or, it's Time to get Angry Again!." *Feminist Media Studies*. 11.1 (2011): 61-71.
- Gomes, Rui Miguel. "Contributo da internet para o sedentarismo da prática jornalística." *Questões críticas do jornalismo contemporâneo*. Ed. Nelson Traquina. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. 331-378.
- Gradim, Anabela. *Manual de Jornalismo*. Covilhã: Labcom Books, 2000.
- Grobet, Anne. "Responsible Reporting and Perceptions of Migrants in an Era of Unprecedented Mobility." *Reporting at the Southern Borders*. Eds. Dell'Orto, Giovanna e Vicki L. Birchfield. Nova Iorque: Routledge, 2014. 47-61.
- Hackett, Robert A. "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos." *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Org. Nelson Traquina. Lisboa: Vega, 1993. 101-130.

- Harker, Joseph. "Race and Diversity in the News." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 312-319.
- Harrison, Jackie. "Gatekeeping and News Selection as Symbolic Mediation." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 191-201.
- Keeble, Richard. "Information warfare in an age of hyper-militarism." *Reporting War: Journalism in Wartime*. Eds. Stuart Allan e Barbie Zelizer. Oxford: Routledge, 2004. 43-58.
- Kovach, Bill e Tom Rosenstiel. *The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*. Nova Iorque: Three Rivers Press, 2014.
- Lucas, Isabel. *Conversas com Vicente Jorge Silva*. Lisboa: Temas e Debates, 2013.
- Lusa. *Relatório da igualdade de remunerações por género*. Lusa: 2015.
- Mertens, Stefan, et al. "Diversity in Western Countries: Journalism Culture, Migration Integration Policy and Public Opinion." *Media and Communication: Communicating on/with Minorities*. 7.1 (2019): 66–76.
- Miller, Toby. "Journalism and the question of citizenship." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 397-406.
- Neveu, Erik. *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.
- Nobre-Correia. *Teoria da Informação Jornalística*. Coimbra: Edições Almedina, 2018.
- Paltridge, Brian. *Discourse Analysis: An Introduction*. Londres: Bloomsbury, 2012.
- Parikka, Tuija. "Female Bodies Adrift: Violation of the Female Bodies in Becoming a Subject in the Western Media." *Media and Communication between the Local and the Global*. 6.2 (2018): 158–167.
- Patterson, Thomas E. "Tendências do jornalismo contemporâneo." *Questões críticas do jornalismo contemporâneo*. Ed. Nelson Traquina. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. 175-216.
- Pinto-Coelho, Zara e Silvana Mota-Ribeiro. "Imagens de mulheres na imprensa portuguesa." *Livro de Actas - 4º SOPCOM*. (2005): 977-89.

- . "O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa." *Livro de Actas - 4º SOPCOM*. (2005): 1941-51.
- Philo, Greg. "News, Audiences and the Construction of Public Knowledge." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 407-416.
- Público – Comunicação Social, S.A. *Livro de Estilo*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica, 2005.
- Rádio e Televisão de Portugal. *Relatório para a igualdade de género, cidadania e não discriminação*. Rádio e Televisão de Portugal: 2018.
- Sanders, Joshunda. *How racism and sexism killed traditional media*. Santa Barbara: Praeger, 2015.
- Schlesinger, Philip. "Os jornalistas e a sua máquina do tempo." *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Org. Nelson Traquina. Lisboa: Vega, 1993. 177-190.
- Schudson, Michael. "News and Democratic Society: Past, Present, and Future." *The Hedgehog Review*. (2008): 7-21.
- Seib, Philip. "News and Foreign Policy: Defining Influence, Balancing Power." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 496-506.
- Siapera, Eugenia. *Cultural Diversity and Global Media*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- Silveirinha, Maria João. "Esferas públicas, media e acção feminista." *Género e Culturas Mediáticas*. Eds. Maria João Silveirinha, et al. Mariposa Azul: 2010. 55-73.
- . "Os media e as mulheres: Horizontes de representação, de construção e de práticas significantes." *As Mulheres e os Media*. Ed. Maria João Silveirinha. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. 5-12.
- . "Representadas e representantes: As mulheres e os media." *Questões críticas do jornalismo contemporâneo*. Ed. Nelson Traquina. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. 217-250.

- Silverstone, Roger e Myria Georgiou. "Editorial Introduction: Media and Minorities in Multicultural Europe." *Journal of Ethnic and Migration Studies*. 31.3 (2005): 433-441.
- Sonwalkar, Prasun. "Out of sight, out of mind?: The non-reporting of small wars and insurgencies." *Reporting War: Journalism in Wartime*. Eds. Stuart Allan e Barbie Zelizer. Oxford: Routledge, 2004. 206-223.
- Souza, Juliana. "A invisibilidade das mulheres nos media: Quando a representação de género define o sexo da notícia." *Media & Jornalismo* 14.2 (2014): 91-103.
- Steiner, Linda. "Women war reporters' resistance and silence in the face of sexism and sexual violence." *Media & Jornalismo – Mulheres e Media* 17.1 (2017): 11-26.
- Traquina, Nelson. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.
- Tuchman, Gaye. "A objectividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objectividade dos jornalistas." *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Org. Nelson Traquina. Lisboa: Vega, 1993. 74-90.
- Tulloch, John e R. Warwick Blood. "Iconic Photojournalism and Absent Images: Democratization and Memories of Terror." *The Routledge Companion to News and Journalism*. Ed. Stuart Allan. Oxford: Routledge, 2010. 507-519.
- van Dijk, Teun A. "New(s) racism: A discourse analytical approach." *Ethnic Minorities and the Media*. Ed. Simon Cottle. Filadélfia: Open UP, 2000. 33-49.
- Veiga, Marcia. "Fazendo Género: as implicações da cultura profissional e das rotinas produtivas nas construções simbólicas do jornalismo." *Género e Culturas Mediáticas*. Eds. Maria João Silveirinha, et al. Mariposa Azul: 2010. 101-130.
- Williams, Kevin. *International Journalism*. Londres: SAGE Publications, 2011.
- Zelizer, Barbie. "When war is reduced to a photograph." *Reporting War: Journalism in Wartime*. Eds. Stuart Allan e Barbie Zelizer. Oxford: Routledge, 2004. 115-135.
- Zoonen, Elisabeth A. van. "O movimento das mulheres e os media: A construção de uma identidade pública." *As Mulheres e os Media*. Ed. Maria João Silveirinha. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. 155-174.

Lista de figuras

Figura 15: Espaços por número de conteúdo noticioso (minorias)

Figura 16: Representação dos grupos minoritários, por categoria

Figura 17: Espaços por número de conteúdo noticioso (mulheres)

Figura 18: Representação das mulheres, por categoria

Figura 19: Géneros jornalísticos, por número de publicações (minorias)

Figura 20: Linguagem e terminologia, por conteúdo noticioso (minorias)

Figura 21: Nuvem de palavras (minorias)

Figura 22: Meios de publicação (minorias)

Figura 23: Autor, por conteúdo noticioso (minorias)

Figura 24: Géneros jornalísticos, por número de publicações (mulheres)

Figura 25: Linguagem e terminologia, por conteúdo noticioso (mulheres)

Figura 26: Nuvem de palavras (mulheres)

Figura 27: Meios de publicação (mulheres)

Figura 28: Autor, por conteúdo noticioso (mulheres)

Anexos

Anexo I: Tabela dos conteúdos noticiosos (minorias)

País	Tema	Autor	Meio de publicação	Linguagem e terminologia	Género jornalístico
Camarões	Homofobia	Reuters, tradução	Online	ânus, violência, sangue, bruxas lésbicas, pecado, enfeitiçada, orações, violada, torturando, assassinando, magia negra, purificação	Reportagem
Itália	Prisão domiciliária autarca italiano	Jornalista secção	Papel e online	asilo, migrações ilegais, fraudulenta, refugiados, ajuda humanitária	Notícia
N	Denis Mukwege: Prémio Nobel da Paz	Jornalista secção	Papel e online	vítimas de violação, sobreviventes, sofrimento, dominação patriarcal	Perfil
Brasil	Eleições presidenciais	Jornalista secção no país	Papel e online	rejeição, imagens ofensivas, esmagado, maré humana, polarização, absurda	Notícia
N	Nadia Murad: Prémio Nobel da Paz	Jornalista secção	Papel e online	sofrimento, raptada, escrava sexual, torturada, agredida, enjaulada	Perfil
Brasil	Eleições presidenciais	Jornalista secção no país	Papel e online	medo, violência, crime, corrupção	Reportagem
Mediterrâneo	Aquarius/migrantes	Lusa	Papel e online	morreram, refugiados, imigrantes	Notícia
Roménia	Roménia vota para proibição de casamentos homossexuais	Público	Online	corrupção	Notícia
Arábia Saudita	Pela primeira vez mulher dirige banco	Público	Online	influyente, ultraconservadora	Notícia
Zimbabwe	Crise no país	Reuters e Público	Online	degradados, colapso económico, declínio, imundas	Notícia

Brasil	Eleições presidenciais/violência	Público	Papel e online	esfaqueado, crime	Notícia
Brasil	Eleições presidenciais/violência	Jornalista secção	Papel e online	agressões, denúncias, violência, animosidade	Notícia
China	Campos de reeducação de muçulmanos	Jornalista secção	Papel e online	críticas, condições precárias, detenções, denunciam	Notícia
Angola	Angola nega assassínio de dezenas de imigrantes congolezes	Reuters, tradução	Online	assassínio, acusação, violentos, graves, invadiram, queimaram, mataram, pilharam, forçaram	Notícia
Afganistão	Legislativas/segurança/atentado	Jornalista secção	Papel e online	atentado, insegurança, homicídio, ataque, assassinado, ameaçando, raptados	Notícia
Itália	Governo italiano ordena saída de refugiados de cidade modelo	Público	Papel e online	integração, detenção, acusação, saída	Notícia
Iémen	Guerra	Jornalista secção	Papel e online	chacina, guerra, morrer, piores desastres, tragédia	Notícia
Itália	Migrações/Itália envia polícia para fronteira francesa para evitar devolução de migrantes	Lusa	Online	ilegais, denúncias, criticado, tensas, crise	Notícia
São Tomé e Príncipe	Demografia	Jornalista público	Papel e online		Reportagem
Afganistão	Ataque terrorista no dia das eleições em Cabul	Lusa	Online	mortos, ataque, caos, atentados, problemas	Notícia
China	Campos de reeducação de muçulmanos	Jornalista secção	Online	escrutínio, críticas, ataque, instabilidade, desconfiança, detenções	Notícia
EUA	Trump ameaça fechar fronteira Sul perante a aproximação de mais uma marcha de imigrantes	Lusa	Online	ameaça, marcha de imigrantes, miséria, criminalidade, caravana, violência, tensão	Notícia
N	Migrações	Jornalista público	Papel e online	desenvolvidas, culpam, enfrentar, problemas, pobreza, desastres, conflitos, catástrofes, abraçar	Entrevista
EUA	“Marcha” dos migrantes	Público e Reuters	Online	marcha, miséria, violência	Notícia

Brasil	Após décadas de expropriação, indígenas brasileiros lutam para reaver terras	Reuters, tradução	Online	lutam, alvo, ataques, baleado, homicídios, violência	Notícia
EUA	Ataque sinagoga Pittsburgh	Público	Papel e online	ataque, mortos, acusado, crimes de ódio	Notícia
EUA	Ataque sinagoga Pittsburgh	Público	Papel e online	atirador, vítimas, atacou	Notícia
Iémen	EUA aproveitam "caso Khashoggi" para pedir fim das hostilidades no Iémen	Jornalista secção	Online	fim das hostilidades, conflito, assassinio, estrangulado	Notícia
EUA	EUA pode deixar de reconhecer pessoas transgénero	Jornalista público e Reuters	Online		Notícia
Mediterrâneo	Refugiados	Lusa	Online	migrantes, ilegal, tráfico, ilícitos	Notícia
Tunísia	Nove feridos no centro de Tunes, onde uma mulher se fez explodir	Público	Online	feridos, explodir, morta, ataques, segurança, armado	Notícia
Alemanha	Política	Jornalista secção	Papel e online	acusada, crimes, desvalorização, medo, ataques, rejeitava, criticado	Notícia
Paquistão	Libertação de Asia Bibi	Jornalista secção	Papel e online	acusada, vaga, condenada, crime, libertada, violência, manifestações, ameaças de morte, atiraram pedras, inocente, justiça, assassinado	Notícia
Brasil	Eleições presidenciais	Jornalista secção no país	Papel e online	se fartaram, manifestação, descontentamento, corrupção, fragilidade	Reportagem
União Europeia	Refugiados: "A traição da UE ao direito internacional vai ter consequências terríveis"	Jornalista secção	Papel e online	guerra, inocentes, denunciar, luta contra o silêncio, defesa dos direitos humanos	Notícia
EUA	Trump diz que vai reduzir ajuda à América Central devido à "marcha dos migrantes"	Jornalista secção	Online	marcha dos migrantes, caravana de migrantes, acusou, onda de migrantes, violência, pobreza, corrupção	Notícia

EUA	Trump quer cortar direito à cidadania aos filhos de imigrantes sem documentos	Jornalista secção	Papel e online	cortar, ilegal	Notícia
EUA	Trump: tudo foi feito para "deter o assalto" de migrantes hondurenhos	Lusa	Online	assaltos dos migrantes, miséria, violência, motivações, caravana	Notícia

Anexo II: Tabela dos conteúdos noticiosos (mulheres)

País	Tema	Autor	Meio de publicação	Linguagem e terminologia	Género jornalístico
Camarões	Homofobia	Reuters, tradução	Online	ânus, violência, sangue, bruxas lésbicas, pecado, enfeitada, orações, violada, torturando, assassinando, magia negra, purificação	Reportagem
Reino Unido	Congresso tory – Brexit	Jornalista secção	Papel e online	atacou, sobreviveu, tensão, catastróficas	Notícia
EUA	Mulher acusa facebook de facilitar tráfico sexual	Público e Reuters	Online	processa, tráfico sexual, enganada, espancada, violada, vítimas	Notícia
N	Nadia Murad: Prémio Nobel da Paz	Jornalista secção	Papel e online	sofrimento, raptada, escrava sexual, torturada, agredida, enjaulada	Perfil
EUA	Supremo Tribunal	Jornalista secção	Papel e online	assédio, abuso sexual, protestos, pénis	Notícia
Arábia Saudita	Pela primeira vez mulher dirige banco	Público	Online	influyente, ultraconservadora	Notícia
EUA	Supremo Tribunal; Trump faz troça do depoimento de Christine Blasey Ford	Público	Online	acusadoras, violação, atacado, acusações	Notícia
Mediterrâneo	Empoderamento das mulheres	Jornalista público	Papel e online	estabilidade, desenvolvimento, integração, violência, culturas discriminatórias	Notícia
Bulgária	Jornalista morta	Lusa	Papel e online	detenção, agredida, estrangulada, violada, corrupção, indignação, cólera, emoção, assassinato	Notícia

EUA	Nikki Haley deixa ONU	Jornalista secção	Papel e online	vitórias, conturbados, surpresa	Notícia
Reino Unido	Enriquecimento ilícito; gastou 18 milhões	Público	Online	alvo, luxo, fortuna	Notícia
Israel	Americana impedida de entrar por apoio a boicote	Jornalista secção	Online	boicote, ilegítimo, perigo	Notícia
EUA	Melania Trump sobre abusos sexuais	Público	Online	vítimas, abusos sexuais	Notícia
Israel	Mulher de Netanyahu no banco dos réus por gastar milhares do erário público em restaurantes de luxo	Reuters	Papel e online	réus, acusada, protestos, violação, falsificado, condenada, corrupção, absurdas, infundadas, desacreditar	Notícia
Reino Unido	Portuguesa acusada de pertencer a grupo neonazi chamou Adolf ao filho	Lusa	Online	terrorista, acusados, violentas	Notícia
Bulgária	Jornalista morta	Reuters e público	Online	violada, agredida, sufocada, morte, homicídio, corrupção	Notícia
Reino Unido	Brexit	Jornalista secção correspondente	Papel e online	delicada, suspenso, impasse	Notícia
Reino Unido	Brexit	Jornalista secção correspondente	Papel e online	furiosos, criticou, rejeitar	Notícia
Reino Unido	Brexit	Jornalista secção correspondente	Papel e online	impasse, obstáculo, divergência, discórdia	Notícia
Índia	Ministro indiano acusado de assédio sexual por 20 mulheres demitiu-se	Lusa	Online	acusado, assédio sexual, difamação, denúncias	Notícia
Alemanha	Política	Jornalista secção	Papel e online	auge, fim, problemas	Notícia
Israel	Caso estudante americana	Jornalista secção	Online	ameaça, boicote, indignação	Notícia
Alemanha	Suspeito que fez uma refém em estação de Colónia "sob controlo"	Público	Online	refém	Notícia
EUA	Tribunal dá razão a Trump e rejeita processo por difamação de Stormy Daniels	Público	Online	mentiu, crime, difamação, ataque	Notícia
Alemanha	Saída Merkel	Jornalista secção	Papel e online	rara	Entrevista
Alemanha	Saída Merkel	Jornalista secção	Papel e online	nostalgia, crítico, esgotado, entusiasmo	Notícia
Alemanha	Saída Merkel	Duas jornalistas secção	Papel e online	surpresa, coro de elogios, incerteza	Notícia
Alemanha	Eleições, saída Merkel	Jornalista secção	Papel e online	perdas	Notícia
EUA	Hillary Clinton diz que não será candidata à presidência (mas gostava de fazer o trabalho)	Jornalista secção	Online	sonho	Notícia

Brasil	Eleições presidenciais	Público	Online	apoio	Notícia
Alemanha	Saída Merkel	Jornalista secção	Online	pressão, impopularidade	Notícia
Tunísia	Nove feridos no centro de Tunes, onde uma mulher se fez explodir	Público	Online	feridos, explodir, morta, ataques, segurança, armado	Notícia
EUA	NBC termina programa de Megyn Kelly, acusada de racismo	Jornalista público	Online	racismo, polémica, ridicularizar, discriminação, segregação racial	Notícia
Paquistão	Libertação de Asia Bibi	Jornalista secção	Papel e online	acusada, vaga, condenada, crime, libertada, violência, manifestações, ameaças de morte, atiraram pedras, inocente, justiça, assassinado	Notícia
União Europeia	Le Pen e Salvini lançam campanha para as europeias	Lusa	Papel e online	unidos	Notícia
N	Denis Mukwege: Prémio Nobel da Paz	Jornalista secção	Papel e online	vítimas de violação, sobreviventes, sofrimento, dominação patriarcal	Perfil

A memória do sismo e do tsunami de sexta-feira junta-se ao desespero de sobreviver. Diante de uma falta de ajuda, os sobreviventes vêm-se obrigados a roubar e a procurar o que comer por entre os destroços. As autoridades estimam que o número de mortos continue a subir à medida que as operações de salvamento avançam

Sismo na Indonésia

“Consegui ajudar outras pessoas, não a minha própria família”

Daniela Filipe

Sexta-feira após o sismo com magnitude de 7,5 na escala de Richter, a que se seguiu um tsunami, os habitantes da ilha indonésia de Celebes encontram-se no meio de um cenário desesperante, sem acesso a recursos básicos como água e alimentos.

A ajuda humanitária tarda, devido aos danos nas vias, que estão praticamente inutilizáveis, e conflitos começam a eclodir. As operações de resgate continuam, mas a esperança de encontrar sobreviventes é cada vez menor. Ontem, as autoridades apontavam para que o número de mortos fosse 1407, temendo que este continuasse a subir.

Na cidade de Palu, onde foi contabilizado o maior número de mortos, os cidadãos batiam palmas ao verem as carrinhas de ajuda humanitária. Numa delas estava Khalid Rahmil e outros sete voluntários, munidos com água, arroz, azeite, ovos, massa e leite condensado. Depois de oito horas de viagem e 200 quilómetros desde Poso, um dos grandes portos da ilha, foram recebidos em Palu por famílias desesperadas por ajuda, que se empurravam umas às outras enquanto gritavam, o que levou a que a polícia tivesse de intervir, de acordo com o enviado do El País.

“Estou não feliz”, disse Herwananto, de 63 anos, à Associated Press (AP), enquanto se abraçava a uma embalagem de massa instantânea. “Não como há três dias”.

“Trouximos o suficiente para satisfazer as necessidades de centenas de famílias durante um mês, mas vamos tentar reacionar tudo”, disse Rahmil ao jornal espanhol. Ainda assim, a ajuda continua a ser escassa. De acordo com a AP, também os habitantes de povoações mais pequenas, como a aldeia de Wani, estão a sofrer com falta de alimentos, medicamentos, combustível e abrigo, afirmando não ter ajuda desde o tsunami, na sexta-feira.

“Esta banana é tudo o que temos para comer”, confessou Darjan, que segurava uma fruta meia-comida. Os habitantes de Donggala, Sigi e Parigi Muntong estão também a apelar para que não se esqueçam deles. “Preste atenção a Donggala, Sr. Jokowi [Presidente Joko Widodo]. Preste atenção a Donggala”, gritava um residente na televisão local.

Para muitos, a solução é dirigir-se a Palu, ainda que o cenário seja pouco favorável. De acordo com a BBC e a AP, os sobreviventes vêm-se obrigados a procurar alimentos por entre o entulho e destroços de edifícios. “Fantástico, Indonésia”, gritava um homem de forma sarcástica, enquanto observava uma multidão a vasculhar por comida nas ruínas de um armazém.

“Viemos para Palu porque ouvimos dizer que havia comida”, disse Rehana, uma estudante de 23 anos, mostrando ao jornalista da AP um pacote de arroz que tinha escondido.

Depois de dias sem ajuda, Wasilba e a sua família andaram mais de dez horas até ao aeroporto de Palu, onde jornalistas da BBC lhes deram água. “Apenas temos a roupa que temos no corpo”.

Alguns habitantes estão a recorrer ao roubo para sobreviver. De acordo com o The Telegraph, um comerciante foi acordado na madrugada de 1 de Outubro pelo barulho de assaltantes no seu mini mercado. “Não o justifico, peço porque o fizeram. A minha mulher disse-me que só temos comida que chegue para dois dias”, admitiu.

Segundo a diretora da organização humanitária Visão Mundial, Sartarina Dwi Febriyanti, a separação está a tornar-se uma preocupação, devido ao estado de desespero dos sobreviventes. “As pessoas continuam a roubar as carrinhas da ajuda humanitária. A situação continua a piorar”, disse ao The Guardian.

Casas engolidas

Jornalistas da BBC afirmam ter presenciado um grupo de polícias armados a guardar uma loja, que se tornaram violentos perante as insistências da população para entrar. Dispararam tiros para o ar, gritaram, lançaram gás lacrimogénico. Alguns homens aterrorizaram as pessoas. Passado uma hora, deixaram os sobreviventes entrar. “É nossa responsabilidade proteger a loja, mas o que podemos fazer quando as pessoas precisam de tanta coisa?”, perguntou o polícia.

Para as 70 mil pessoas sem casa, a sobrevivência junta-se às memórias da tragédia. Joshua Michael, de 24 anos, conta ao Guardian que viu os seus vizinhos “serem enterrados vivos”, devido à liquidação do solo que se seguiu à catástrofe natural. “As casas foram engolidas pela terra e a lama soltou-se no chão”, acrescentou. As que não tiveram o mesmo destino foram movidas metros de distância do seu local e altura original.

Edi Setiawan contou à Associated Press que ajudou as equipas de resgate na recuperação de corpos e no salvamento de sobreviventes. Nada o tinha preparado para o que iria encontrar, perto da sua casa, em Palu: o pai e a irmã, abraçados, sem vida. “Só consegui chorar”, confessou. “Consegui ajudar outras pessoas, mas não a minha própria família”.

As operações de resgate continuam. Ontem, Widofo apresentou a busca por vítimas num hotel, o que, de acordo com a Associated Press, tem frustrado os habitantes, que sentem que alguns bairros estão a ser negligenciados em detrimento dos hotéis.

O hotel Mercure teria 100 pessoas no seu interior no momento da tragédia. O primeiro andar do edifício foi engolido pela terra, e a sua fundação mostra ângulos anormais, o que leva os socorristas a acreditar que o imóvel pode desabar sobre eles a qualquer momento. A filha de Marinikus Hamale, que trabalhava no departamento de vendas do hotel, está provavelmente lá dentro. “Penso que hoje seja a última oportunidade de a encontrar”, disse. “Caso contrário, será adicionada ao número de mortos”.

A Indonésia é frequentemente alvo de sismo e erupções vulcânicas devido à sua localização geográfica — fica situada no chamado “Círculo de fogo do Pacífico”, uma cintura de vulcões marcada pelo movimento repetido das placas tectónicas. Em Agosto, um sismo em Lombok matou 505 pessoas. **Texto editado por Ana Gomes Ferreira**

daniela.filipe@publico.pt



Anexo IV: Entrevistas

Nome: Ana Gomes Ferreira

Cargo: Editora

No Público desde: 1990

Data da entrevista: 16/04/2019

1. Há quanto tempo é jornalista? E há quantos anos está no jornal Público?

Sou jornalista há 30 anos e estou no Público desde a fundação, oficialmente em Janeiro de 1990, mas entrei em Setembro ou Outubro de 1989.

2. Passou por outras secções que não a secção Mundo?

Comecei na Cultura, depois passei para o Internacional onde estive vários anos, depois para a Sociedade. Depois fui para Nova Iorque e voltei para o Internacional. Entretanto editei a Pública durante 7 ou 8 anos, uma revista que já não existe.

3. Quando iniciou a sua carreira no jornalismo, como era o paradigma no que toca as saídas da redacção e o contacto com as fontes?

Era bastante mais, quer dizer, é o mesmo que se faz agora com a vantagem ou desvantagem de não haver redes sociais, internet, nada dessas coisas. Portanto, tudo aquilo que tu precisavas de saber tinhas que ir procurar por telefone ou em pessoa. Não havia o hábito de ligares a televisão para veres o que é que estavam a dar numa conferência de imprensa, tinhas que ir a todo o lado, tinhas que ir mesmo aos sítios procurar a informação. Na Cultura, tinha que se fazer telefonemas todos os dias para as fontes para saber o que é que está a dar, o que é não está a dar, por exemplo, o incêndio da Notre-Dame. Podia aparecer um telexe, trabalhávamos com telexes em papel, mas depois tínhamos que fazer o costume, ligar para as pessoas para saber o que é que se está a passar, porque os telexes tinham o seu ritmo. É o mesmo, tínhamos que sair para procurar informação, e era muito trabalho de telefone e de redacção. Há bastante menos hábito de verificação, sobretudo desde que se dividiram as redacções no momento do

ataque inicial para o online. Há o trabalho que supostamente é feito depois, com mais cuidado, mas há esta ideia que tem que se dar logo e tu acabas a citar o que outros jornais estão a dar e o que os outros jornais já deram e estamos todos a repetir a mesma informação. Um jornal tem a tradição de fazer um bocadinho mais do que isso, como o caso do Público, e depois há um trabalho secundário a fazer que é falar com as fontes, fazer as perguntas, saber exactamente o que é que se está a passar, ir aos sítios quando é preciso, portanto acabamos por criar dois momentos de procura de informação.

4. Qual a relevância da secção Mundo no começo do jornal Público?

Há quem diga que foi a secção do Internacional que fez o Público. O Público aparece na ressaca da queda do Muro e foi um jornal que mandou gente a todo o lado; para além de termos correspondentes tínhamos enviados, pessoas da redacção, em todo o lado, e logo muito pouco tempo depois foi a Guerra do Golfo. Também se mandou enviados para todo o lado e a informação circulava de maneira diferente. Os telexes chegavam ao ritmo deles, e o Público ter estado nos sítios e ter dado uma avalanche enorme de informação e explicação, por que é que esta guerra está a acontecer, o que é que se passa no Golfo, quem são os protagonistas, quem são os intervenientes, quais são os interesses e estratégias, todo esse tipo de explicação e de contexto, de análise sobre o que é que se estava a passar além de houve este combate, conquistaram este terreno, tudo isso pôs as pessoas a falar no tipo de jornalismo que se fazia no Público diariamente, que era um hábito que não havia na imprensa portuguesa na altura. Tinhas o Expresso, que tinha uma secção de Internacional, mas era preciso esperar semanalmente para ler aqueles trabalhos maiores e contextualizados, e de repente apareceu-te um jornal que diariamente te dava isso, não te dizia apenas que há uma guerra no Golfo, as tropas de Saddam Hussein avançaram mais 2km ou recuaram mais 2km, mas explicava a questão religiosa, a questão do petróleo, a intervenção das potências estrangeiras naquela região, explicava-te isso tudo diariamente, o que fez aumentar muito as vendas, logo no início, e solidificou o jornal. A secção do Internacional foi sempre uma secção chave do Público e apesar de termos perdido essa rede de correspondentes, de sermos cada vez menos e termos que fazer o trabalho a duas velocidades que é dar as notícias rapidamente para o online e depois tentar fazer outro tipo de construção mais analítica ou mais contextualizada para o papel, é mais difícil mas estamos a tentar manter alguns padrões.

5. Qual a importância do noticiário internacional no Público de hoje?

Teoricamente é a mesma, ou seja, o espaço de primeira página continua lá, o espaço nos destaques também, mas faz-se o se pode. A informação e aquilo que é relevante mudou muito nestes últimos anos, o que de alguma forma também põe as questões do internacional mais secundarizadas, porque as pessoas se calhar querem saber o que é que o Marcelo Rebelo de Sousa tem a dizer sobre a Notre-Dame que ardeu, em vez de saberem que o general Sisi no Egipto está a fazer uma mudança constitucional para ficar no poder durante mais 20 anos. O impacto da notícia já não é o mesmo do que era há uns anos e isso não é só uma questão de o Internacional não estar a produzir a notícia, porque está, mas é também um problema de visibilidade, que é mais mediático, de consumo mais rápido, e de supostamente do que o que as pessoas querem. Isso faz-te perder visibilidade no Online, que é aquilo que é mais consumido e partilhado.

6. Quais as principais diferenças entre a secção Mundo agora e a secção Mundo do início do jornal Público?

A secção Mundo do início era uma secção muito completa, tinha pessoas que sabiam muito bem das suas áreas e era uma secção especializada. Havia jornalistas que trabalhavam o Médio Oriente, outros a Europa, outros a América Latina, a América do Norte, a Ásia, e dentro da Ásia havia uns que se dedicavam só à China, havia uns que se dedicavam às Índias... Nós tentamos ainda manter isso, mas a secção tinha imensa gente. Eu estava falar aqui há uns dias com o Jorge Almeida Fernandes, que foi o meu primeiro editor no Internacional, e ele dizia-me que às vezes sentia que éramos demasiados, porque havia dias que não tinha trabalho para lhes dar e eles estavam dois ou três dias sem escrever, e eu estava a dizer-lhe que, como pessoa que saiu da Cultura e foi para o Internacional, eu sabia genericamente as matérias internacionais, mas precisava de estudar, e tinha tempo dentro do próprio trabalho para estudar. Tu não podes escrever sobre a China e sobre chegada ao poder do Xi Jinping e o que é que significa aquela mudança se não souberes o que é a política chinesa, a história da China, se não perceberes a história do Partido Comunista Chinês e da forma como se fazem as mudanças e as rotações nas lideranças, e o Jorge dava-nos tempo para fazer isso. O que eu sinto agora é que não podemos ser tão especializados, apesar de as pessoas ainda terem áreas atribuídas, mas claramente como somos muito poucos neste momento, em

relação ao que já fomos, e como não temos correspondentes, estamos mais a apagar fogos, temos que jogar a mão a tudo. Mas sabemos fazê-lo, somos jornalistas; o jornalista tem que saber fazer uma notícia seja do que for. Agora, há uma preocupação que ainda se mantém, que é não escrever nada sem ler bem, sem perceber bem o que é que se está a escrever e sem se ter a certeza que uma frase que se está a escrever não é apenas uma coisa que se está a decalcar da Lusa, que é uma agência que tentamos não usar porque temos fontes mais primárias, a Reuters e a AFP. Tentamos não escrever sem perceber o contexto, o que às vezes é um problema pela velocidade do online e da ideia que tens que dar rapidamente e tens que pôr logo em linha, o que tem a ver com a competição. É essa a grande diferença, já não há tempo para perceber devidamente aquilo que se está a escrever, e para estudar.

7. Considera que a falta de correspondentes e a expansão da internet proporcionam a prática de um jornalismo cada vez mais sedentário na secção Mundo?

O sedentarismo na secção Mundo é muito relativo. Trabalhamos muito com o telefone, com entrevistas. Estás a escrever um texto sobre o que se está a passar em Moçambique – a imprensa moçambicana não é como as anglo-saxónicas, é mais limitada como fonte de informação, portanto tens que agarrar no telefone para quem está no terreno, para as tuas fontes em Moçambique, sejam elas dos partidos políticos, organizações não governamentais ou da sociedade civil, sejam elas agentes culturais, para saber o que é que se está a passar. Numa secção como o Mundo, em que as coisas se passam à distância, o facto de não saíres da cadeira não te torna um jornalista sedentário. É sedentário se te limitares a copiar telexes, que é uma coisa que nós ali não queremos fazer. Portanto, nós temos que estar sempre a fazer entrevistas, mesmo que não sejam entrevistas pergunta-resposta, para perceber aquilo que se vai escrever, mesmo sem citar as pessoas. Há muita maneira de não ser sedentário. Depois, o outro problema é os orçamentos para ir aos sítios. Cada vez se vai menos, cada vez dependemos mais de convites ou de viagens patrocinadas. Agora fez-se uma grande ronda de entrevistas sobre a Europa e o seu futuro, que foi a Teresa de Sousa que fez, e foi preciso ir a vários países entrevistar os pensadores e os antigos governantes – foram viagens patrocinadas, é um peso muito grande para os jornais porque os jornais são todos deficitários. Mas tentamos ir ao que é obrigatório. Fomos a Moçambique, há-de haver eleições na

Hungria e acho que é obrigatório ir por causa desta vaga populista que está a varrer a Europa, havendo eleições europeias também, quando for a altura do Brexit teremos que ir à Grã-Bretanha, se o Brexit se concretizar. Mas sim, viajava-se mais e mais autonomamente, ou seja, sendo o jornal a pagar essa viagem. Agora vamos tentado ver o que se pode fazer, sempre assinalando que viajamos a convite de e sem nunca haver compromisso, não aceitamos viagens com contrapartidas.

8. É ainda possível fazer jornalismo internacional de qualidade, tendo em conta a falta de recursos para subsidiar correspondentes estrangeiros e a crescente reprodução da informação de outros media e agências de informação?

Acho que é, e apesar de tudo ainda se faz bastante jornalismo de qualidade, o panorama não está tão negro. Nós temos tendência a dizer que está tudo mal porque somos críticos, faz parte da nossa natureza fazermos muitas perguntas. Mas acho que sim, que se pode fazer jornalismo de qualidade se as pessoas tiverem bom senso e bom gosto, que são as duas máximas. É preciso estudar as matérias, percebê-las, não fazer jornalismo de “ele disse isto”, “o outro respondeu isto”, porque isso não é jornalismo. Às vezes é melhor não ser o primeiro a dar, mas dar bem. Se lês uma notícia no Público queres lê-la de uma maneira, se lês no Correio da Manhã, sem desprestígio para o CM, tem o seu estilo, o seu mercado, queres dar de maneira diferente. Com calma, com bom senso e com bom gosto o jornalismo de qualidade existe.

9. No contexto da secção Mundo, considera que a internet é um recurso indispensável à prática jornalística, ou que, apesar dos benefícios, apenas contribui para o crescente sedentarismo da secção? E as informações de agência?

Potencialmente a internet só devia melhorar. Teres mais acesso a fontes, informação, sabes mais sobre o que se está a passar... Tens é que ter mecanismos para filtrar e saberes ir às coisas certas. Se há um incêndio na Grécia, numa costa balnear grega, não vais telefonar para pessoas que estão em Atenas sentadas em frente à televisão para lhes perguntar o que é que se passa. Tens que procurar alguém que esteja no sítio onde está a haver o incêndio, porque aquilo que uma pessoa em Atenas te vai dizer sobre um

incêndio que se está a passar a 250km de distância é irrelevante, e entramos aqui numa voragem de termos que ouvir alguém. Tens que ouvir aquilo que é pertinente, na altura certa, não tens que ouvir alguém só para ter um *soundbite*, e a internet permite-te isso, porque tens uma lista de especialistas e podes dizer este homem sabe disto, vou ligar a esta pessoa. O critério é sempre o mesmo, o que a internet e as redes sociais te dão é que alargaram ainda mais o teu campo de opções. A questão é que nós não a estamos a usar de forma inteligente, estamos a ir pelo mais fácil, estamos a repetir-nos e a decalcar-nos e a dar voz a pessoas que não têm informação pertinente para passar. Mas depende de nós tornar isso uma qualidade e não um problema.

10. Quais os temas de mais interesse para os leitores, no que diz respeito a secção Mundo?

Os leitores têm temas favoritos. O mundo está muito polarizado e os próprios leitores estão muito polarizados. Quando vemos as tabelas das notícias mais lidas são sempre aquilo que nós achamos que são mais *fait divers*. Se puseres que o Bolsonaro disse uma coisa qualquer minimamente criticável, isso tem mais leitura do que o Sisi a perpetuar-se no poder até 2030, uma coisa que o Bolsonaro não vai fazer porque não vai conseguir fazer uma emenda constitucional. Mas os leitores preferem ler um *soundbite* minimamente polémico do Bolsonaro do que perceber o que é que se está a passar na Argélia, no Egipto, ou no Sudão.

11. Considera que o jornalista deve procurar “educar” os leitores, expondo-os a temas que não sejam necessariamente do seu interesse, ou que deve ir apenas ao encontro daquilo que a audiência deseja, de modo a garantir o lado económico da prática jornalística?

Nem uma coisa, nem outra. Acho que tens que ir ao encontro daquilo que é a tua linha editorial, que está bem definida no jornal e nos órgãos de comunicação. Isto é um jornal generalista, mas é um jornal dos ditos jornais de referência, portanto tens que não ceder tanto ao *clickbait*, e não ceder tanto ao que é preciso, tens que misturar e dar coisas aos leitores que os puxem. Tu vais ler um gatinho e depois esperas que o leitor vá ler uma grande notícia sobre o Sudão – está provado que não é assim. Acho que se deres

informação de qualidade aos leitores, e os leitores souberem que este é o sítio onde vou ler um determinado tipo de notícia, eles vêm. Agora, não posso ter a pretensão de estar a convencer uma pessoa que só lê o jornal do golfe a ler outra coisa qualquer. Outro problema da internet, não sei se nos jornais em papel acontece tanto, é que tu tens a sensação de que os leitores lêem os títulos, lêem um bocadinho e às vezes ficam com uma ideia que depois não é bem aquela. Este caminho de os conteúdos serem pagos na internet talvez ajude as pessoas, se estamos a investir e a pagar, vamos pelo menos ler isto até ao fim.

12. Considera que o papel é ainda o grande paradigma do jornalismo ou que o digital é a prioridade?

Têm espaços diferentes. O online não vai matar o papel, nunca achei isso. Têm públicos diferentes e acho que são complementares e que podem conviver muito bem.

13. Reparei que tanto no foco das minorias, como das mulheres, os Estados Unidos é o espaço com mais conteúdos noticiosos; por que é que acha que isto se verifica?

Era os Estados Unidos que estava em cima da actualidade. Foram as primeiras decisões do Donald Trump como presidente contra a imigração e contra tudo o que é diferente. Acho que foi circunstancial, porque se calhar se tivesses analisado épocas mais centradas na questão Síria e nos refugiados sírios, tinhas visto outro tipo de geografia. Tem a ver também com esta época do #MeToo nos Estados Unidos, que apesar de tudo foi um movimento que começou muito ali e as notícias sobre os juízes do Supremo acusados de terem feito tentativas de violação quando tinham 16 anos tem muito a ver com o fenómeno e os casos foram sucedendo, não é preferencial. Não estou a ver uma relação lógica, acho que é apenas o eco do movimento #MeToo.

14. No que toca os géneros jornalísticos, ambas categorias foram dominadas pela notícia. É isto uma consequência da falta de correspondentes ou recursos que permitam fazer reportagens lá fora?

Tentamos fazer análises, reportagens quando podemos, quando não podemos termos o serviço da Reuters e do Washington Post, que são cada vez menos e menos pertinentes. A Reuters não tem tanta tradição de fazer tantas reportagens e nós temos que ir dando as notícias. O jornal é notícias. Quando foi em Moçambique, tínhamos reportagens todos os dias no Mundo porque tínhamos um enviado, mas não temos tempo, vai-se equilibrando. Umhas traduções, de vez em quando, entrevistas para quebrar um bocadinho. Mas quando tu dizes ‘notícias’ não é só dizer “foi eleito ontem X”, quando continuas a ler percebes que tem análise, só que como não compartimentamos a parte da análise e do contexto, é tudo notícia.

15. Observámos também que em ambas as categorias a esmagadora maioria dos conteúdos apresentavam termos linguísticos negativos; é a negatividade um valor notícia ao qual dão destaque?

Acho que não se pode ver por aí, há um ditado qualquer que é “famílias felizes não têm história”. As notícias normalmente são sempre problemas, conflitos, porque o papel do jornalismo também é muito expor, denunciar, alertar, e a política internacional, que é o *core business* da secção Mundo, é muito conflituosa. Não é necessariamente porque gostamos de dar desastres. O contexto das secções do internacional é terrível, movemo-nos num ambiente mental bastante perturbador. Estamos sempre a ler desgraças, a escrever sobre desgraças, conflitos, agressividade, sobre atentados. Naquela altura da vaga dos atentados, que chegaram muitos à Europa, nós andávamos aqui numa pilha de nervos porque era o nosso dia-a-dia, notava-se entre nós que estávamos crispados. Se fores escrever Cultura, é diferente, se bem que na fase em que eu fiz cultura havia muita luta política cultural, mas é outra agressividade. Se fores fazer análise de Sociedade também é sobretudo conflitos, conflito laboral, professores, justiça, médicos... Mas é isso, tens que expor, denunciar, alertar porque senão não estás a fazer bem o teu papel.

16. E os seus anos como correspondente?

Pois, foram anos muito complicados também, foi só desgraças. Foram três anos, o fim do mandato do Bill Clinton, e de repente apareceu o George Bush. Foram umas eleições super complicadas porque foram muito disputadas, houve contagem de votos e

recontagem de votos, tricontagem de votos, e finalmente houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que o George Bush tinha ganhado, com a ajuda do irmão que era governador da Florida. Os boletins de voto eram uns cartões perfurados e chegou-se ao ponto de está perfurado, mas o papelinho não caiu todo, então contaram como não perfurado e isso deu vantagem, por uma escassa margem de votos, ao George Bush. Todo o arranque do seu mandato foi muito engraçado porque era um Presidente em quem ninguém acreditava, dizia-se que era um pouco bronco, tinha pouco conhecimento do mundo, era muito hesitante, tinha um Vice-Presidente muito poderoso chamado Dick Cheney, que andou metido nas guerras do Golfo, e de repente aconteceu o 11 de Setembro. E tudo mudou.

17. Estava lá?

Sim. Mudou o mundo todo mesmo. O que tens agora é um pouco a ressaca das decisões que foram tomadas na sequência do 11 de Setembro. Estes extremismos, quer dizer, não se sabe, mas como aquilo aconteceu nós temos que ligar as duas coisas. Foi muito complicado. Os próprios Estados Unidos mudaram de uma maneira que produziu o Donald Trump, temos que ver o que o 11 de Setembro fez à cabeça das pessoas e àquilo que elas dão prioridade. Começaram a falar de segurança como nunca falaram, de fechar os Estados Unidos aos perigos, o facto de serem um alvo em toda a parte do mundo... Eles também fizeram muita asneira, intervêm em muita parte do mundo e têm que ter uma resposta, mas acho que mudou tudo e foi interessante ver de perto.

18. O que é que a marcou mais?

O 11 de Setembro, claramente. Foi um período estranho. Eu vivia em Nova Iorque e a cidade mudou muito. As pessoas mudaram, a cidade mudou, mesmo fisicamente. Já lá voltei há uns anos e Nova Iorque transformou-se numa espécie de bolsa de investimento; é um espaço que existe ali para fazer especulação imobiliária, é uma ilha. O trabalho de um correspondente é um trabalho muito complicado, é muito solitário. Ao contrário do que as pessoas pensam é um trabalho também muito do telefone, porque não podes ir a todo o lado. Tens mobilidade porque vais a mais sítios, eu viajei dentro dos Estados Unidos para fazer algumas coisas. Por exemplo, quando o Timothy

McVeigh, o tipo que fez o ataque em Oklahoma, aquele primeiro grande episódio de terrorismo interno, quando ele foi executado lá fui eu para o sítio da execução, portanto, viaja-se. Mas é um trabalho muito solitário porque não estás num ambiente de redacção, não tens colegas a quem pedir ajuda, tens que cavar os teus próprios contactos, perceber quem são as pessoas pertinentes para falar e a tua rede de analistas e intervenientes. É duro, tens que escrever todos os dias. A parte boa é que estás tão concentrada naquele país que estás sempre a estudar política americana ou outra coisa qualquer, porque és correspondente tens que fazer tudo, cultura, economia, sociedade, política de imigração. Eu gosto disso, gosto de estudar, e acho que é uma pena aqui não termos tempo para estudar mais história contemporânea, e não só.

Nome: Alexandre Martins

Cargo: Jornalista

No Público desde: 1999

Data da entrevista: 16/04/2019

1. Há quanto tempo é jornalista? E há quantos anos está no jornal Público?

Sou jornalista desde 1998 e entrei no Público em 1999.

2. Passou por outras secções que não a secção Mundo?

Comecei no Online, fiz parte da primeira redacção 100% digital, fui editor e redactor. Em 2007 criei a primeira secção de Multimédia, em 2009 abri a gestão das redes sociais no Público e em 2011 vim para a secção Mundo.

3. Quando iniciou a sua carreira no jornalismo, como era o paradigma no que toca as saídas da redacção e o contacto com as fontes?

Não sou a melhor pessoa para responder a isso, porque como fiz parte dessa primeira geração de jornalistas 100% online, não tive a experiência sequer de estagiar no papel. O Online desde muito cedo teve particularidades em relação ao jornalismo de papel. Os ritmos eram muito diferentes nessa altura. Trabalhávamos 24 horas por dia, com horários loucos, sempre online, e era quase um ghetto, as pessoas às vezes vinham perguntar-nos se podíamos arranjar o Word porque nos confundiam com os informáticos. Nessa primeira fase, não sair muito era normal nas redacções online, o ritmo era muito de internet, pesquisa. Os jornalistas do papel e as redacções como o Público claro que tinham um ritmo muito diferente e saídas do que é actualmente. Nesse aspecto acho que a mudança foi muito maior no jornalismo de papel do que no Online, que tem sido sempre mais ou menos a mesma coisa, sem sair muito, infelizmente.

4. Qual a relevância da secção Mundo no começo do jornal Público?

A secção Mundo, mais uma vez, é particular, porque um buraco em Lisboa não é da nossa secção. Há um trabalho nesta secção que é tradicional no jornal; o jornal começou para cortar a falta de atenção em Portugal para o jornalismo internacional. A esmagadora maioria das pessoas que criaram o Público vieram do Expresso e contrataram estagiários que foram ficando e são agora os directores. Quando o Público foi criado, uma das molas para tirar as pessoas do Expresso para criarem um jornal diferente foi a queda do Muro de Berlim, em 1989, que na primeira página do Expresso foi uma chamadazinha de capa, cá em baixo, e a muito custo, porque foi a secretária da redacção da altura que insistiu com o director da altura, o José António Saraiva – um acontecimento histórico destes pôs ali naquele bocadinho. Então, havia essa coisa em Portugal de que o jornalismo tinha de ser muito aqui na porta, local, o que é que se passa aqui, e estas pessoas queriam fazer uma coisa mais aberta porque estavam a acontecer mudanças no mundo. O noticiário e a secção internacional do Público são essenciais na matriz do Público. É mais analítica, tenta perceber o que se está a passar no mundo e tenta ter uma visão própria – isso é a génese da secção Mundo, o que implica não sair muito como o Local ou a Sociedade.

5. Qual a importância do noticiário internacional no Público de hoje?

Estamos a voltar um bocadinho, em certa medida, à época em que levou as pessoas a saírem do Expresso, isto é, acho que hoje em dia há uma maior atenção à proximidade, até por causa da internet e a reacção rápida nas redes sociais. Há se calhar uma maior atenção aos temas de muita proximidade e descarta-se um bocadinho mais o noticiário internacional, mas eu acho que há aqui um padrão de quer no campo do noticiário internacional, quer no nacional, de uma atenção desmesurada e não muito pensada em mais de reacção daquilo que as pessoas estão a ver, em assuntos de última hora, e que envolvam drama. Daí que às vezes aconteça uma explosão de gás na Tailândia, morram duas pessoas e metam em destaque – é a explosão, não é a Tailândia. Nesse sentido, o verdadeiro noticiário internacional para o qual o Público foi criado e no qual muitos de nós nos revemos está a deixar passar um bocadinho para segundo plano porque é um tipo de jornalismo que é, por exemplo, o que eu estou a tentar fazer agora, que é explicar às pessoas o que é que está em causa nas eleições da Indonésia de amanhã e a importância que aquilo tem no contexto do país e da região. Isso é muito mais de ler, estudar, falar com pessoas obviamente. Mas para explicar, ter uma visão, não uma opinião, e quando o volume noticioso nos empurra cada vez mais para o pequeno drama, é claro que depois nem sequer há tempo para fazer um bom trabalho no jornalismo que eu acho que deve ser o jornalismo internacional.

6. Quais as principais diferenças entre a secção Mundo agora e a secção Mundo do início do jornal Público?

Quando comecei no jornalismo foi logo com o Online, mas esta atenção ao Online não foi sempre igual. Houve uma primeira fase em que se punha algumas coisas no Online, mas a grande diferença era que nos podíamos concentrar muito mais nos textos que vão sair mais tarde. Isso, dito desta maneira, vai levar muitas pessoas mais actuais a dizer, “então, mas agora querem escrever textos para amanhã”, não é textos para amanhã. Como qualquer coisa na vida que implique um bocado de trabalho, as coisas levam o seu tempo a fazer, e naturalmente se eu não conseguir fazer um texto melhor se me derem 10 horas do que se me derem só uma, não estou aqui a fazer nada. Naturalmente quanto mais tempo tiveres, melhor. Nós temos esta coisa do tempo, que chega ao fim do dia e o trabalho tem que estar feito, isso era mais ou menos o ritmo antigo. Agora, temos que estar sempre a alimentar o noticiário na internet, o que, sendo compreensível, não dá para escapar. Enquanto estamos a fazer coisas mais reactivas não estamos a ler, a

pensar, e há esse impacto que tem que se notar na qualidade final dos textos. Hoje vou escrever sobre a Indonésia, estou a gostar de ler, mas é preciso ler muito para perceber o tipo de texto que queremos fazer, porque gostamos de ter um bocadinho mais. Se tivéssemos pessoas suficientes para cada uma delas acompanhar diariamente ou durante vários dias do mês esses países, quando chegassem estes momentos em que precisamos de fazer uma abertura, destaque, seja o que for, já tínhamos a pessoa certa para atalhar caminho e escusávamos de estar metade do dia a ler coisas e a produtividade seria maior.

7. Que dificuldades aponta ao bom funcionamento da secção Mundo? Como é que contornam essas dificuldades?

As dificuldades são quase sempre de relacionamento interno, porque como cada secção tem a sua relação com as notícias, no internacional se calhar há alguma falta de compreensão. Antigamente era muito mais directo e as pessoas sabiam perfeitamente o que é que cada secção fazia, mais ou menos. Ninguém ia a correr à secção Mundo pedir para fazer um incêndio na Catedral de Notre-Dame, porque é um objecto cultural e estava interiorizado que claro que tem que ser a Cultura. Nesta guerra de atenção e de escrevermos muitas coisas tivemos momentos em que as pessoas vinham e diziam, “isto é vosso, é um incêndio”, então, mas porquê? Porque é em França? Se for fora do país tudo é nosso? Não. É sinal de que as coisas foram mudando e que as pessoas não percebem como percebiam antes, o que pode afectar a comunicação. A falta de correspondentes estrangeiros é também um dos grandes entraves, cada vez mais. Nos últimos 10-20 anos as coisas têm mudado muito e há muitas pessoas que pensavam de uma maneira há 10 anos porque o caminho de utilização que os jornais acabaram por fazer da internet não é bem aquele que se calhar podia ter sido para rentabilizar essa ferramenta. Nós não utilizamos assim tanto a internet para ir buscar coisas, queremos é pôr lá coisas, um post no Facebook, uma notícia de duas linhas, é um sentido contrário. Os correspondentes, então, acabam por ser se calhar ainda mais importantes do que eram ou tão importantes como eram antes desta revolução toda, porque o mundo é actualmente mais complicado, houve esta mudança brusca nos Estados Unidos, o Brexit, atentados terroristas, e é essencial termos pessoas nos sítios mais importantes para nos poderem mais rapidamente transmitir qual é que é o verdadeiro sentimento. Eu estive nas eleições que o Donald Trump ganhou e só quando fui para lá é que consegui

perceber. Havia aquela ideia de que “epa aquele gajo é um palhaço e ninguém gosta dele”, e quando cheguei percebi que não é assim, aquilo que é um palhaço para nós não é um palhaço para muitos deles e nós temos que interpretar isso. Não chega ir lá a umas eleições, é preciso viver lá, estar lá, para depois quando acontecer aqueles momentos muito importantes podermos dar às pessoas uma visão o mais próxima possível da realidade.

8. Considera que a falta de correspondentes e a expansão da internet proporcionam a prática de um jornalismo cada vez mais sedentário na secção Mundo?

Sempre que há uma coisa muito importante nós vamos, até nem é a pior secção nesse aspecto em Portugal. É verdade que se calhar há coisas hoje que acontecem que se fosse há 10 anos íamos e já não vamos, mas quando é mesmo importante, como eleições em França, no Brasil, Estados Unidos, Brexit, até na Ucrânia, vamos sempre. Claro que depois isso concentra também ali o mais importante que possa estar a acontecer, mas há coisas que são muito importantes e que podem vir a ser muito importantes e nós só vamos quando já são muito importantes; é complicado justificar isso em termos de dinheiro, mas para o jornalismo, claramente quanto menos hipóteses tivermos de ir a mais sítios pior é para todos, porque o nosso trabalho passar por ir atrás das coisas e contá-las.

9. É ainda possível fazer jornalismo internacional de qualidade, tendo em conta a falta de recursos para subsidiar correspondentes estrangeiros e a crescente reprodução da informação de outros media e agências de informação?

É cada vez mais difícil. Depende do nosso entendimento, se for aquele entendimento que o jornalista do internacional faz muita investigação – isso não existe no jornalismo internacional. O jornalismo que o The New York Times e o The Washington Post fazem sobre a presidência do Trump, por exemplo, não é um jornalismo de internacional, é a política deles. Podemos cobrar isso das secções de Política cá em Portugal sobre o Governo. Agora, no jornalismo internacional, feito em Portugal, que é completamente diferente do que é nos outros países em comparação com o que se fazia antes, acho que

o ritmo que é exigido, a redução do papel, a sobreposição de várias notícias no site que tira preponderância a notícias que antigamente eram importantes e que agora passam a estar ali e principalmente as que demoram muito tempo a fazer, por exemplo, se eu passo 4 ou 5 horas a escrever uma coisa que fique com pés e cabeça, que explique alguma coisa às pessoas, quando é publicado se calhar já não vai estar em destaque. É relativo a uma coisa que se calhar aconteceu há 4 horas, já passou, explodir uma bilha de gás não sei onde, e a aposta é nisso. Portanto, nesse sentido claro que não pode ser melhor do que era.

10. No contexto da secção Mundo, considera que a internet é um recurso indispensável à prática jornalística, ou que, apesar dos benefícios, apenas contribui para o crescente sedentarismo da secção? E as informações de agência?

Depende da forma como se utilize. O que vejo é que no dia-a-dia e olhando para trás acho que sim, que estimula bastante o sedentarismo e que é mau nesse aspecto, mas depois pode ser uma ferramenta inestimável em certas situações, o que não é de agora. Lembro-me quando foi a queda da ponte de Entre-os-Rios, nós liderámos essa informação através da internet. Por vezes ganhamos em termos algum distanciamento. Se estamos de fora e sabemos usar os recursos podemos contactar mais pessoas e ir por outros lados do que as pessoas que estão lá, porque se o centro de informação ou se a pessoa mais indicada para falar está no Porto, para a pessoa que está no local é mais difícil de imediatamente lá chegar do que eu, que estou aqui com um telefone e posso ir à internet. Mas isso é pontual, é para isso que devemos usar os meios que temos de forma inteligente. Agora, nunca se pode substituir estar nos sítios e, mais, ir aos sítios e termos pessoas na redacção a trabalhar também por cima disso, quando se justifica.

11. Quais os temas de mais interesse para os leitores, no que diz respeito a secção Mundo?

Acho que não há áreas fixas, se bem que quando foi a questão da Rússia com a Ucrânia, principalmente, notou-se muito uma ofensiva, uma coisa já combinada de comentadores pró-russos, que na altura nos levou a pensar que havia muito interesse por aquela área,

mas aquilo era ideológico. Não se pode dizer que as pessoas gostam mais desta ou daquela área, é acontecimentos. Já não tanto, mas durante muito tempo qualquer coisa que fosse do Donald Trump era muito comentado e as pessoas queriam muito ver coisas sobre isso, mas eu diria que são mais acontecimentos. Eleições na Indonésia imagino que não excite ninguém, mas amanhã são as eleições e se acontecer um atentado e morrerem 20 pessoas claro que toda a gente vai estar ali. É mais o acontecimento, nunca sabemos muito bem o que é que vai criar mais atenção nas pessoas, para além das coisas mais óbvias. Acontecimento polémicos, também no bom sentido. É claro que umas eleições com o Donald Trump e a importância que isso pode ter para o resto do mundo e as relações entre os países é importante, o Brexit. Para dizer às pessoas que fazem essas escolhas que se calhar não são as mais certas, nunca vi um grande interesse por uma bilha de gás que explode na Tailândia e morrem duas pessoas. O trabalho essencial no jornalismo internacional é não negar a importância das coisas, mas metê-las em perspectiva.

12. Considera que o jornalista deve procurar “educar” os leitores, expondo-os a temas que não sejam necessariamente do seu interesse, ou que deve ir apenas ao encontro daquilo que a audiência deseja, de modo a garantir o lado económico da prática jornalística?

A segunda parte não acho nada, porque isto não é um café. Há profissões que não devem ser só executar essa profissão, e o jornalismo é uma delas. Não é a toa que as pessoas estão com esta lenga lenga que é preciso mais dinheiro porque a liberdade está em causa, quer dizer, não é verdade que se fechar um jornal ficamos com menos democracia, mas desgastar esta profissão e reduzi-la a papagaios que estão a debitar coisas ou a dizer isto é branco, isto é preto, vocês escolham, então pode vir outra pessoa para aqui, não temos nada que nos distinga. Vais a um acidente, “como é que foi?”, “ah eu ia a passar e foi assim”, “ah não foi nada assim”, pronto, isto não é nada. Isto não é dizeres por que é que chove ou por que é que faz sol, explicares por que é que chove ou por que é que faz sol é diferente. Explicar não é doutrinar nem passar uma ideologia. Nós passamos o dia aqui a trabalhar para recolher mais informação do que as pessoas estão a trabalhar na repartição de finanças, no talho, na TAP, por isso vamos dar mais achegas áquilo. Depois, a forma como se escreve. Temos um trabalho complicado, no jornalismo em geral. O caso do Observador, por exemplo. O Observador é um site, e

não estou a desvalorizar o trabalho deles, que é óptimo, estou a dizer é que factualmente eles não têm que ter outro momento no dia para preparar uma edição de papel para o dia seguinte, e isso liberta um bocadinho para se concentrarem mais no que estão a fazer naquele momento. Aqui, se eu escrevo uma coisa sobre o incêndio da catedral para o Online, para avisar as pessoas que está a acontecer isto, aquelas coisas mais rápidas, isso nunca pode ser o texto que vai amanhã para o papel, em algum momento vamos ter que reformular aquilo e fazer uma coisa quase de raiz com outra envolvência, outro título, forma de escrever e entrar e essa decisão obriga-nos cada vez mais a explicar às pessoas porque é que elas precisam de ler amanhã sobre o que aconteceu hoje. Às vezes isso é bem feito, outra vezes não é muito bem feito. Às vezes podemos querer ser ligeiros ou usar uma comparação que achamos que as pessoas vão perceber mais depressa e que é mais interessante, e uma pessoa que está chateada com outra coisa qualquer vai achar que aquilo é opinião, é essa a dificuldade.

13. Considera que o papel é ainda o grande paradigma do jornalismo ou que o digital é a prioridade?

Acho que actualmente já não se nota sequer uma coisa ou outra. Se olharmos para os melhores exemplos, as marcas é que continuam a ser referidas. Nunca ninguém diz, “esta notícia foi feita pelo Online do Público”, é o Público. Nesse sentido não há um paradigma de meio para fazer jornalismo. Os jornais que têm uma série de motivos e que têm tido mais sucesso nisso, o The New York Times, o The Washington Post, os americanos principalmente, aquilo não sai nem deixa de sair, têm o Online e são os jornalistas que escrevem as coisas e têm textos já mais completos na edição Online porque a opção deles é ter um bom texto na internet assim que possível, coisa que não se faz aqui nem noutros jornais. Aquele texto não é uma coisa em actualização, e vai para o papel no dia seguinte, porque quando foi concluído foi com toda a informação que se podia ter e da forma que se quis fazer naquele momento. Uma pessoa não vai ao site do The New York Times e tens lá *breaking news* a toda a hora como tens no site do Público ou noutros.

14. Reparei que tanto no foco das minorias, como das mulheres, os Estados Unidos é o espaço com mais conteúdos noticiosos; por que é que acha que isto se verifica?

É lá que a maior parte dos acontecimentos têm origem e que tem mais difusão os assuntos relacionados com essas duas questões. Tem acontecido isso nos últimos anos. A questão do #MeToo, por exemplo, parte muito dos Estados Unidos, as lutas raciais e de direitos civis também são muito marcadamente nos Estados Unidos desde a década de 60 e 70 e reapareceram com a violência policial na última década. Na Europa ainda há uma abordagem diferente em relação a esses assuntos. Quando vamos escrever sobre esses temas são coisas que se passaram nos Estados Unidos, a maioria das vezes.

15. No que toca os géneros jornalísticos, ambas categorias foram dominadas pela notícia. É isto uma consequência da falta de correspondentes ou recursos que permitam fazer reportagens lá fora?

Isso é mais ou menos esperado, é difícil haver o contrário e parece-me normal.

16. Observámos também que em ambas as categorias a esmagadora maioria dos conteúdos apresentavam termos linguísticos negativos; é a negatividade um valor notícia ao qual dão destaque?

Há aquela história de “a notícia é o cão que mordeu o homem”. Sem querer ser muito dogmático, o jornalismo não é só escrever coisas. O jornalismo é uma coisa muito específica dessa coisa mais geral que é escrever coisas, e claro que se houver um projecto editorial que seja escrever notícias positivas e abordar os temas pela positiva, é uma opção, mas é mais no domínio de escrever coisas do que do jornalismo. O jornalismo implica aquela relação com o reforço da cidadania, que se consegue muitas vezes com denúncias de casos para se confrontar as pessoas e podermos todos melhorar, ou não, mas para contribuir para esse discurso. Nas ditaduras é muito comum a boa notícia, tudo corre bem, portanto sem fechar a porta a isso, até porque ultimamente em Portugal tem sido muito utilizado a questão do empreendedorismo e os casos de sucesso das empresas, mas nós não temos nenhuma panca para falar mal das coisas. Faz parte da profissão. A função do jornalismo não é preocuparmo-nos se as pessoas vão ficar

chocadas com o que eu vou noticiar, posso ter cuidado com isso e claro que há leis para isso, mas não é isso que é o jornalismo. Se uma data de tipos entra numa escola no Paquistão e mata 180 crianças o que é que uma pessoa vai fazer? É horrível, e a nossa função como jornalistas é não só noticiar como tentar perceber como é que aquilo foi possível. Quando é uma questão religiosa há tendência para dizerem “eles são todos malucos”, nós podemos dizer logo uma evidência às pessoas que é foram muçulmanos que morreram. 180. Há aqui certamente outras questões que não são apenas religiosas. De políticas, de território, de poder, que vão para além da questão religiosa e essa é a nossa obrigação, quando temos mais tempo para fazer as coisas, para que a pessoa não leia apenas o atentado-naquele-país-estranho-dos-muçulmanos-que-são-todos-malucos, e para isso é preciso tempo.